



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: ESTUDO DAS ATIVIDADES FEMININAS
NO MUNDO DO TRABALHO EM TRIUNFO-PB ENTRE 1960-1990**

JANAINA MOREIRA LISBOA

**CAJAZEIRAS-PB
2016**

JANAINA MOREIRA LISBOA

**MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: ESTUDO DAS ATIVIDADES FEMININAS
NO MUNDO DO TRABALHO EM TRIUNFO-PB ENTRE 1960-1990**

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Dra. Silvana Vieira de Sousa

**CAJAZEIRAS-PB
2016**

JANAINA MOREIRA LISBOA

**MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: ESTUDO DAS ATIVIDADES FEMININAS
NO MUNDO DO TRABALHO EM TRIUNFO-PB: ENTRE 1960-1990**

Aprovado em 10 de outubro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Silvana Vieira de Sousa

Dra. Silvana Vieira de Sousa (UFCG)
Orientadora

Eliana de Souza Rolim

Ms. Eliana de Souza Rolim (RME/EMASD/CZ)
Examinadora

Alba Cleide Calado Wanderley

Dra. Alba Cleide Calado Wanderley (UFPB/DFE)
Examinadora

Dra. Uelba Alexandre do Nascimento (UFCG)
Examinadora (Suplente)

**CAJAZEIRAS- PB
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

L769m Lisboa, Janaína Moreira.

Memórias e representações: estudo das atividades femininas no mundo do trabalho em Triunfo-PB entre 1960-1990 / Janaína Moreira Lisboa.- Cajazeiras, 2016.

119p.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2016.

1. Trabalho feminino. 2. Trabalho - mulheres. 3. Triunfo - Paraíba - história. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria das Dores Moreira e minha avó Laura Lisboa Batista (in memoriam), mulheres com as quais aprendi o verdadeiro significado da palavra trabalho e como esse dignifica a vida do ser humano. Mulheres que sempre se mostraram incansáveis na luta por melhores condições de vida para si e para os seus.

À vocês todo meu orgulho e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder paciência e sabedoria no decorrer da minha caminhada acadêmica. Por ser refúgio nas horas de desânimo, incertezas e ansiedades. Gratidão pelo apoio no silêncio de minhas dúvidas e pela força nos momentos de dificuldade.

À minha família por ser meu alicerce e meu porto seguro. Pelos valores repassados e que serviram de base para a construção de minha identidade. Pelo apoio nos momentos de dificuldade e sobretudo por me ensinarem a importância do conhecimento para o crescimento pessoal. E quero aqui fazer menção a duas pessoas: minhas mães Janice Moreira Lisboa e Josefa Josélia Moreira, por todo apoio a mim dedicado e pelas palavras de incentivo. Janice Moreira, obrigada pela contribuição e pela força! Por escutar as lamúrias e me socorrer nos momentos de aperto. Afinal o que seria de mim sem você na digitação dos trabalhos? Muito obrigada família por acreditar em mim! Vocês foram fundamentais na realização dessa conquista.

Finalizando os agradecimentos do círculo familiar, quero agradecer a minha prima Beatriz Batista por tudo que vivenciamos juntas. Pelas histórias, pelas risadas, pelo companheirismo. Só para te tranquilizar Beatriz, gostaria de dizer que consegui concluir o curso com as faculdades mentais intactas (risos). Obrigada pela força e por muitas vezes ser a mão forte e o ombro amigo me dando forças nessa caminhada. Como diz a letra da canção: “Histórias nossas histórias. Dias de luta, dias de glória”.

Agradeço de coração a três pessoas que se tornaram mais que especiais na minha vida, presentes que a vida acadêmica me proporcionou e que foram essenciais no decorrer dela: Andson Moreira Cavalcante, Clara Geysa Marcos Duarte e Yslany Moreira de Menezes. A vocês quero dizer muito obrigada por estarem presentes e contribuírem na construção de mais uma página da minha história de vida, além de trilharem junto comigo esse caminho que muitas vezes se mostrou árduo, mas que com o apoio e companheirismo de vocês tornou-se mais fácil de trilhar. O “quarteto fantástico” inseparável que dividiu alegrias, tristezas e dramas. Obrigada por ser porto seguro nos momentos em que precisei e por fazerem parte da minha história de vida. À vocês o meu muito obrigada!

Agradeço aos meus colegas de curso que tornaram essa caminhada gratificante. Pessoas que aprendi a admirar pelas lutas e conquistas. Gratidão por compartilharem suas histórias de vida e trilharem junto comigo essa etapa da minha vida.

À todos os professores do CFP com os quais tive a honra de conviver e aprender durante o curso. Obrigada por todo conhecimento e valores a mim repassados e que muito contribuíram para meu engrandecimento pessoal e intelectual.

Agradeço de forma especial a minha orientadora Silvana Vieira de Sousa, aquela com a qual aprendi que Universidade não é pra brincadeira. O sufoco foi grande no primeiro período durante a disciplina de Tópicos Especiais em História Local. Obrigada por todo conhecimento a mim repassado nas disciplinas ministradas. Minha sincera e especial gratidão pela humildade ao me aceitar como orientanda e me ajudar de forma significativa na construção desse trabalho. Obrigada professora Silvana, por se mostrar sempre solícita até mesmo nos momentos em que esqueci que o orientador (a) tem direito a fins de semana livres, desculpe os excessos. Gratidão por disponibilizar seu tempo e conhecimento, e por me transmitir palavras de incentivo nos momentos de angústia, palavras essenciais na vida de um orientando angustiado. Muito obrigada Silvana!

Agradeço aos meus amigos que sempre me estimularam a continuar a caminhada. Obrigada por escutar os intermináveis relatos sobre minha vida acadêmica e por compreenderem as ausências. Vocês são essenciais na minha vida.

Deixo aqui meu agradecimento sincero à todas as mulheres entrevistadas no decorrer dessa pesquisa, que gentilmente compartilharam suas histórias de vida, suas experiências e vivências. Suas contribuições foram fundamentais para a construção desse trabalho.

Agradeço a direção da Escola Municipal José Adriano de Andrade na pessoa de seu diretor José Gilberto Lisboa pela parceria e por compreender minhas ausências.

Por fim agradeço a Marcondes Trajano de Sousa, por me disponibilizar fotografias de seu arquivo pessoal que enriqueceram esse trabalho e Lúcia de Fátima Liberato de Almeida, funcionária responsável pelo arquivo da Prefeitura Municipal que me ajudou na seleção dos documentos fundamentais para a construção desse trabalho.

À todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal problematizar as atividades do mundo do trabalho ocupadas pelas mulheres na cidade de Triunfo, sertão paraibano nas décadas de 1960 a 1990. A mesma pretende fazer um levantamento das principais atividades exercidas pelas mulheres triunfenses no período enfocado, destacando os espaços trabalhistas onde era possível se observar a presença feminina, construindo assim uma narrativa sobre o mundo do trabalho local. Para isto, foram efetuadas entrevistas com um conjunto de mulheres da comunidade local, cujos discursos analisados e somados às informações advindas da documentação coletada na Prefeitura Municipal, serviram de base para a construção deste trabalho. Além disso, foram utilizadas no transcorrer do projeto leituras e discussões de referências bibliográficas que versam sobre a construção da identidade feminina no mundo do trabalho, e sobre as formas de contraposição das mulheres aos estereótipos vigentes na sociedade brasileira que estigmatizaram a mulher como dona de casa, frágil e incapaz de desenvolver qualquer atividade que não estivesse ligada ao ambiente doméstico, restringindo assim, por séculos, a participação feminina à esfera do lar. De posse dessa bibliografia, pensou-se a dinâmica de atuação da mulher triunfense no seu cotidiano e ao longo do período estudado na qual novas rotas foram por elas sendo traçadas fora do ambiente doméstico, quando foram se inserindo no mercado de trabalho que a cidade lhes oferecia.

Palavras chave: Triunfo-PB, Mulheres, Trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO FEMININO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	18
2.1 O avanço tecnológico e as transformações na estrutura do trabalho no Brasil.....	20
2.2 O trabalho e as novas práticas sociais femininas: uma ameaça a moral social.....	23
2.3 A década de 1970 e a ampliação da força do trabalho feminino no Brasil.....	26
3. ATIVIDADES FEMININAS: ANOS 1960 E 1970 EM TRIUNF-PB.....	34
3.1 Aspectos histórico-culturais do Município de Triunfo.....	34
3.2 Urbanização e economia na cidade de Triunfo.....	38
3.3 Atividades femininas em Triunfo entre os anos de 1960 -1970: uma extensão do trabalho do lar.....	44
4. DONAS DE CASA, TRABALHADORAS DO LAR E DO MERCADO DE TRABALHO: TRAJETÓRIA DE MULHERES TRIUNFENSES ENTRE (1970-1990).....	54
4.1 Atuações das mulheres triunfenses no trabalho fora do ambiente doméstico....	54
4.1.1 O trabalho da mulher triunfense na agricultura e nas frentes de trabalho... 	56
4.1.2 As atividades comerciais das mulheres triunfenses.....	61
4.1.3 A participação das mulheres triunfenses em serviços administrativos	65
4.2 O poder público em Triunfo e a viabilidade de trabalho feminino entre os anos 1970-1990.....	67
4.2.1. Áreas de atuação feminina na Prefeitura Municipal de Triunfo	69
4.2.2 Perfil das mulheres triunfenses que atuavam no funcionalismo público	74
4.3 A relação das mulheres triunfenses com o mundo do trabalho: o que disseram as fontes?	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE I: Roteiro das entrevistas.....	88
APÊNDICE II: Lista de entrevistadas.....	89
APÊNDICE III: Transcrição da entrevista 01.....	90

APÊNDICE IV: Transcrição da entrevista 02.....	93
APÊNDICE V: Transcrição da entrevista 03.....	96
APÊNDICE VI: Transcrição da entrevista 04.....	98
APÊNDICE VII: Transcrição da entrevista 05.....	102
APÊNDICE VIII: Transcrição da entrevista 06.....	106
APÊNDICE IX: Transcrição da entrevista 07.....	109
APÊNDICE X: Transcrição da entrevista 08.....	114
ANEXO: Termo de consentimento livre e esclarecido	118

1. INTRODUÇÃO

A relação da mulher com o mundo do trabalho tem se tornado um tema bastante abordado pela historiografia. Esses estudos mostram que essa relação se intensifica no século XIX quando ocorre a consolidação do sistema capitalista e o avanço no processo de industrialização. Nesse ensejo, como descreve Maria Helena Kuhner (1977), surge uma nova dinâmica no mundo do trabalho feminino, fazendo com que grande parte dessa mão de obra fosse transferida para o espaço fabril e mundo do trabalho (apud, QUERINO, et al, 2012, p.06)¹. Assim sendo, as mulheres saem da condição de coadjuvante para participarem de forma ativa no mundo do trabalho, mesmo enfrentando preconceitos de diversas camadas da sociedade que buscavam restringir sua participação nas sociedades à esfera do lar. Ao longo dos anos, foram inúmeros os desafios para romper com o discurso de que a mulher servia exclusivamente para desenvolver atividades domésticas, cuidar dos filhos e do marido ou no máximo empreender atividades de cunho artesanal, bem como rejeitar um papel a elas atribuído historicamente por uma sociedade patriarcal como nos conta a Literatura sobre o tema.

O tema dessa pesquisa foi escolhido, quando em contato com essa literatura nos demos conta de que seria possível e necessário construir uma narrativa, um estudo que contasse as principais atividades desenvolvidas pelas mulheres da cidade de Triunfo-PB e que resultou nesse trabalho cujo título é: **“MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: ESTUDO DAS ATIVIDADES FEMININAS NO MUNDO DO TRABALHO EM TRIUNFO-PB ENTRE 1960-1990”**. Pensamos ser um trabalho relevante, pois se constitui como discussão que transpõe a historiografia da cidade e dos seus habitantes que de forma reducionista prioriza a participação masculina no processo de construção da história local, não apresentando as mulheres triunfenses como agente participativo e atuante no processo de construção de suas histórias.

O trabalho se apresenta dividido em três capítulos. No primeiro capítulo que tem como título: **“HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO FEMININO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES”**, apresentamos alguns discursos construídos sobre o lugar e o papel das mulheres no cenário nacional, principalmente no que remete a sua

¹Trabalho de conclusão do curso de Administração da Faculdade Eça de Queirós, apresentado em 2012. Disponível em <http://www.faceq.edu.br/e-faceq/>. Acesso em 28 de janeiro de 2016.

condição e lugar de atuação no mundo do trabalho. Além disso, faremos uma breve discussão sobre o contexto histórico brasileiro nas primeiras décadas do século XX mostrando os principais avanços econômicos e culturais que permitiram uma nova dinâmica social para a camada feminina, quando ela passa a ocupar novos espaços, destacando esse processo em algumas cidades paraibanas.

No segundo capítulo, intitulado: “**ATIVIDADES FEMININAS: ANOS 1960-1970 EM TRIUNFO PB**”, faremos uma breve discussão sobre o contexto histórico-cultural local, tomando como ponto de partida o processo de emancipação política do município ocorrido no ano de 1961. Além disso, faremos uma análise das tendências culturais e socioeconômicas dos municípios, enfocando as práticas e vivências femininas, bem como as atividades desenvolvidas pelas mulheres triunfenses entre anos de 1960 à 1970.

No terceiro e último capítulo: “**DONAS DE CASA, TRABALHADORAS DO LAR E DO MERCADO DE TRABALHO: TRAJETÓRIA DE MULHERES TRIUNFENSES ENTRE (1970-1990)**”, apresentaremos as atividades desenvolvidas pelas mulheres triunfenses fora do ambiente doméstico entre as décadas de 1970 e 1990, fazendo uma análise mais aprofundada das experiências vivenciadas por estas no mundo do trabalho fora do ambiente doméstico. Além disso, discorreremos sobre as possibilidades de trabalho que se apresentavam para o público feminino no período em foco, descrevendo os espaços onde era possível observarmos sua atuação, bem como os arranjos socioculturais enfrentados pelas mulheres triunfenses para se inserir no mundo do trabalho formal na cidade de Triunfo.

Para construir esse trabalho, priorizamos como método de pesquisa o uso da História Oral e seus procedimentos, como importante caminho de obtenção de informação e de produção do conhecimento histórico, capaz de nos colocar em contato com a história e vida das mulheres de Triunfo-PB em sua trajetória de acesso ao mundo do trabalho formal. Como descreve Sônia Maria de Freitas em sua obra “*História oral: possibilidades e procedimentos*”, a História Oral é “aquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método” (FREITAS, 2006, p. 18).

Ou como dizem Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado em seu livro “*Usos e abusos da História Oral*” (2006, p. 24):

A história oral poderia distinguir-se como procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros” (FERREIRA e MORAIS, 2006, p. 24).

Diante da discussão feita por Ferreira e Amado, podemos observar que a História Oral além de representar uma nova fonte de pesquisa, permite ao historiador produzir conhecimento histórico através de relatos de vivências e experiências pessoais, evocando assim o passado a partir do presente e indo de encontro a outro tempo no qual não se está inserido como descreve Lucília Neves Delgado (2003):

Ao se dedicar à análise do passado, o estudioso de História vai de encontro a um outro tempo diferente daquele no qual está integrado. Nessa viagem realiza-se um amalgama peculiar caracterizado pelo encontro de singularidades temporais. Trata-se do encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim narrada (DELGADO, 2003, p. 10).

Ainda segundo Delgado (2003), tempo, memória e história caminham juntos através de uma relação de busca, apropriação e reconstrução da memória pela história. Essa relação acontece quando se recompõem lembranças como descreve a autora:

São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pela pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem, no entanto o modificar (DELGADO, 2003, p.10).

Diante dos discursos apresentados, podemos constatar que a História Oral se apresenta como importante fonte de pesquisa e de construção do conhecimento dos processos históricos, trazendo novas perspectivas à historiografia, já que muitas vezes para produção do conhecimento histórico, o historiador necessita de várias fontes de pesquisa que não seja somente a escrita.

O diálogo com a Literatura em que as mulheres são protagonistas se fez necessário para embasar e enriquecer a narrativa a ser construída no decorrer desse trabalho, que teve como objeto as mulheres trabalhadoras de Triunfo-PB. Assim, pudemos acompanhar discursos construídos sobre o lugar da mulher enquanto objeto de estudo no campo historiográfico, que nos mostraram sua evolução enquanto ser social e as conquistas vivenciadas pelas mesmas no cotidiano e em suas histórias de vida.

Como descreve Le Goff (2005) o surgimento de um novo campo historiográfico no século XX na Europa, sob a influência de Lucien Febvre e Marc Bloch conhecida pela expressão *Nouvelle histoire*, possibilitou a abertura do diálogo com novas fontes, novos sujeitos e novos objetos. Essa renovação historiográfica abriu portas para a inclusão da mulher como tema, como objeto e como sujeito das e nas histórias contadas (apud MARTINS, 2015, p.13).

Mary Del Priore em seu texto “História das mulheres: as vozes do silêncio” (apud, FREITAS, 2007, p. 220) discute que com esse novo advento,

As mulheres passariam a ser pensadas não apenas no campo filosófico, mas também invadiriam o campo das ciências humanas e sociais, ou seja, a história das mulheres envolveria todos os campos nos quais elas se movimentam, buscando recuperar as experiências por elas vivenciadas dentro e fora do lar (DEL PRIORE apud FREITAS, 2007, p. 220).

Segundo abordagem de Del Priore, no ano de 1970 na Europa iniciam-se as primeiras discussões voltadas para a mulher buscando integrá-las a história. Atrelada à explosão do feminismo e articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como às novas aquisições da história social e às pesquisas sobre a memória popular, aos poucos a história das mulheres vai surgindo e ganhando força. Para Del Priore, este foi um período fundamental no qual as feministas fizeram a história das mulheres antes mesmo dos historiadores.

Segundo Scott (apud BURKE, 1992, p.84) a história das mulheres atingiu legitimidade como empreendimento histórico quando afirmou a natureza e experiências separadas das mulheres, consolidando assim sua identidade coletiva. Nesse processo, a emergência da história das mulheres como campo de estudo envolve uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero. Como descreve Scott, gênero foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual e se estabelece como categoria de análise e presume,

Uma oposição fixa entre os homens e as mulheres, e identidades ou papéis separados para os sexos, que operam consistentemente em todas as esferas da vida social. Também presume a correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação e outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça (SCOTT apud BURKE 1992, p. 88).

Na esteira da abordagem acima, Cabral e Diaz (1998, p. 06) descreve o significado do termo gênero: “gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.” Como relatam os autores, as relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo da vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres. Assim sendo, as instituições sociais constroem identidades através de discursos envoltos em relações de poder, constituindo os sujeitos e cristalizando dadas identidades como naturais. Ainda segundo os autores, um dos eixos onde se concretiza a desigualdade entre homens e mulheres é a divisão sexual de trabalho:

Às mulheres, portanto se atribui ficar em casa, cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico, desvalorizado pela sociedade que deixava as mulheres “donas de casa” limitadas ao mundo do lar, com menos possibilidade de educação, menos acesso à informação, formação profissional, etc (CABRAL e DIAZ, 1998, p. 06).

Nas palavras de Diaz, embora essa situação tenha mudado nos últimos tempos e as mulheres tenham saído cada vez mais do espaço do lar e ingressado no mercado de trabalho, as desigualdades permanecem, pois além de continuarem ganhando menos que os homens, sua jornada de trabalho aumentou se tonando dupla, pois além do trabalho realizado fora do ambiente doméstico ela ainda tem de dar conta das atividades dentro do lar.

De acordo com Querino, Domingues e Luz (2013), “a mulher contemporânea oscila entre o cuidado do lar e a profissão, sendo milhões de mulheres prisioneiras do lar, já que não conseguem resolver um dilema: conciliar o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas, com a profissão” (QUERINO, et al, 2013, p. 05). Ainda segundo as autoras, no Brasil sobressaem as relações de gênero assimétricas e hierarquizadas, que se manifestam tanto no âmbito profissional quanto nas relações familiares. Apesar das mudanças, as mulheres

ainda estão destinadas às atividades como o cuidado da casa e família enquanto os homens ficam responsáveis por prover o sustento da família:

Estas diferenciações por gênero ditado pelo mercado de trabalho, determinando assim que homens e mulheres ocupem lugares desiguais e hierarquicamente determinados e favorecem a ocorrência de discriminações em relação às mulheres. O lugar ocupado pelo sexo masculino e feminino nos setores de atividade e na hierarquia das ocupações tem a característica de gênero (QUERINO, DOMINGUES & LUZ, 2013, p. 05).

As discussões desenvolvidas sobre as relações gênero se dão no âmbito da história e da cultura e nos levam a compreendê-las implicadas com as relações de poder em suas mais diversificadas formas. Michel Foucault (1988) afirma, “que o poder é uma prática social e como tal, constituída historicamente exercendo níveis variados e em pontos diferentes da sociedade” (apud, LOURO, 2007, p.11). O autor procura enfatizar, que o poder não pode ser tomado como uma matriz geral, uma relação de oposição binária e global entre dominantes e dominados, e sim, que ele se exercita a partir de muitos pontos e em várias direções. Assim, considerando a discussão do autor, podemos concluir que as relações de poder habitam tanto as esferas públicas como privadas.

A divisão de papéis e espaços para as mulheres, segundo a historiadora Michelle Perrot em seu livro “*Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*” toma corpo nas sociedades a partir de um período distinto: “durante o século XIX acentua-se uma racionalidade harmoniosa da divisão sexual onde cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços e seus lugares quase predeterminados em seus detalhes” (1988, p.178). Assim sendo, o poder feminino só seria exercido no espaço do lar. A autora afirma ainda, que a ação das mulheres no século XIX consistia, sobretudo, em ordenar o poder privado, familiar e materno a que eram destinadas.

Para o Brasil, podemos observar que esse cenário começa a mudar em finais do século XIX e início do século XX, quando a presença feminina ganha mais visibilidade nos espaços públicos e no mundo do trabalho, diante da nova conjuntura econômica advinda do processo de industrialização e modernização, bem como das lutas feministas que buscavam um novo lugar para as mulheres e que foram essenciais para a quebra de paradigmas.

Embora em tempo e por motivações diferentes, as mulheres de Triunfo-PB passaram também por esse processo vindo a ocupar espaços e atuar em atividades fora do reduto do lar como procuramos mostrar ao longo desse trabalho. Apesar da cidade de

Triunfo apresentar uma realidade local marcada por limitações impostas tanto por fatores econômicos como socioculturais, e em função dessas próprias limitações, as mulheres triunfenses entre as décadas de 1960 e 1990 foram aos poucos se inserindo no mundo do trabalho, fora do ambiente doméstico, movidas pela necessidade de contribuir com o orçamento familiar, iniciando um processo ininterrupto marcado por tensões e disputa de poder constante.

A nosso ver, a relevância desse estudo se constitui em mostrar a dinâmica que envolveu a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho em Triunfo e com isso contribuir com a historiografia das mulheres e da cidade.

2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO FEMININO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos discursos que circulam com mais precisão a partir do século XIX sobre o lugar da mulher na sociedade, é possível observar a construção de novas relações com o mundo do trabalho e quebra de estigmas e preconceitos que reservou à mulher o papel de mera coadjuvante. Foram inúmeras e diferentes as batalhas travadas pela conquista do direito ao trabalho e afirmação social feminina, independente da classe social a que pertencessem. Ricas ou pobres, as mulheres foram alvo de discursos que definiam regras sociais de conduta, priorizando o lugar da mulher ao espaço doméstico.

A historiografia voltada para a construção da história das mulheres, nos mostra discursos construídos por diversos setores da sociedade a exemplo de médicos higienistas, juristas, elites intelectuais e políticas que estigmatizaram a mulher como dona de casa, frágil e incapaz de desenvolver qualquer atividade que não estivesse relacionada ao ambiente do lar. Numa tentativa de mantê-la limitada ao espaço doméstico, através da crença de que a natureza feminina estava voltada biologicamente para desempenhar funções na esfera privada, esses discursos buscavam situar a mulher numa posição de submissão em relação ao homem, e difundir a imagem da mulher ideal cada vez mais centrada nas atividades relacionadas ao espaço doméstico como descreve Maluf e Mott (2004):

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e sua relação com suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser (MALUF e MOTT apud SEVCENKO, 1998, p. 373-374).

Assim sendo, a função da mulher era a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, numa posição que a condicionaria à realização de atividades exclusivamente voltadas ao espaço do lar e a impediria de desenvolver qualquer realização que estivesse fora do ambiente doméstico. Ao tempo que o homem vai se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho, à mulher era incumbida a construção de um lar feliz, um ambiente familiar e acolhedor que fosse atrativo ao seu esposo para que o mesmo não buscasse divertimentos fora de casa. A harmonia do lar era responsabilidade da mulher que deveria exercer o seu

papel com dedicação e amor, submissa ao marido e aos discursos construídos por diversas instituições de controle e vigilância da moral social.

Ao analisar o lugar da mulher durante o século XIX, a historiadora Michelle Perrot, (1988, p.178), descreve que nesse período intensificaram-se os discursos sobre a divisão sexual onde cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas e seus espaços quase predeterminados em seus detalhes. Nessa conjuntura, o poder feminino só seria exercido no espaço do lar. A autora afirma que,

A ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno a que eram destinadas. [...] O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro (PERROT, 1988, p.180-186).

Como podemos observar nas palavras da autora, o papel da mulher no século XIX era bem definido. Seu espaço de atuação era o doméstico, e mesmo dentro desse espaço que lhe era destinado existiam limites impostos pelas regras de conduta do casamento. Entretanto, apesar de todos esses discursos que buscavam retrainir a participação feminina à esfera privada, já em meados do século XIX e início do século XX, como nos mostra a historiografia, a presença feminina ganha mais visibilidade nos espaços públicos. Diante da nova configuração econômica que se desenvolve no cenário mundial nesse período, cresce a luta de mulheres por uma participação mais ativa nos processos que compõem o meio sociocultural, político e econômico. A partir das transformações advindas com o processo de modernização das cidades, começam a surgir novos espaços de sociabilidade feminina, bem como discursos em oposição a condição feminina de submissão e inferioridade, propagadas nas vozes de mulheres que almejavam um novo lugar na sociedade. A mulher nesse momento passa a ocupar novos espaços, principalmente no que concerne ao mundo do trabalho, embora o ambiente domiciliar ainda continue sendo o seu lugar por excelência de sua presença e de sua atuação.

Dentro desse contexto, com o intuito de compreender como se constrói a relação da mulher com o mundo do trabalho no Brasil, pretendemos neste primeiro capítulo estabelecer um diálogo com alguns discursos construídos em torno do lugar da mulher na sociedade brasileira, principalmente quando da sua participação no mundo do trabalho,

fazendo uma análise em particular sobre os discursos gerais que circulavam em torno da figura feminina, buscando restringir sua participação nas sociedades à esfera do lar.

2.1 O avanço tecnológico e as transformações na estrutura do trabalho no Brasil

A princípio, para que possamos entender como ocorrem as mudanças na dinâmica das relações da sociedade brasileira, permitindo assim a abertura de novos espaços de sociabilidade para a figura feminina, é preciso conhecer o contexto histórico das primeiras décadas do século XX no Brasil. No final do século XIX e início do século XX, a economia internacional passava por grandes transformações decorrentes dos avanços no processo de industrialização na Europa e nos Estados Unidos advindas com as descobertas científico-tecnológicas. Como descreve Nicolau Sevcenko em sua obra *“História da vida privada no Brasil V. 3 – República: da Belle Époque a Era do Rádio”*,

Neste momento ocorre uma Revolução Científico-Tecnológica que mudaria as relações comerciais entre os países, provocando transformações drásticas no modo de vida das pessoas, em virtude da intensificação no ritmo de transportes, comunicação e trabalho, alterando hábitos e costumes cotidianos bem como as relações entre os indivíduos (SEVCENKO, 1998, p. 08-13).

Conforme Sevcenko (1998, p.12) como reflexo do intenso processo de industrialização que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, surge a necessidade de busca por matéria-prima, bem como de novos mercados consumidores para os excedentes de produção, resultando no avanço europeu sobre as sociedades tradicionais de economia agrícola, que foram sendo inseridas no processo de industrialização. Assim sendo, diversos países ocidentais passaram por transformações no contexto socioeconômico e cultural modificando suas estruturas e práticas sociais, além das relações entre os indivíduos. Diante dessa nova conjuntura internacional, surge no Brasil o desejo da elite cafeeira e de jovens intelectuais brasileiros de promover uma nova configuração política e econômica no país. A implantação da república associada ao processo de industrialização e o advento da modernidade, acarretou significativas mudanças na vida da população brasileira no século XIX que se viu diante de um

crescimento urbano acelerado pelo êxodo rural e pelo processo de imigração. Nessa conjuntura, Sevcenko (1998) afirma que,

Ascende uma nova camada de arrivistas enriquecidos nas negociatas dos primeiros anos do novo regime. Esse momento, coincide com a abolição (1988) e a desmobilização de enormes contingentes de ex-escravos no Sudeste, em paralelo com a vultuosa imigração estrangeira, alterando os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na medida em que se consolidavam as práticas de trabalho assalariado e da constituição de um mercado interno mais dinâmico (SEVCENKO, 1998, p.15-16).

Ao descrever também esse período, Maria Cristina Cortez Wissenbach (apud SEVCENKO, 1998, p.112) afirma que “a expansão das cidades gerou uma ampliação nas oportunidades de trabalho, mas esta se deu mais no setor de serviços e nos espaços da economia informal do que nos diversos ramos da indústria”. Margareth Rago em seu texto “Trabalho feminino e sexualidade” (apud DEL PRIORE, 2004, p.580-581) descreve que desde meados do século XIX o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto nas fazendas de café, como nas fábricas que surgiam nas cidades. Além de suprir o mercado de trabalho com mão de obra barata e livre, as elites brasileiras inspiradas nos discursos *eugenistas* formulados na Europa, buscavam a formação de um novo perfil do trabalhador brasileiro cidadão da pátria, disciplinado, produtivo e branco, traços que eram encontrados no perfil do imigrante europeu. Sobre esse contexto, Rago descreve que era grande o número de mulheres imigrantes, moças jovens e brancas trabalhando no espaço fabril bem como no mercado informal. Quanto às mulheres negras, mesmo após a Abolição e a formação do mercado de trabalho livre, continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados da sociedade. Sua condição social no Brasil pouco mudou como descreve a autora:

Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período- como o Correio Paulistano e o Estado de São Paulo ou o Jornal do Comércio e A Noite, do Rio de Janeiro-, como ocorre com as imigrantes europeias (RAGO apud DEL PRIORE, 2008, p. 582).

Como podemos observar nas palavras da autora, a condição da mulher negra no Brasil nas primeiras décadas do século XX pouco mudou mesmo após o processo de

Abolição. Elas continuam sem nenhum tipo de reconhecimento por parte da sociedade, enfrentando preconceitos, além de permanecerem exercendo atividades nos setores mais desqualificados do mercado de trabalho.

Ao descrever o universo do trabalho feminino no Brasil nesse período, Rago (apud DEL PRIORE, 2004, p.581-582) afirma que já era considerável o número de mulheres que trabalhavam fora do espaço doméstico, fosse nas fazendas de café, nas fábricas ou no mercado informal. Segundo a autora, muitas mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem no Brasil. Na indústria têxtil, no estado de São Paulo, as mulheres representavam cerca de 49,95,% do operariado nas primeiras décadas do século XX. Além disso, Rago acrescenta que havia muitas mulheres que costuravam para as fábricas no próprio espaço do lar na busca de aumentar o orçamento familiar. Esse tipo de trabalho segundo a autora, representava um negócio lucrativo para as indústrias que não teriam de pagar determinados impostos, além de tornar a exploração mais fácil, já que essa força de trabalho apresentava menos resistência. Diante da necessidade de se prover a subsistência da família, muitas costureiras chegavam a desenvolver uma jornada de trabalho de 18 horas por dia, produzindo para fábricas de chapéu ou alfaiataria no próprio espaço doméstico, se expondo a jornadas de trabalho exaustivas e um regime de exploração com condições de trabalho degradantes.

Verificamos ainda na discussão apresentada pela autora, que as mulheres pobres no Brasil, além de trabalharem nas indústrias no Sudeste, exerciam atividades no campo trabalhando em fazendas e outros tipos de propriedades rurais. Nas cidades, trabalhavam também no interior das casas como domésticas, lavadeiras, cozinheiras ou ainda circulavam nas ruas como doceiras, vendedoras e prostitutas, sendo consideradas muitas vezes, por diversos setores da sociedade, como ameaçadoras da moral e dos bons costumes. Já as mulheres de classe média e alta, com mais acesso à educação formal, se tornavam professoras, engenheiras, médicas, jornalistas, etc, mas mesmo estas enfrentaram discursos preconceituosos de autoridades e homens da ciência que consideravam a participação feminina na esfera pública o do trabalho incompatível com sua constituição biológica.

Entretanto, mesmo enfrentando preconceitos, as mulheres foram ocupando pouco a pouco os espaços de trabalho, o que não significa dizer que elas foram substituindo a mão de obra masculina, pelo contrário, do espaço fabril elas foram sendo expulsas gradativamente conforme crescia o processo de industrialização. Esse processo, segundo

Rago, decorre dos discursos pregados por diversos setores da sociedade que desqualificavam o trabalho feminino devido as “fragilidades” inerentes ao seu sexo, por estar desvinculado do espaço doméstico e se tratar de um espaço naturalmente destinado , pelos homens, ao sexo masculino. Mas, embora ainda desempenhassem funções consideradas menos importantes nos campos de trabalho que lhes eram abertos, esse momento, foi muito importante para o futuro da mulher no mundo do trabalho no Brasil. “Nesse contexto, foram definidos códigos sociais e morais, noções de certo e errado, além de leis trabalhistas que afetariam por décadas as relações de trabalho, o cotidiano do lar e da vida social, principalmente das mulheres” (apud DEL PRIORE, 2004, p.603).

2.2 O trabalho e as novas práticas sociais femininas: uma ameaça a moral social

Diante de tantas mudanças no comportamento feminino, atrelado ao processo de industrialização e modernização nas primeiras décadas do século XX no Brasil, as camadas mais conservadoras da sociedade brasileira principalmente as elites intelectuais e políticas que viam a inserção da mulher no mercado de trabalho como uma ameaça a moral social e a instituição familiar, passaram a tentar reafirmar o lar como lugar da mulher por excelência. Nesse momento, a imprensa brasileira passa a utilizar discursos jurídicos na tentativa limitar as ações femininas divulgando preceitos do código civil de 1916, que legitimavam a submissão da mulher ao marido, bem como exaltavam a condição de inferioridade feminina. Conforme discutem Maluf e Mott (apud SEVCENKO, 1998, p. 375) o código civil de 1916, continha vários preceitos que determinavam a mulher como dependente do homem, principalmente ao definir os papéis de cada um dentro da relação conjugal. Segundo as autoras, essa nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação. Além disso, o novo código apresentava uma série de normas e de condutas sociais que estabeleciam o fortalecimento do vínculo conjugal destacando sempre o papel de cada um: ao marido a manutenção da família e o espaço público; à mulher a identidade social de esposa e mãe e o espaço privado. Dentro desse contexto, o direito da mulher trabalhar ou realizar qualquer ato civil fora do espaço domiciliar dependia da autorização de seu conjugue.

Podemos observar aqui, a grande preocupação das camadas mais conservadoras da sociedade brasileira quanto à ascensão do papel da mulher na sociedade. Temia-se o desmoronamento das antigas relações sociais em que a figura masculina centralizava o poder de decisão e controle da honra e moral social. A mulher ao sair do ambiente doméstico, invade os espaços considerados masculinos entre eles o mundo do trabalho, ameaçando a hegemonia masculina e a perda dos valores tradicionais da instituição familiar.

Diante da crescente presença feminina nesses novos espaços, como discute Margareth Rago em sua obra *“Do cabaré ao lar: a Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1935”* (1985, p.65) emerge o discurso masculino e moralizador de médicos, juristas e sanitaristas procurando persuadir a mulher, tanto de classe alta como das camadas mais baixas, de sua tarefa natural de criação e educação dos filhos. Além disso, surgem também os discursos de alerta sobre as promiscuidades existentes nos ambientes de trabalho, que ameaçavam a estrutura familiar e as hierarquias de gênero. A dinâmica das fábricas, por exemplo, segundo os mais conservadores, provocaria a “desonra da família” ao permitir a convivência de homens e mulheres no mesmo espaço criando uma ruptura nas relações familiares bem como a perda do conceito de família. Sobre esse contexto, Rago acrescenta que a mulher não deveria sair de sua casa para trabalhar e ajudar nas despesas visto que,

Isso era inconcebível e a colocaria em risco de cometer “deslizes”, sendo que quanto mais a mulher se distancia do espaço doméstico, mais a sociedade burguesa lança sobre ela o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1885, p.78).

Outra questão enfatizada pelos discursos de governantes e juristas da época, é que a rua nesses novos tempos de progresso simbolizava lugar de desvios e tentações, onde a vigilância sobre as mulheres fossem elas ricas ou pobres deveria ser constante. Apesar desse espaço ser mais vivenciado pelas mulheres da elite com o advento da modernidade, desde final do século XIX, a rua já se constituía como espaço de vivência e sobrevivência das mulheres pobres que precisavam trabalhar para se manter. Sobre esse contexto a autora Rachel Soihet em seu texto “Mulheres pobre e violência no Brasil urbano”, descreve que:

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como

indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deveriam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência (SOIHET apud DEL PRIORE, 2004, p.365).

Como nos mostra Soihet, os discursos e as práticas sociais impostas não se adequavam a todas as camadas femininas e criavam um lugar diferenciado para as mulheres de acordo com a classe social a qual pertenciam. Enquanto o espaço da rua se tornava parte do cotidiano da mulher elitizada a partir do advento da modernidade, surgindo como novo lugar de sociabilidade e possibilidade de trabalho, para as mulheres das camadas populares a rua sempre se constituiu como espaço de sobrevivência e de busca por oportunidades trabalhistas. Conforme as palavras da autora, as mulheres populares em sua maioria não se adaptam às características impostas ao sexo feminino como recato, submissão ou fragilidade. Eram mulheres que precisavam trabalhar desde cedo, na maioria das vezes não eram formalmente casadas, não tinham direito a educação e estavam distantes dos estereótipos atribuídos as mulheres naquele período.

Apesar de todos os discursos que procuravam limitar a participação feminina ao espaço doméstico, vários fatores contribuíram para ampliar cada vez mais sua relação com o mundo do trabalho. Na década de 1940 com a Segunda Guerra Mundial, muitas mulheres cujos conjugues foram convocados para as frentes de batalha, tiveram que assumir as responsabilidades e prover o sustento da família. Nesse período, diante das necessidades econômicas do momento, a participação feminina na esfera do trabalho é valorizada e várias de suas reivindicações foram atendidas como, por exemplo, o direito de votar e serem votadas e o ingresso em instituições educacionais. Nos anos 1950, como descreve Carla Bassanezi (apud DEL PRIORE, 2004, p.608), terminada a guerra o Brasil vive um período de crescimento urbano e industrial aumentando as possibilidades educacionais e profissionais tanto para homens quanto para mulheres. Nesse contexto, ampliam-se também o acesso à informação, lazer e consumo influenciando comportamentos sociais, familiares e femininos. Segundo a autora, apesar das tendências internacionais de modernização e emancipação feminina em decorrência de sua participação no esforço de guerra e do desenvolvimento econômico, o trabalho feminino, ainda que cada vez mais comum, continuava cercado de preconceitos, sendo visto como renda complementar do orçamento familiar. Além disso, terminada a guerra retornam a força de trabalho masculina e a ideologia que valorizava a diferenciação entre os sexos trazendo os discursos que priorizavam a participação feminina à esfera do lar, onde ser mãe, esposa e dona de casa

era considerado o destino natural das mulheres. Entretanto isso não impediu o crescimento de sua participação no mercado de trabalho, pois surgiram novas oportunidades de emprego e profissões consideradas femininas como enfermeiras, vendedoras e professoras primárias.

A década de 1960 sinaliza um período de vários avanços para o público feminino, um deles foi o surgimento da pílula anticoncepcional, quando os corpos das mulheres passaram por ressignificações, não cabendo mais somente a função de reprodução. Além disso, a busca pelo prazer feminino já não teria tanta preocupação e o controle da natalidade facilitaria a vida do público feminino no mundo do trabalho. Esse período também é marcado pelo autoritarismo do regime político ditatorial que se instala no Brasil permanecendo por duas décadas e ficando conhecido como “*anos de chumbo*”. Nesse contexto, como descreve Paola Cappellin Giuliani em seu texto “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”,

Os governos militares enfraquecem os vínculos de integração social dos trabalhadores e reduzem drasticamente o acesso a cidadania social, reprimindo sindicatos e reduzindo direitos trabalhistas onde a maioria das mulheres continua sendo contemplada apenas indiretamente como cidadãs (GIULIANI apud DEL PRIORE, 2004, p.642-643).

É nesse cenário que o movimento feminista, na medida em que se constitui como espaço de resistência e luta em defesa da mulher, realiza diversas ações na luta por uma maior visibilidade feminina nas sociedades. Esse movimento se fortalece no Brasil na década de 1970 se organizando de forma mais sistematizada para somar resistência contra a ditadura militar e lutar pelo reconhecimento dos direitos das mulheres².

2.3 A década de 1970 e a ampliação da força do trabalho feminino no Brasil

Apesar de já ser possível se observar o crescimento da participação feminina no mundo do trabalho desde as primeiras décadas do século XX, como podemos observar na

²Dados retirados do artigo intitulado: “A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista – Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de mulheres no Brasil, entre os anos de 1970-1980”. Trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Alternativa do V Congresso Nacional de História da Mídia (São Paulo, 2007). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/>. Acessado em: 24/05/2016.

discussão apresentada até aqui, é na década de 1970 que essa participação se intensifica, tornando-se uma das mais importantes mudanças sociais ocorridas no Brasil nesse período.

A década de 1970 no Brasil é marcada por várias transformações que atuam diretamente sobre o mundo do trabalho. O país, apesar de ainda estar inserido em um regime político ditatorial, vivenciava nesse período o chamado “*milagre econômico*”³ como resultado do dinamismo alcançado pelo capitalismo brasileiro, influenciado por vários fatores, a exemplo, da atuação do Estado na economia e os arranjos feitos entre o capital estrangeiro e nacional. De acordo com Cristina Bruschini⁴ em seu artigo “*Tendência da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*”⁵ (1989, p. 09), nesse momento a expansão econômica, a crescente urbanização e o ritmo acelerado do processo de industrialização, configuram um momento econômico favorável à incorporação de novos trabalhadores, segundo Bruschini,

A sociedade brasileira passa por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutem sobre o nível de composição interna da força de trabalho. As taxas de crescimento econômico e os níveis de emprego aumentam expressivamente. Ampliam-se oportunidades de trabalho para grandes camadas da população, intensificando-se o processo iniciado em décadas anteriores de transferência da população ativa do setor primário para o secundário e terciário. O país consolida sua industrialização, moderniza seu aparato produtivo, tornando-se industrializado e urbano (BRUSCHINI, 1989, p. 09).

De acordo com a autora, a indústria manufatureira, motor principal desse crescimento aumentou 17,5 vezes nesse período, enquanto a produção agrícola caiu de 1,8% para 1,3%. Esse processo de crescimento da economia foi acompanhado por grandes mudanças sociais como o aumento da população das cidades, resultado das constantes migrações de pessoas da zona rural para a zona urbana em busca de ofertas de emprego. Mas, como afirma Bruschini, o crescimento econômico vivenciado nesse período, ocorre em meio ao aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda nas mãos de poucos, tendo em vista o sistema político autoritário em vigência ainda marcado pelo regime ditatorial instalado no Brasil desde a década de 1960. A maior parte da massa de trabalhadores teve queda nos salários e perda de liberdade sindical o que contribuiu para o

³O termo “milagre econômico” foi usado pela imprensa nacional e internacional para se referir ao rápido crescimento da economia brasileira na década de 1970.

⁴Socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

⁵Trabalho apresentado na reunião intermediária do GT Mulher na força de trabalho, da ANPOCS, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1988.

aumento das desigualdades sociais que se agravaria em meados de 1970 com a crise econômica que se instalou no país aumentando as taxas inflacionárias e o desemprego, causando uma baixa na qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros.

No que remete ao trabalho feminino, foco central desse estudo, podemos observar nos discursos historiográficos analisados, que a participação feminina no mundo do trabalho que já vinha mostrando crescimento nas décadas anteriores, ganha um destaque ainda maior na década de 1970. Apesar da economia nesse período oscilar entre crescimento e crise, a participação das mulheres no mundo do trabalho cresce de forma intensa, mantendo-se elevada mesmo no período de crise que se inicia a partir de 1975. Sobre esse contexto, Bruschini (1989, p.14-15) afirma que a participação feminina na PEA⁶ brasileira amplia-se de 18,2% na década de 1970 para quase 37% em 1985, um crescimento que já era observado desde a década de 1950 quando se intensifica o processo de industrialização brasileiro e expansão do capitalismo.

Segundo Bruschini (1989, p.17) vários fatores poderiam ter influenciado o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nesse período, o desenvolvimento econômico, a consolidação do processo de industrialização e a urbanização de algumas áreas do Brasil, tudo isso teria acarretado a ampliação do mercado de trabalho provocando uma busca maior por de mão de obra feminina. Além disso, como descreve ainda a autora, ocorre uma mudança nos valores relativos ao trabalho feminino, tanto do ponto de vista do empregado como do empregador, a partir das novas práticas sociais que rompiam com os padrões tradicionais de comportamento feminino. Outro fator enfatizado pela autora, para o constante ingresso da mulher no mundo do trabalho, seria a queda na renda de grande parte da população brasileira na última década. Tanto as camadas pobres quanto as mais elitizadas sofreram o impacto do crescimento econômico com concentração de renda e da crise econômica que se estabeleceu quando a participação das mulheres em atividades remuneradas se tornou cada vez mais necessária para complementar a renda familiar. Entretanto, Bruschini afirma que,

Certamente houve padrões diferentes de incorporação ao mercado de trabalho das mulheres de várias classes sociais. As variações encontradas dizem respeito tanto ao modelo de desenvolvimento econômico e ao processo de ampliação das oportunidades de trabalho, quanto às transformações ocorridas na sociedade brasileira em relação à estrutura familiar e a padrões culturais (BRUSCHINI, 1989, p. 18).

⁶PEA: População Economicamente Ativa

Como podemos observar nas palavras da autora, vários fatores podem ter contribuído para o ingresso feminino no mundo do trabalho, independente da classe social a quais pertenciam. Mas será que esse crescimento apontado pela autora da participação ocorre da mesma forma em todas as regiões brasileiras?

Segundo Bruschini (1989) o crescimento econômico vivenciado na década de 1970 não atinge todas as regiões do Brasil. O Nordeste, por exemplo, cuja economia era baseada na produção de algodão e da cana de açúcar até a década de 1950, revelou fraco desempenho nas primeiras tentativas de industrialização. Além dos fatores climáticos que limitavam o processo de implantação industrial, como as grandes secas que assolavam a região, ela ainda enfrentava a concorrência na produção de seus principais produtos agrícolas, a exemplo da cana de açúcar, com a região Sudeste. Mesmo nessa conjuntura, a autora descreve que a participação da mulher na força de trabalho na região acompanha o crescimento que se observa no Brasil como um todo e ocorre tanto no setor urbano como rural. Como descreve Bruschini (1989, p.15-16) em 1970 o trabalho feminino na região Nordeste atinge uma porcentagem de 16% passando para 35% nas décadas seguintes.

Em se tratando do Estado da Paraíba para onde está voltada minha pesquisa, que tem como foco principal a cidade de Triunfo, podemos observar a partir das fontes historiográficas analisadas, que os números de crescimento econômico nesse período se mostravam favoráveis. Apesar da maioria de suas cidades nesse período, apresentarem estruturas urbanas ainda com traços rurais, a Paraíba já nas primeiras décadas do século XX, passava por um processo de transformação urbana e de reorganização das relações sociais em suas principais cidades, influenciada pela política desenvolvimentista do Brasil e pelo advento da modernidade, que como discutimos acima já dava seus primeiros passos. Como descreve Maria do Socorro Cipriano em sua dissertação intitulada “*A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*”,

Desde o início do século vinte, quando as casas das ricas famílias ainda ocupavam os centros das principais cidades paraibanas e o processo de urbanização ainda estava se iniciando, alguns elementos da modernidade como o trem, o cinema, a iluminação elétrica e o bonde já faziam parte do cotidiano dos paraibanos (CIPRIANO, 2002, p. 02).

Márcia Ramos da Silva (apud Martins, 2015, p.36), endossa as palavras da autora ao descrever que na tentativa de afastar os traços ainda rurais considerados velhos e

atrasados do moderno que já se apresentava, os políticos paraibanos começaram a investir cada vez mais no processo de transformação das paisagens urbanas pavimentando ruas, investindo no saneamento básico, construindo praças, realizando mudanças que viriam a gerar uma nova dinâmica social, principalmente no que remetia ao público feminino. É importante destacar, no entanto, que o processo de modernização das estruturas econômicas e sociais na Paraíba não acompanhou o ritmo das grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, nem foi vivenciado por todas as cidades paraibanas, pois mesmo aquelas que apresentavam os primeiros traços da modernidade como a chegada do trem e da luz elétrica, conviviam com características de uma sociedade tradicional e uma estrutura urbana ainda rural. Deste modo, por muito tempo o velho e o novo fizeram parte da estrutura urbana das cidades paraibanas, cuja dinâmica social ia se modificando conforme adentravam os signos da modernidade.

Ainda de acordo com o discurso de Cipriano (2002), seduzidas pelos discursos da modernidade e pelas novas práticas sociais e culturais, as principais cidades paraibanas alteravam gradativamente sua maneira de sociabilizar diante dos novos espaços de vivência que surgiam. Intensificava-se também nesse período, a preocupação de muitos moralistas paraibanos, baseados nas falas que circulavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, sobre o lugar das mulheres e a apropriações que estas faziam dos novos modelos de feminilidade da sociedade moderna. Como discute Cipriano (2002, p.02), a imprensa oficial da Paraíba nesse período representada pelo jornal *A União* ou por revistas editadas pela elite intelectual da época, a exemplo da *Era Nova* e *A Ilustração*, se constitui um importante espaço de debate onde eram discutidos vários temas relacionados à mulher, como educação, casamento, moral e família.

Segundo Cipriano, na imprensa paraibana da década de 1930 os discursos masculinos se dividiam entre os que pensavam que a mulher ainda deveria ficar em casa e os que achavam que ela deveria ser não uma “emancipada feminista”, mas uma colaboradora do homem. Dentre esses discursos, afirmava-se o conceito de que as novas práticas sociais faziam com que as mulheres transgredissem antigas regras de conduta, colocando em risco a honra das famílias, bem como a moral do Estado paraibano, alertando inclusive para práticas como o adultério. Conforme afirma a autora, na Paraíba como no Rio e em São Paulo, muitos moralistas usavam o termo “ousadia feminina” diante das investidas de mulheres nos espaços antes destinados aos homens, como o mundo do trabalho, alertando para o que acreditavam ser a decadência da família. Propagavam-se

ainda afirmações de que sendo a mulher possuidora de uma “natureza” irracional e em consequência disso “naturalmente desordeira”, sua ascensão na sociedade resultaria na desmoralização social, como relatava um artigo do periódico “*O jornal*” em 1824:

A natureza faz a mulher para casar, ter filhos, cuidar da família e fora da proteção da família a mulher corre grande perigo moral. Mas algumas filhas de Eva se esquecem dessa dádiva divina e se lançam a competir com os homens. Essas dodivanas trazem desordem a família que sofrem com os males da corrupção (O JORNAL apud CIPRIANO, 2002, p.08).

É importante observar, no entanto, que os novos modelos de feminilidade, bem como os novos espaços conquistados pela presença feminina como o mundo do trabalho, não foram vivenciados da mesma forma por todas as mulheres, nem em todas as cidades paraibanas. Como descreve a autora, na Paraíba apesar de muitas mulheres terem assumido cedo a direção dos negócios da família, devido em alguns casos a uma viuvez precoce, a imagem da família que ficou registrada na historiografia local por muito tempo, foi aquela em que os homens que deveriam prover o sustento da família, enquanto a mulher ficaria a cargo dos afazeres domésticos.

Desta forma, ao descrever a relação da mulher com o mundo do trabalho na cidade de Campina Grande, Cipriano (2002, p.123), afirma que a participação feminina no mundo do trabalho até meados do século XX era pequena e restrita na maioria das vezes às atividades ligadas ao espaço doméstico. Além disso, a autora acrescenta ainda, que mesmo as moças de famílias mais abastadas tinham poucas opções de profissões consideradas aptas ou socialmente aceitáveis, como professoras e enfermeiras. No caso das mulheres com pouca condição financeira, a autora afirma que estas atuavam como vendedoras de doces nas ruas, lavavam roupas, faziam bordados e costuravam para sobreviver.

Em estudo realizado por Mariângela Duarte Magalhães (2013) a mesma descreve que nas primeiras décadas do século XX a cidade de Cajazeiras também passava por transformações, seguindo o processo de modernização das principais cidades paraibanas. Segundo a autora, nesse período a cidade teve seu centro urbano modificado e vários elementos da modernidade se faziam presentes, como a luz elétrica, o cinema e o trem. Conforme apresenta a autora, em descrição realizada por Deusdedit Leitão (2000) em sua obra “*Inventário do Tempo: memórias*” (apud MAGALHÃES, 2013, p.16) já na década de 1950, Cajazeiras se constituía como importante cidade do sertão paraibano, prosperando com a cultura do algodão que durante muito tempo sustentou o comércio da região. Além

disso, tinha um centro comercial bem estruturado, apresentando várias lojas e uma feira semanal que atraía além dos moradores locais, pessoas de várias cidades vizinhas, tanto para compra e venda de produtos, como em busca de emprego.

Outro elemento apontado por Leitão (2000) como fator de desenvolvimento da cidade de Cajazeiras, eram os colégios e escolas públicas que recebiam moças e rapazes de várias cidades vizinhas, se constituindo como espaço de construção do saber e das relações interpessoais locais, tendo a igreja como um dos principais construtores desse processo. É importante destacar aqui, que o discurso moralizante também se fazia presente nesse período. O cinema segundo Magalhães (2013), era visto pela sociedade local como espaço amoral e seus conteúdos foram alvo de especulações e críticas por parte da igreja, em jornais e rádios, o que não difere dos discursos que circulavam nas principais cidades paraibanas como Campina Grande. Nesse período, como descreve a autora, era grande o fluxo de pessoas que migravam do campo para cidade em busca de melhores condições de vida e de acesso a educação. Podemos observar a importância do desenvolvimento da cidade para a participação feminina no mundo do trabalho, quando a autora diz que:

Graças ao desenvolvimento apresentado na cidade de Cajazeiras, era comum a busca de homens e mulheres por oportunidades trabalhistas, os homens no mercado informal e as mulheres buscando, além de formação profissional, principalmente na área da educação, emprego nas lojas ou em casas de família (MAGALHÃES, 2013, p.17-18).

Como podemos observar na discussão apresentada acima, o processo de modernização das cidades paraibanas, embora aconteça de forma lenta, proporciona uma inovação nas práticas sociais do público feminino, possibilitando que as mulheres ocupem novos espaços antes priorizados pela presença masculina como o mercado de trabalho. Observa-se ainda, que os novos espaços de sociabilidade, bem como as oportunidades trabalhistas, não foram vivenciados da mesma forma por todas as camadas femininas já que havia uma grande diferença entre pertencer à elite e ser das camadas mais populares. Algumas mudanças advindas com a modernização como o direito a educação e formação profissional, estavam inseridas no cotidiano da mulher da elite, já que as mulheres pobres não dispunham de condições financeiras para isso e desde cedo eram obrigadas a realizar atividades no meio agrícola ou no mercado de trabalho informal como vendedoras ou domésticas.

Diante do que aqui foi exposto, finalizando no momento a discussão proposta nesse primeiro capítulo, podemos observar que a relação da mulher com o mundo do trabalho no Brasil tem suas primeiras transformações já nas primeiras décadas do século XX quando ocorrem mudanças na configuração política e econômica brasileira, em consequência do processo de industrialização e do avanço na modernização das cidades, modificando o ritmo de vida da sociedade brasileira. Além disso, é possível observar que apesar do crescimento da participação feminina no mundo do trabalho, a construção dessa relação ocorre em meio a preconceitos, sob condições precárias e com pouca valorização. Vemos que por muito tempo as mulheres realizaram atividades não reconhecidas como trabalhistas e que geralmente eram uma extensão do seu papel como dona de casa.

Assim, com o objetivo de construir uma narrativa que apresente como se desenvolve a relação da mulher triunfense com o mundo do trabalho, apresentaremos no capítulo seguinte o contexto histórico-cultural do município de Triunfo, bem como as possibilidades de inserção no mundo do trabalho que aí se apresentava para as mulheres triunfenses.

3. ATIVIDADES FEMININAS: ANOS 1960 E 1970 EM TRIUNFO-PB

No capítulo anterior apresentamos alguns discursos historiográficos sobre o lugar e papel tradicional da mulher na sociedade brasileira, bem como sobre as mudanças no contexto histórico do Brasil, que permitiram a abertura de novos espaços e papéis para a figura feminina principalmente no que se refere ao mundo do trabalho.

Como pudemos observar na discussão exposta, desde as primeiras décadas do século XX a mulher vai conquistando novos espaços e sua relação com o mundo do trabalho vai se tornando cada vez mais crescente e diversificada. Já na década de 1950, podemos observar que o crescimento dessa participação se intensifica devido entre outros fatores ao desenvolvimento do processo de industrialização que gera muitas oportunidades trabalhistas tanto para o público masculino quanto feminino, apesar destas ainda estarem longe de atingir os níveis alcançados pelo trabalho masculino.

Assim sendo, cientes de que esse processo não ocorre da mesma forma em todas as regiões brasileiras, principalmente quando observadas as realidades das pequenas cidades do interior do Brasil, cuja conjuntura econômica e social é na maioria das vezes marcada por uma configuração diferente em termos econômicos e culturais, a discussão que pretendemos fazer nesse segundo capítulo busca apresentar o mundo do trabalho na cidade de Triunfo-PB, objeto particular desse estudo, nos anos de 1960-1970, período que compreende sua emancipação e construção de uma vida social, política e administrativa autônoma.

3.1 Aspectos histórico-culturais do Município de Triunfo

Localizada no interior da Paraíba, mais precisamente na microrregião de Cajazeiras, alto sertão paraibano, a cidade de Triunfo possui uma extensão de 219,866 km² e apresenta uma população de 9.220 habitantes de acordo com dados do censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷. Triunfo teve sua independência político administrativa sob a Lei 2.637 de 20 de dezembro de 1961, sendo a municipalização instalada oficialmente no dia 22 de dezembro, data em que se comemora o

⁷Dados disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>. Acessado em 20/05/2016.

dia da cidade. Como cidade do interior, Triunfo apresenta grande legado cultural ligado à religiosidade, traço marcante do município, através dos fatos que marcaram sua construção histórica, conforme os que são difundidos a partir de pesquisas e relatos orais de moradores locais, sua formação urbana teve início a partir da segunda metade do século XIX e está relacionada a um fato religioso que ocorreu no ano de 1864.

Em finais do século XIX, como descreve Erika Vanessa Lisboa Andrade em seu texto monográfico “*Os quarenta*”: *tradição e identidade de uma comunidade negra na cidade de Triunfo - PB da década de 1950 aos dias atuais*” (2013, p. 14 e seguintes) a cidade de Triunfo era apenas um povoado denominado “*Picadas*” pertencente a cidade de Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe - PB. Sua formação urbana iniciara-se em torno da capela construída por um beato conhecido por Caboclo Manoel Bernardo, que teria feito uma promessa ao Menino Deus quando uma epidemia de cólera assolava a região. Segundo Andrade, o beato fez a promessa de construir uma capela tendo como padroeiro o Menino Deus, cuja festa seria celebrada na segunda quinzena do mês de Dezembro com novenas e festejos, caso a epidemia não atingisse o pequeno povoado. Como a graça foi alcançada e o povoado não foi atingido pela doença, o Beato saiu a pedir esmolas para a construção da capela, que viria a ser o marco da fé e da devoção do povo triunfense ao padroeiro Menino Deus, bem como da construção histórica do município de Triunfo, pois a esse fato está ligado também a mudança do nome daquela localidade de Picadas para Triunfo, em homenagem ao triunfo e vitória do povoado sobre a epidemia de cólera.

A capela foi construída no ano de 1864 e com o passar dos anos passou por várias reformas tornando-se a Igreja Matriz do Menino Deus símbolo de fé e devoção local, onde todos os anos devotos reúnem-se para expressar homenagens ao padroeiro durante nove noites, cumprindo o prometido por Caboclo, com fogos festejos e quermesses onde a maior parte da população participa com suas vestes na cor rósea.

Imagem 1:



Fotografia da construção da torre da capela construída em homenagem ao Menino Deus cedida por Marcondes Trajano, morador local, de seu acervo pessoal.

Assim como nas demais cidades paraibanas de moral católica, a religiosidade em Triunfo teve grande importância para o processo de formação social do município. A importância do contexto religioso para a fundação histórico-cultural da cidade é evidente, pois como descreve Andrade (2013, p, 16) “a religiosidade tornou-se um ponto de destaque dentro da sociedade triunfense compondo uma marca que se cristalizara cada vez mais com o passar dos anos”. Segundo Andrade,

Essa construção imagética coloca Triunfo como um lugar sagrado, que não fora atingido pela epidemia porque o Menino Deus não permitiu. A partir da promessa de caboclo, que se tornara uma figura folclórica local, e que possui grande importância na construção mítica do triunfo alcançado, iniciou-se a devoção ao menino Deus construindo uma imagem idílica da cidade que passou a atrair pessoas de todas as regiões (ANDRADE, 2013, p. 16).

Como acrescenta ainda Andrade (2013, p.15), a promessa de Caboclo sacraliza a história de Triunfo e sua construção imagética se cristaliza, transformando a localidade em lugar de salvação da cólera. Essa construção mítica da cidade se perpetua através de discursos produzidos por moradores e historiadores locais constituindo a identidade religiosa e do lugar. Assim sendo, essa história de fé e salvação passou a ser contada a todos que chegavam ao lugarejo, que logo passavam a partilhar da devoção e da promessa,

festejando e rendendo homenagens ao Deus Menino numa festa que perdura há quase dois séculos e que apesar de passar por ressignificações é através dela que a população local interage com a construção histórica da cidade.

Em meados do século XX, mais precisamente na década de 1950 como descreve José Ribamar Andrade em seu texto monográfico “*Processo político da cidade de Triunfo: (da violência à alternância de poder 1961-1996)*”, (1999, p. 05), apesar de ter um contingente demográfico ainda pequeno e dispor de poucas casas e alguns prédios comerciais que se agrupavam em sua maioria ao redor da Igreja do Menino Deus, a comunidade de Triunfo passava por um momento de razoável equilíbrio econômico baseado no cultivo do algodão, o chamado “ouro branco” que na época vivia o seu apogeu, sendo um dos produtos mais valorizados na balança comercial do país.

Nesse momento, a elite agrária local constituída pelas famílias que ocupavam os estratos econômicos e sociais mais elevados da comunidade, a exemplo dos Moreira, Mangueira, Teodoro e Félix, se articularam para realizar o desmembramento do seu território, ainda pertencente à cidade de Antenor Navarro, realizando as primeiras reuniões⁸ que conduziram à emancipação política daquela comunidade. Essas articulações, no entanto, esbarravam num impedimento legal, pois para se tornar município a Vila precisaria adquirir o *status* de Distrito, sendo esse status já pertencente a outro vilarejo da região em que se instalava a comunidade de Triunfo, o que inviabilizava esse processo.

Todavia, a elite agrária local que articulava o movimento, pressiona o então prefeito de Antenor Navarro, Manoel Fernandes Dantas para que aprovasse uma lei revogando a que criou o Distrito de Brejo das Freiras, para que pudesse ser criada a de Triunfo. A Lei foi sancionada sob o nº145, de 24 de junho de 1957 criando as bases para a vitória de uma campanha promovida por pessoas da comunidade e aliados, que perduraria até dezembro de 1961, quando por força da Lei Estadual de nº 2.637, no dia 20 de dezembro de 1961, Triunfo então Distrito de Antenor Navarro, torna-se Município, para deleite de um grupo organizado que desde 1952 se articulava para esse fim. Uma conquista que se por um lado satisfazia a necessidade coletiva do senso de unidade, por outro representava o começo de uma história repleta de lutas internas pelo poder, de um grupo local que buscava através das relações pessoais de apadrinhamento e uso do poder como instrumento de conquista do monopólio político, a partir da junção das famílias

⁸Não há registros oficiais dessas reuniões, com exceção da cópia da Ata de uma reunião do grupo e de um abaixo assinado, já que os participantes não tinham preocupação de formalizá-las por escrito.

economicamente mais bem estabelecidas, realizando as articulações necessárias para esse fim.

Ainda segundo Andrade (1999, p.06) na ocasião da emancipação política do Município, foi nomeado interinamente pelo Governador Pedro Moreno Gondim o primeiro administrador do Município de Triunfo, Antônio Duarte de Aquino vulgo, Atécio, para uma gestão que duraria de 28 de dezembro de 1961 a 10 de novembro de 1962, período em que se organizaria, além da instalação formal do Município, uma eleição democrática para a escolha do primeiro gestor e da Câmara de Vereadores. Atécio foi o responsável pela construção do primeiro chafariz público que abastecia o núcleo urbano e a primeira escola Municipal, o grupo escolar Antônio Duarte de Aquino, além de realizar pequenas obras de infraestrutura local.

3.2 Urbanização e economia na cidade de Triunfo

O desenvolvimento urbano da cidade de Triunfo ocorre de forma lenta seguindo o desequilíbrio na formação das estruturas urbanas do interior do Nordeste brasileiro. Como podemos observar na discussão feita por Andrade (1999, p.08), apesar do processo de emancipação política ter o poder de mudar a vida daquele grupo social sob um ponto de vista de unidade, pouco mudaria nos primeiros anos após sua emancipação, sob o ponto de vista de melhoria nas condições de vida e avanço econômico e sociocultural. Segundo Andrade (1999, p.09) os registros encontrados sobre a primeira gestão de prefeito interino Antônio Duarte de Aquino que durou de 1961 a 1962 não apresenta nenhum dado relevante no sentido de desenvolvimento da comunidade local o que leva a crer nas dificuldades enfrentadas para instalação do poder público e estabelecimento da infraestrutura para seu funcionamento. Com uma população urbana de 753 habitantes⁹, a cidade de Triunfo nesse período, apresentava uma estrutura urbana precária como podemos observar na descrição feita por Damísio Mangueira da Silva em seu livro “*Os labirintos do Triunfo*” quando ele diz:

A rua em que morei quando criança, Sete de setembro, era provavelmente a mais efervescente da cidade. Nela ficava o maior e mais moderno grupo escolar do município, um parque de diversões público, com uma “gaiola”

⁹SILVA, Damísio Mangueira da. *Os labirintos do Triunfo*. Teresina: Halley, 2011, p. 18.

(um enorme cubo de canos galvanizados, dividido internamente por inúmeros compartimentos do mesmo material), uma grande roda giratória, algumas gangorras e quatro ou cinco balanços. Também nessa rua ficava o posto de telefone municipal o que tínhamos de mais moderno – onde alguns funcionários se revezavam para fazerem ligações apenas para ramais em algumas localidades da zona rural do município, com um aparelho engraçado com enormes pilhas e uma manivela que a cada volta indicava um lugar ser chamado (SILVA, 2011, p. 29-30).

Silva destaca, que apesar desses elementos indicarem traços da modernidade, as ruas não eram pavimentadas e o que delimitava os espaços era a presença de “Pés de Figos”¹⁰ e os postes da rede de energia elétrica. Segundo o autor, nesse período não havia rede de abastecimento de água e o fornecimento era feito pelos próprios moradores locais que abasteciam suas residências com água de cacimbões ou dos chafarizes públicos. E aqui aproveito a fala do autor, para registrar uma das atividades realizadas por algumas mulheres triunfenses nesse período, a de abastecer residências da localidade carregando latas¹¹ d’água na cabeça como forma de contribuir com a renda familiar.

Ainda descrevendo a forma como a cidade se encontrava organizada entre as décadas de 60 e 70, podemos observar o lento desenvolvimento da estrutura urbana na fala da senhora Rita Maria da Conceição uma de nossas entrevistadas, quando ela nos diz:

Triunfo? Triunfo as casa de Triunfo era bem pouquinha. Só tinha mais aquelas casa do centro. Aqui mermo onde a rente mora só era mata, era baixa de arroz. Aqui, ali na lavanderia pur acolá, tudo era mata. Aí despois com uns tempo, aí foi construindo, aí foro vendero os... foro vendero chão. E o povo foro alevantano as casa (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 102).

Imagem 2:

¹⁰ O figo comestível é o fruto da figueira. As figueiras, também conhecidas como fícus, são plantas, geralmente árvores, do gênero *Ficus*, da família *Moraceae* que podem atingir cerca de oito metros de altura. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Figueira-comum>. Acesso em: 03/07/2016.

¹¹ Segundo o dicionário Aurélio, uma caixa de folha de flandres.



Imagem retirada do livro “Os labirintos do Triunfo”. Teresina: Halley, 2011, p. 21.

Como podemos observar na fala da senhora Rita Maria da Conceição, nossa entrevistada, bem como na imagem acima, a cidade de Triunfo entre os anos de 1960-1970, embora já tivesse conquistado sua emancipação política, apresentava uma estrutura urbana precária. Dispunha de poucas casas e prédios comerciais que se concentravam em sua maioria no centro da cidade, o que nos faz pensar nas limitações enfrentadas pela comunidade diante da falta de infraestrutura e desenvolvimento urbano local. Outra fala que denota as limitações vivenciadas pela comunidade local nesse período é a da senhora Maria Soledade. Em entrevista, ao ser questionada sobre como era a cidade de Triunfo na década de 1970, a mesma assim relata: *“Não tinha energia elétrica, era a motor. Depois foi que botaro energia. Não tinha água saneada. A barragem, hoje o açude, foi construída em oitenta. Em oitenta e quatro foi que começaram a sanear água”* (SOLEDADE. Entrevista 03, 2016, p.104).

Como dito anteriormente, a cidade de Triunfo não dispunha de rede de abastecimento de água nesse período e uma das formas de fornecimento local eram os chafarizes públicos, que além de representarem uma das primeiras obras públicas do município, eram um dos pontos de encontro da comunidade local durante o dia, principalmente do público feminino. Conforme descreve Silva (2011, p.30), *“formavam - se grandes filas de pessoas com suas latas, que enquanto esperavam as torneiras serem abertas para enchê-las, conversavam sobre diversos assuntos fazendo daquele ambiente*

também um espaço de sociabilidade.” Além do chafariz que representava um dos locais de grande participação da comunidade local, a lavanderia Municipal era outro ponto de encontro feminino, onde as mulheres se reuniam diariamente para realizar as lavagens de roupas, fossem particulares ou de ganho. Estas, representavam uma atividade desenvolvida geralmente pelas mulheres mais pobres, como forma de aumentar a renda familiar, prática que ainda perdura na comunidade local.

A exemplo de diversos municípios da região, a cidade de Triunfo, principalmente entre os anos de 1961 e 1980, enfrentou problemas cujas razões foram apontadas ora como naturais, caso das secas e estiagens que volta e meia assolavam a região, ora por questões políticas administrativas.

Como nas pequenas cidades do interior brasileiro, em Triunfo a agricultura era a atividade que servia de base econômica, mas em sua maioria estava voltada para a subsistência da própria população. A estrutura agrária do município, obedecia à lógica do latifúndio justificado na presença de moradores e meeiros¹², prática muito utilizada na região e fundada na exploração e dependência dos trabalhadores ao senhor proprietário das terras. Essa prática acontecia devido a carência de mão de obra, já que a cidade dispunha de um pequeno número de habitantes e um grande número de terras férteis. Além disso, também era impulsionada pela produção do algodão, produto que na época estava em alta no mercado e se constituía na principal fonte de renda e possibilidade de trabalho. A cidade dispunha de um comércio incipiente, constituído por algumas casas de comércio ‘*bodegas*’¹³ de propriedade de moradores locais onde se vendiam prioritariamente produtos como cereais, não se registrando nesse período atividades intensas de comércio com cidades vizinhas.

No que diz respeito às práticas sociais de cultura e lazer do município, as mesmas foram se desenvolvendo condicionadas a pequena estrutura urbana do período. Uma das festividades mais vivenciadas pela população triunfense era a festa do padroeiro na representação e culto do Menino Deus, realizada todos os anos na primeira quinzena do mês de dezembro. Assim como nas demais cidades paraibanas de formação moral religiosa católica, a festa do padroeiro em Triunfo se apresenta como espaço de vivência e contato social da comunidade local como descreve Silva:

¹²Sistema de parceria agrícola em que o arrendatário entrega a metade da colheita ao proprietário das terras.

¹³ Como eram chamadas as pequenas casas de comércio no período estudado.

A religiosidade do povo triunfense é uma de suas grandes características enquanto sociedade. A festa do seu padroeiro é sem dúvida uma das maiores e mais significativas da região. [...] Lembro-me de memoráveis festas com grandes barracões e candidatas que representavam algum segmento da sociedade que se unia para dar vitória a sua representante através da apresentação de um resultado financeiro (SILVA, 2011, p.23).

Corroborando com as palavras do autor, Andrade (2013, p.19-20) descreve a festa do Menino Deus, como lugar de encontro de toda comunidade local, onde todos se congregam em torno da devoção e da fé independente da classe social e etnia para confraternizar-se. Segundo Andrade (2013), todos se sentem parte daquele universo que além de representar o principal ponto identitário da religiosidade local, constitui-se como um dos principais espaços de sociabilidade da comunidade triunfense, cujas práticas sociais foram por muito tempo sustentadas pela moral religiosa católica. Ao destacar as festas religiosas como espaços de sociabilidade na Paraíba, Rosemere Olímpio de Santana em sua dissertação intitulada “*Raptos consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)*” faz a seguinte observação:

Os espaços oficiais para encontros e ostentações econômicas eram as festas e as reuniões sociais. As festas de padroeiro, as missas e os eventos programados pela igreja, como a Semana Santa eram exemplos desses espaços. [...] Assim, a festa era local de encontro, como também um momento de animação e quebra de rotina da vida dos habitantes das cidades. Mas não só quem residia na zona urbana participava das festividades. Era comum ver pessoas da zona rural hospedando-se em casas de parentes (SANTANA, 2008, p. 26 e seguintes).

Segundo Santana, (2008, p.27) as festas dos santos padroeiros se constituíam como locais de encontro para grande parte da população de uma cidade, já que eram espaços apropriados para diversão e conversa entre as pessoas. Além disso, essas festas eram comuns nas cidades paraibanas sendo organizadas por comissões, onde cada uma delas era responsável por uma noite ou mais das festividades.

Assim sendo, no universo construído em torno da festa do padroeiro em Triunfo, podemos observar grande participação da camada feminina. As mulheres triunfenses independente da classe social a que pertenciam, participavam ativamente das festividades alusivas ao Menino Deus, cujo espaço sempre se constituiu como um lugar de sociabilidade onde a presença feminina era consentida já que não representava perigo a sua moral. Além dessa festa, outra manifestação cultural também de caráter religioso com

grande participação feminina, eram as novenas do mês de maio que celebram a festa de Nossa Senhora cujo novenário dura trinta e uma noites e são protagonizadas prioritariamente pelo público feminino, já que se celebra o mês de Maria a mãe de Jesus, figura feminina que representa o modelo de mãe a ser seguido por todas as mulheres.

Além das festas religiosas, pudemos observar a partir de conversas informais com moradores locais, que também era comum a presença das mulheres triunfenses nas festas dançantes realizadas no Mercado Público Municipal localizado no centro da cidade. Essas festas eram organizadas por moradores locais à exemplo do senhor Raimundo Duarte Evangelista marceneiro da comunidade que contratava grupos musicais como “Os Mateus” da vizinha cidade de Antenor Navarro, para tocar nas festas de fim de ano, carnaval e São João. A decoração dos espaços onde aconteciam os bailes era feita com bandeirolas e ficavam por conta de um grupo de moças triunfenses à exemplo de Maria Dolores Leite, uma das primeiras professoras da comunidade e Valquíria Batista dos Santos que exerceu o ofício de costureira por muitos anos na sociedade local.

Os carnavais, outros momentos e lugares de festa e lazer, geralmente duravam três dias e dele participavam grande parte da população triunfense principalmente a elite local já que a entrada nesse espaço só era permitida mediante o pagamento de determinada quantia, o que limitava o acesso da população mais pobre, cuja participação ficava mais restrita aos bares localizados próximo ao Mercado Público. Só com o passar dos anos, quando o evento passou a ser realizado pela Prefeitura Municipal na gestão do então prefeito Antonio Duarte de Aquino entre os anos de 1966-1969, é que o acesso foi liberado a toda população triunfense.

Como podemos observar na discussão apresentada acima, a dinâmica social da cidade de Triunfo em meados do século XX, apresentava as mesmas características das pequenas cidades sertanejas, configuradas de acordo com o processo de desenvolvimento econômico e da estrutura urbana. Dentro desse contexto, sua população tinha práticas sociais modestas à exemplo de ir à missa aos domingos e sentar-se nas calçadas ao entardecer para discorrer sobre o cotidiano local. Conforme os moradores locais com os quais conversamos informalmente, à noite, a juventude triunfense costumava sentar-se na escadaria localizada em frente a Igreja Matriz para conversar e paquerar já que a cidade não dispunha de praça pública nesse período. Nesse espaço, era comum se observar a presença de moças triunfenses, principalmente aquelas pertencentes às famílias mais tradicionais da comunidade como os Mangueira e os Félix, circulando sempre bem

vestidas com seus adereços de ouro, ostentações da elite local que vivia nesse momento um razoável equilíbrio econômico baseado no impulso na produção do algodão.

Também podemos observar que apesar de Triunfo ser uma cidade pouco desenvolvida, ainda permeada por discursos moralistas presentes nas relações familiares e interpessoais na comunidade local que reproduziam discursos de instituições como a igreja enfatizando o cuidado que as mulheres deveriam ter nos espaços públicos para não ficarem “*faladas*”¹⁴, não havia restrição quanto à participação do público feminino nas festividades realizadas na cidade, ficando estas muitas vezes engajadas na organização das mesmas.

3.3 Atividades femininas em Triunfo entre os anos de 1960-1970: uma extensão do trabalho do lar

Com uma realidade local marcada como vimos acima, por limitações impostas tanto por fatores econômicos como socioculturais, numa comunidade com base econômica agrária e que apresenta lento desenvolvimento, o que podemos observar sobre a dinâmica do trabalho feminino em Triunfo entre os anos de 1960 e 1970 é que este tinha como principal objetivo contribuir com a renda familiar. Dentro desse contexto, na tentativa de traçar um quadro que nos apresente as ocupações desenvolvidas pelas mulheres triunfenses no período em análise e diante da falta de estudos que nos servissem de referência, realizamos entrevistas com moradoras locais para que pudéssemos apresentar a realidade vivenciada pelas mulheres triunfenses referentes ao mundo do trabalho.

A princípio, o que nos foi possível apresentar, é que a maioria das atividades desenvolvidas pelas mulheres triunfenses no período em análise eram realizadas no próprio espaço do lar, sendo na maioria das vezes uma extensão de seu trabalho como dona de casa. Podemos observar ainda, que as mulheres triunfenses, principalmente da camada mais pobre, diante da impossibilidade do pai ou do marido de prover sozinho o sustento da família, buscavam realizar atividades que pudessem contribuir com o orçamento doméstico o que pode ser confirmado na fala da senhora Espedita Gualberto de Andrade nossa entrevistada, que ao ser questionada sobre quando começou a trabalhar a mesma assim relatou:

¹⁴Expressão usada na comunidade local para aquelas mulheres que ao cometerem atos considerados fora dos padrões sociais eram alvos de falatório por parte de toda população passando a ser discriminada na sociedade.

Minha filha desde quando eu me casei que eu comecei a trabalhar. Que eu era muito pobre, Xavier era muito pobre não tinha condições, aí eu comecei com vinte anos, num tive família, vinte e um ano não tive família comecei criar Lino. Aí depois ma... veí Edvanir aí tinha que trabalhar em tudo que era coisa, sair vendendo pa poder... ajudá em alguma coisa viu (ANDRADE. Entrevista 01, 2016, p. 97).

A fala da senhora Espedita nos apresenta uma realidade vivenciada pela maior parte das mulheres do município que na busca por uma melhor qualidade de vida, exerciam atividades muitas vezes no próprio espaço do lar na tentativa de aumentar a renda familiar:

Primeiro trabalho foi... de mim mesmo foi... pa vendê, foi enxoval... pra vendê foi enxoval... agora... essas otas coisa foi com a continuação. Cada vez eu fi... a... fazia mais as coisa pa poder ajudar na despesa de casa. Que eu criava Edvanir num queria que ela andasse toda desorma... desarrumada, naquele tempo você sabe que...você não sabe não, mas sua mãe sabe que é todo mundo andava... quando andava arrumadim era porque a pessoa tinha muita boa vontade. Que ninguém tinha condições né? (...) Mais que eu trabalhei foi nessas coisa mermo, de fazer cocada, fazer bolo (ANDRADE. Entrevista 01, 2016, p. 97-98).

O relato feito por nossa entrevistada nos chama a atenção, pois condiz com a fala de Miridan Knox Falci em seu texto “Mulheres do sertão nordestino” quando ela diz:

[...] As mulheres menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo para ajudar no sustento e educação de sua prole. As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado dos irmãos, pais ou companheiros, faziam todo trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roçado mato e colher (FALCI apud DEL PRIORE, 2004, p.250).

A fala de Falci, ainda denota outra realidade descrita por uma de nossas entrevistadas, a senhora Rita Maria da Conceição, que relata ter começado a trabalhar aos dez anos de idade para ajudar nas despesas de casa:

Eu comecei a trabalhar eu tinha dez ano. Nas casa, cuidano de mulher de resguardo, cuidano das casa. Dispois quando eu deixei de trabalhar nas casa, assim na base duns onze ano por aí, aí a gente trabalhava na roça, disfolhava mi de ganho. Comecei a trabalhar com dez anos porque, meu pai era pobre, a gente não tinha quase nada, aí tinha que trabalhar pra

rente ganhar o, o pão também. Butava água na rua, pisava arroz de ganho. Aí me casei com vinte e um ano, fiquei fazeno a merma coisa, lavano roupa de ganho, basculhano casa pra poder ganha o pão. Que nesse tempo num tinha quais trabalho pu, puzome nera? (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 100).

Como podemos observar nos discursos acima, as mulheres triunfenses ao realizar suas atividades nesse período, não buscavam realização pessoal ou profissional. As atividades que realizavam estavam pautadas na necessidade de sobrevivência e se adequavam as oportunidades de trabalho possíveis, em concordância com sua condição de dona de casa que na maioria das vezes não tinha nenhum grau de instrução. Assim sendo, elas exerciam atividades que eram em sua maioria uma extensão do trabalho doméstico, realizadas muitas vezes no próprio espaço do lar, como costura e produção de bolos e doces para vender. Essas atividades eram realizadas em alternância com o trabalho doméstico e visavam contribuir com o orçamento de casa. Não tinham assim, horário estabelecido para começar ou terminar, como descreve a senhora Espedita em entrevista, ao ser questionada quantas horas trabalhava por dia:

Não tinha horário não era (risos). Era na cunzinha e na hora que tivesse uma fuguinha vinha pra máquina, na hora que tinha cun, acunzinha toda hora que fosse fazer as coisa de cunzinha aí não tá certo, mas na máquina tinha não. Aí é a hora que der certo (ANDRADE. Entrevista 01, 2016, p. 98).

A maioria das mulheres triunfenses tinha uma vida e realidade marcada pela dificuldade financeira. Eram mulheres que casavam cedo e geralmente não tinham acesso a educação formal, o pouco que aprendiam era ensinado por algum parente, em sala de aula montada na residência de pessoas próximas como descreve a senhora Espedita:

Não. Só estudei em pa... em escolinha particular, mais ou meno uns...o primeiro profe que eu estudei foi na casa dum...lá no Cantim era meu ti que ensinava lá na base da palmatória. E segundo... quando eu fui lá pro olho d'água num sei nem como é um colégio nem um grupo nem nada. Nem grupo nem colégio, que grupo nem conheci (ANDRADE, Entrevista 01, 2016, p. 97).

Outra fala que comprova essa realidade é a da senhora Rita Maria, nossa entrevistada, que assim como Espedita, não teve acesso à educação formal em tempos normais, vindo a frequentar uma escola ou colégio só em idade adiantada. Como relata a senhora Rita, seu primeiro contato com a escola foi aos quinze anos e mesmo assim não

chegou a concluir nem o primeiro ano do ensino básico, aprendendo somente a assinar seu nome.

Até os anos finais da década de sessenta em Triunfo, a escassez de escolas e a falta de condições financeiras impediam muitos pais de colocarem suas filhas para estudarem. Além disso, elas precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa, uma realidade social possível de se observar na maioria das pequenas cidades sertanejas que tinham por base econômica a agricultura. Para reforçar essa constatação, faço menção as palavras de Regina Celi Martins em seu texto monográfico intitulado “*Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher: estudo de casos de violência contra a mulher em São José de Piranhas na década de 1930*” (2015, p.42) quando ela afirma que as mulheres da cidade de São José de Piranhas-PB, pertencentes às famílias menos abastadas, dificilmente tinham acesso a educação, casavam cedo e cuidavam com zelo do marido e dos filhos. Para reforçar sua colocação, Martins utiliza as palavras de Vieira (2014) que diz:

Em termos de educação, os agricultores de São José de Piranhas não tinham acesso à escola. A educação era privilégio de poucos, que colocavam seus filhos para estudar em cidades circunvizinhas como Cajazeiras, Havia um elevado índice de analfabetismo no município, pois a agricultura era a principal atividade econômica da vila, o que impedia o acesso dos filhos dos agricultores à escola (VIEIRA apud MARTINS, 2015, p.42).

Considero relevante o discurso acima para que possamos compreender a dinâmica social das pequenas cidades do interior paraibano, e assim entender as restrições vivenciadas pela camada feminina, principalmente no que concerne ao mundo do trabalho. Dinâmica essa que não apresentava muitas diferenças, principalmente, quando se refere a população mais pobre composta em sua maioria por trabalhadores agrícolas do campo e da cidade, que diante das dificuldades financeiras viviam uma vida simples e sem acesso a direitos sociais como educação, isso devido à condição precária em que viviam, e pela falta de políticas públicas e de estrutura urbana que oferecesse suporte para essas famílias, um contexto social que era agravado pelas constantes secas que assolavam a região e pelo desequilíbrio econômico existente nas pequenas cidades do interior brasileiro.

Foram implantadas na década de 1970 as Frentes de Trabalho¹⁵, programa assistencialista criado pelo Governo Federal como resposta para os problemas causados

¹⁵Trata-se de um programa assistencial, que faz parte de um conjunto de políticas públicas emergenciais criadas pelo Governo Federal. De acordo com as leituras que fizemos podemos observar que há uma variação

pela seca na Região Nordeste. A elite regional passa a ser culpabilizada, por tirar proveito das políticas assistencialistas, que eram destinadas a amenizar a miséria e agravamento da crise social¹⁶. Sobre esse processo, Bruschini (1989) faz a seguinte descrição:

A crise econômica que se abateu sobre todo o país foi acentuada na região Nordeste pela violenta seca do final dos anos setenta, que provocou migrações e deslocamento dos trabalhadores para outras atividades. Uma parcela significativa da mão de obra passou a ser ocupada em frentes de trabalho para abertura de açudes, construção de estradas e atividades semelhantes, criadas pelo governo federal numa política emergencial para enfrentar a crise econômica (BRUSCHINI, 1989, p. 33).

Como descreve Giulane (apud DEL PRIORE, 2004, p.648) no Nordeste, no decorrer das grandes secas de 1978 e 1982 as mulheres também reivindicam a participação nas Frentes de Emergência. A autora assim descreve:

Face aos frequentes retardos na implementação dos programas das frentes de emergência contra a seca e dada a demora, quando não dos desvios, na distribuição emergencial de alimentos, as mulheres exigem que os empregos nas frentes de trabalho sejam acessíveis também para elas (GIULANI apud DEL PRIORE, 2004, p. 648).

Assim sendo, queremos destacar que as mulheres triunfenses nesse período também trabalharam nas Frentes de Emergência, e para reforçar essa afirmação sobre a participação das mesmas nesse processo, faço menção as palavras de uma de nossas entrevistadas, a senhora Rita Maria que ao ser questionada se chegou a trabalhar nas Frentes de Emergência, após confirmar que sim fez a seguinte colocação: *“Na construção... o açude já era construído, a rente quebrou essas pedras só pa Zé Bernadino fazer mermo só as casa do povo dele e pronto. O açude já tinha”* (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 101). Nas palavras da senhora Rita Maria confirma-se os relatos feitos por moradores locais em conversas informais que afirmam terem as mulheres triunfenses trabalhado nas Frentes de Emergência quebrando e retirando pedras para fazer a limpeza das margens do açude

nos termos usados para defini-lo, sendo também chamado de Frentes de Trabalho Emergenciais ou popularmente de “Emergência”. Assim, no decorrer do trabalho será priorizado o termo **Frentes de Trabalho**, mas será possível que o leitor encontre o uso dessa variação dependendo do contexto em que esteja inserido.

¹⁶ Sobre a dinâmica social e a problemática da seca no Nordeste, consultar a obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior “A invenção do Nordeste e outras artes”, que discute de forma mais aprofundada a temática em questão.

público que acabara de ser construído, assim como na construção de pequenos açudes particulares e na limpeza de estradas.

Outra questão vivenciada pela população triunfense nesse período, e que podemos destacar na fala da entrevistada, é o abuso de poder por parte daqueles que constituíam o poder público local em benefício próprio, quando ela afirma ter trabalhado fazendo a limpeza de terrenos particulares (nesse caso do prefeito do município) para a construção de casas para seus familiares. Sua fala corrobora o discurso de Nivalda Aparecida Campos em artigo intitulado “*A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns)*” (2004) quando ela diz:

Historicamente todas as ações empreendidas pelo Estado no Nordeste, com o objetivo de combater os efeitos das secas, foram inteiramente capturadas pelo latifúndio e poder político local que privatizam os benefícios. Para os latifundiários, benefícios são obtidos na medida em que as obras e serviços realizam-se em suas propriedades, valorizando-as a um baixo custo salarial. Para o poder político local -prefeitos e vereadores- a alocação de recursos, sendo feita de forma clientelista, implica em garantias de votos, manutenção dos chamados “currais eleitorais” o espaço aberto para a corrupção generalizada (CAMPOS, 2004, p.17).

Essa questão também foi observada por Andrade (1999) quando o mesmo afirma que:

Entre os anos de 1974-1977 sob um governo marcado pelo assistencialismo e sem obras de relevância para o desenvolvimento local, em Triunfo havia a prática de distribuição de favores tendo como critério o apadrinhamento político, sendo a coisa pública tratada de forma doméstica e como propriedade privada. Uma realidade de aceitação e acomodação por parte dos munícipes, com total inexistência de uma sociedade organizada e capaz de reivindicar por seus direitos (ANDRADE, 1999, p.08).

A descrição feita por Andrade torna-se importante, para que o leitor conheça a realidade em que estavam inseridas as mulheres triunfenses, e possa compreender as dificuldades enfrentadas pelas mesmas quando buscaram se inserir no mundo do trabalho formal, tendo em vista que essa inserção dependia das articulações e relações pessoais com o poder público local, através de apadrinhamentos, protecionismos e troca de favores, usados como instrumentos de conquista pela administração local. Nesse contexto, era

possível encontrar mulheres nomeadas para cargos administrativos, que nunca exerceram a função de fato, como atesta uma de nossas entrevistadas que tendo sido nomeada como primeira secretária de Educação do Município de Triunfo no ano de 1964, nunca chegou a exercer o cargo. Sobre sua participação como secretária de Educação, a mesma relatou nunca ter ido nem conhecer o local em que funcionava a secretaria e que o trabalho era feito pelo seu esposo. Segundo a mesma era ele, seu esposo, quem trazia os documentos para que ela assinasse em casa mesmo:

Fui. Mas só no nome. Assim, pa trabalhá lá... Nunca fui, nem cunhicê. Nunca fui nem cunhicê. Apenas vinham os documento e eu me assinava. (...) Eu a... eu...deve ser, ter sido Xavier né? Xavier Lima. Xavier meu esposo. Só pode ser ter sido ele. (ANDRADE. Entrevista 01, 2016, p. 98).

Sem querer atribuir juízo de valor aos relatos de nossa entrevistada, o que salta ao nosso olhar nessa fala é que sendo o esposo ligado a administração local, o mesmo teria recebido o cargo e usado apenas o nome de sua esposa para tal, nunca permitindo que ela tomasse sequer conhecimento sobre as ações realizadas pelo mesmo no cargo para o qual ela teria sido nomeada. A fala da entrevistada, nos mostra que havia certas restrições quanto a participação das mulheres triunfenses no mundo do trabalho formal nesse período, e que os homens preferiam manter a participação feminina restrita ao ambiente domiciliar exercendo sua principal e mais importante função de dona casa, esposa e mãe o que fica mais evidente ainda quando acrescenta: *“naquele tempo as mulher num tinha muita comu... num tinha muita comunicação com mulher não minha fia. Só na cama (risos)”* (ANDRADE. Entrevista 01, 2016, p. 99).

A fala da nossa entrevistada nos faz lembrar o discurso de Maluf e Mott (apud, SEVCENKO, 1998, p. 402) ao destacar o progresso da participação feminina no mundo do trabalho:

Esse progresso feminino, no entanto, precisa ser tomado com cautela, uma vez que havia certos limites para a aspiração feminina: eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas profissões. [...] As mulheres casadas precisavam da autorização do marido para exercer qualquer profissão fora do lar – atividade que só era considerada legítima quando necessária para o sustento da família, raramente para realização pessoal. Assim sendo esperava-se que as mulheres antes de se dedicar ao trabalho remunerado, fossem boas donas de casa (MALUF & MOTT apud, SEVCENKO, 1998, p. 402).

Outrossim, são falas que nos mostram as limitações vivenciadas por muitas mulheres casadas que precisavam da autorização do marido para exercerem trabalhos fora do ambiente doméstico. Assim sendo, como podemos observar nos discursos analisados, diante da necessidade de aumentar a renda doméstica essas mulheres realizavam atividades no próprio contexto do lar como costura ou produção de bolos e doces para venda, à exemplo da senhora Espedita Gualberto de Andrade nossa entrevistada.

Diante de nossas constatações, para finalizar a análise discursiva sobre as atividades realizadas pelas mulheres triunfenses entre as décadas de 1960 e 1970, o que queremos destacar a esse respeito, é que sendo essas atividades uma extensão do trabalho doméstico e realizadas em sua maioria dentro do próprio lar, elas não impediam que a mulher triunfense desempenhasse seu papel principal, culturalmente determinado pela sociedade que era o de mãe, esposa e dona de casa. Nessa perspectiva, faço uso das palavras de Cristina Bruschini em artigo intitulado “*Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado*” (2006, p. 332) quando ela diz:

O trabalho domiciliar ajuda as mulheres a cumprirem com suas obrigações, seu papel, seu dever de esposas e mães. É difícil falar do trabalho feminino sem mesclar o espaço produtivo e o reprodutivo. Para a mulher o trabalho subtende esses dois espaços pelo entrosamento e até pela superposição dos mesmos. Porém a função reprodutiva é percebida como prioridade, tanto para própria mulher como para a sociedade (BRUSCHINI, 2006, p. 332).

Assim sendo, podemos observar que as atividades das mulheres triunfenses nesse período, eram executadas muitas vezes no próprio espaço do lar, ou mesmo que fossem realizadas fora do ambiente domiciliar, era uma extensão do mesmo e tinha por objetivo principal aumentar a renda familiar, diante da necessidade de subsistência da família. Dentro desse contexto, não querendo generalizar o cotidiano e as práticas das mulheres triunfenses para não correr o risco de colocar todas elas dentro de uma mesma posição, quando sabemos que há várias realidades e que cada uma exige um estudo minucioso, o que podemos destacar a partir das falas aqui analisadas, é que não havia idealização ou busca de realização profissional por parte dessas mulheres entre os anos de 1960 e 1970. A realização das atividades femininas nesse período, estava pautada na necessidade de suprir o orçamento doméstico e isso fica evidente nas falas de nossas entrevistadas. Para confirmar essa constatação, finalizo destacando a fala de mais uma de nossas entrevistadas, a senhora Maria da Soledade que afirma ter trabalhado até se casar para contribuir com a

renda familiar, já que seu pai falecera cedo deixando sua mãe com muitos filhos para criar. Ao ser questionada porque parou de trabalhar quando se casou a mesma fez a seguinte colocação: *“Porque meu marido era novo, podia trabalhar e dar minha assistência. E nessa época tinha a safra de algodão e com a safra de algodão a gente calçava, vestia e comprava as outras coisa de casa”*(SOLEDADE. Entrevista 03, 2016, p. 103).

A fala da senhora Soledade confirma nossa afirmação de que as mulheres triunfenses costumavam realizar atividades remuneradas diante da necessidade de contribuir com a renda da família, e caso não fosse preciso elas se limitavam a realizar apenas as funções domésticas que lhes eram determinadas - de esposa, mãe e dona de casa. Assim, trabalhando apenas em atividades que lhes permitiam desempenhar o lugar de dona de casa e rainha do lar, as mulheres de Triunfo não eram ameaçadas moral ou socialmente, nem mesmo seriam culturalmente violentadas, pois já se acostumaram na condição de mulheres pobres que trabalhavam na roça lado a lado dos pais ou dos maridos desde sempre, em virtude de suas condições de vida.

Aqui, chamamos a atenção para o fato: de que talvez essa realidade tenha começado a mudar quando à essas mulheres pobres na década de 1970, restara como lugar de trabalho e sobrevivência a atuação nas Frentes de Trabalho, onde o convívio em um ambiente de trabalho adverso se inicia, pois as Frentes de Emergência aglutinavam como patrões ou empregadores, homens que fugiam do círculo familiar e convívio dessas mulheres. Ressaltamos também, que muitos de seus pais, companheiros ou irmãos migraram nessa década de 1970, em função do agravamento das condições de vida e empobrecimento das famílias de trabalhadores (em sua maioria sem-terra), para os grandes centros urbanos do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Partindo desse contexto, e para uma melhor compreensão por parte do leitor do trabalho aqui proposto, apontamos algumas questões que serão objeto de apreciação no capítulo seguinte no qual cortejamos algumas suposições:

- 1- As mulheres que saem para as Frentes de Trabalho começam a atuar em um papel diferente do principal de mulher do lar a elas reservado? Que tipo de tensão e conflitos culturais e morais foram gerados e vivenciados por elas nessa nova realidade?
- 2- Continuaram as mulheres pobres trabalhando em atividades tradicionais, na roça, como lavadeiras, costureiras, parteiras, vendedoras ambulantes?
- 3- As mulheres de classe média alta desenvolviam alguma atividade?

4- A partir das décadas seguintes, mais precisamente entre os anos de 1980-1990, as mulheres triunfantes vão se inserindo no mercado formal e enfrentando o papel a elas reservado? Como isso foi vivenciado por elas? Com ou sem tensão e conflitos culturais e morais?

4. DONAS DE CASA, TRABALHADORAS DO LAR E DO MERCADO DE TRABALHO: TRAJETÓRIA DE MULHERES TRIUNFENSES ENTRE (1970-1990)

Como podemos observar nos discursos até aqui apresentados, as atividades de trabalho realizadas pelas mulheres na cidade de Triunfo estavam mais voltadas para o contexto do lar, ou quando realizadas fora do espaço doméstico representavam uma extensão do mesmo. Evidenciamos assim, nos relatos anteriormente descritos, que as mulheres triunfenses entre os anos 1960 e 1970 realizavam atividades como meio de aumentarem a renda familiar, diante das dificuldades enfrentadas no contexto domiciliar. Assim sendo, cientes dos avanços pelo qual passava o mundo do trabalho feminino no Brasil e dos desafios enfrentados pelas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, a discussão que faremos nesse capítulo tem como foco principal apresentar e discutir como e em quais circunstâncias a mulher triunfense foi se inserindo no mundo do trabalho formal a partir dos anos 1970, já que até então suas atividades estavam mais voltadas para o contexto do lar. Discutiremos aqui, o momento em que as mulheres triunfenses passam a ocupar outros espaços além do lar, que foram sendo ocupados através de experiências trabalhistas vivenciadas na agricultura, nas Frentes de Trabalho, no comércio, e nos serviços administrativos em estabelecimentos privados, bem como públicos entre as décadas de 1970-1990.

4.1 Atuações das mulheres triunfenses no trabalho fora do ambiente doméstico

A maioria das mulheres triunfenses nos anos de 1970 continuavam realizando atividades tendo como principal objetivo contribuir com o orçamento familiar. Dessa forma, elas desenvolviam atividades que estavam mais vinculadas ao seu papel tradicional de dona de casa exercendo as funções de costureira, lavadeira, produzindo doces e bolos para venda ambulante ou ainda ajudando seus pais ou maridos nos trabalhos agrícolas, plantando e colhendo cereais como feijão e milho para sua subsistência e de sua família.

Novas possibilidades de trabalho feminino começaram a surgir na cidade de Triunfo ainda na década de 1970. Nesse momento, já era possível perceber mulheres atuando de forma autônoma em estabelecimentos comerciais no centro da cidade, à

exemplo de cafés e restaurantes, trabalhando como vendedoras ambulantes na feira livre que acontecia aos domingos no centro da cidade, ou ainda exercendo cargos administrativos em órgãos públicos ou privados, bem como atuando no funcionalismo público na área da saúde, educação e serviços gerais. Além disso, foram implantadas na década de 1970 as Frentes de Trabalho, onde era possível se observar várias mulheres trabalhando em atividades como a limpeza de terrenos para construção de açudes e abertura de estradas, principalmente aquelas de poucas condições financeiras.

É possível observar que mesmo diante de algumas limitações de ordem econômica e sociocultural, a cidade de Triunfo tem apresentado crescimento da participação feminina no mundo do trabalho desde a década de 1970, principalmente quando fazemos uma comparação com as atividades desenvolvidas nos anos anteriores, destacando aqui a década de 1960, período em que as atividades femininas estavam mais centradas no contexto do lar. Essa constatação nos foi possível, quando utilizamos como fonte de informação entrevistas realizadas com moradoras locais, bem como a análise dos documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo, à exemplo de folhas de contratação e de pagamento, cujos dados foram referenciados pelas entrevistas e serviram de base para confirmar que as mulheres triunfenses se inseriram cada vez mais no mundo do trabalho, fosse ele formal ou informal, de acordo com as oportunidades que surgiram no município.

Todavia, queremos destacar ainda, que nesse contexto as mulheres triunfenses da camada mais pobre continuaram exercendo trabalhos mais tradicionais, à exemplo das atividades na roça, como domésticas e lavadeiras, enquanto que as mulheres de classe média passaram a atuar em funções administrativas e no funcionalismo público. Além disso, observamos também que as mulheres triunfenses com menor condição financeira, diante necessidade de aumentar a renda familiar, muitas vezes desenvolviam várias atividades ao mesmo tempo como é o caso de nossa entrevistada a senhora Espedita Monteiro Bezerra da Silva:

Só mesmo, só auxiliar, arrumar casa, lavar roupa, engomava do povo, de Paizinha aqui, e na roça também roça também, eu ia pa roça quando os menino... a rente ia pa... porque tinha inver... tava chuveno, aí a rente ia prantá. Aí no sábu, cumeçava na sexta, eu ia dois dia na semana trabaiá na roça mais Raimundo, o resto era pra fazê a limpeza. Deixava os menino aqui, Zefinha a mais véa tomava de conta dos oto e eu ia trabaiá mais Raimundo. Depois que eu me aposentei saí das casa tudim, da casa de Corrinha, da casa de Pepi, da casa de Côca, de todo canto que eu trabalhava (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 117).

A fala da senhora Espedita também pode ser observada no relato de mais uma de nossas entrevistadas, a senhora Rita Maria da Conceição quando ela diz:

Aí me casei com vinte e um ano, fiquei fazeno a merma coisa, lavano roupa de ganho, basculhano casa pra poder ganha o pão. Que nesse tempo num tinha quais trabalho pu, puzomenera? (pausa). Aí... isso eu arranjei um emprego na Prefeitura, pabarrê a Prefeitura pro fora. Dispois passei pra dento pa, pacuidá do Supletivo e do Logus, que era na Prefeitura também. Aí com uns tempo me butaro pra mim trabalhar lá no clube, Aí passei cinco ano no clube zelano lá, lavano, limpano (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 101).

Assim, podemos concluir com base na fala de nossas entrevistadas que as mulheres triunfenses da camada mais pobre desenvolviam várias atividades ao mesmo tempo para contribuir com o orçamento doméstico, atividades que embora fossem realizadas fora do lar, estavam ligadas a funções tradicionalmente exercidas por elas como o trabalho na roça, de domésticas e lavadeiras, atividades que davam pra ser conciliados com sua rotina doméstica não impedindo, desta forma, que as mesmas desenvolvessem sua função principal que era a de dona de casa.

4.1.1 O trabalho da mulher triunfense na agricultura e nas frentes de trabalho

Como já discutimos anteriormente, na cidade de Triunfo a agricultura era a atividade que servia de base econômica, mesmo que em sua maioria estivesse voltada para a subsistência da própria população. Assim sendo, era comum a participação feminina no trabalho agrícola, tanto como forma de aumentar a renda familiar ao realizar trabalho alugado¹⁷, como para sua própria subsistência e de sua família ao trabalhar no roçado ao lado de seu pai ou esposo, ajudando no plantio ou na colheita da safra.

Por uma questão de necessidade financeira, muitas mulheres triunfenses, principalmente as da camada mais pobre, eram levadas desde crianças por seus pais para trabalharem na roça, ficando assim impossibilitadas de terem acesso a escola. Assim, muitas delas permaneciam nessa atividade mesmo depois de casadas, quando deixavam de

¹⁷Trabalho na agricultura em que as pessoas eram chamadas para trabalhar e recebiam de acordo com os dias trabalhados.

trabalhar ao lado dos pais, e passavam a realizar suas atividades ao lado do marido para suprir a subsistência de sua família. Essa constatação pode ser observada na fala da senhora Terezinha de Lourdes Maciel Feitosa nossa entrevistada, quando questionada com quantos anos começou a trabalhar, a mesma assim relata:

Ah com seis ano eu já comecei a ir pá roça. Mãe num butava na escola levava nós tudo pa roça. É comecei a ir pa roça. Agora pegar no pesado mermo foi depois de dez ano. Era limpano mato, catano feijão, catano algodão até... os dezessete ano. Cum dezessete ano eu me casei aí saí da roça. [...] Nunca fui à escola mãe nunca butou. Nesse tempo o povo num dava valor a essas coisa minha fia, tudo era nas roça trabaiano nera? Aí as coisa era difícil mermo. Hoje em dia tudo é fácil e o povo ainda num quer nada. Naquele tempo tudo era, tudo na roça alimpano mato com ar mão, cum enxada. Catano feijão, catano algodão. A vida era mea crua (risos) (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p. 109).

A senhora Terezinha de Lourdes nossa entrevistada, ao ser indagada se chegou a trabalhar na agricultura de forma remunerada relata que sim, para suprir suas próprias necessidades:

Trabalhava, porque eu, eu morava com meu avô né? Aí de manhã pá mei dia eu fazia as obrigação de casa e da mei dia pá tarde ia catar algodão pra comprar as roupa, alguma coisa que eu quisesse. Que as coisa tudo era difícil (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p. 109).

Assim como a senhora Terezinha de Lourdes, várias mulheres na cidade de Triunfo realizavam trabalhos agrícolas de ganho como forma de conseguirem alguma renda, como é o caso da senhora Rita Maria da Conceição que, também começou a trabalhar na agricultura bem cedo como ela mesma relata:

Eu comecei a trabalhar eu tinha dez ano. Nas casa, cuidano de mulher de resguardo, cuidano das casa. Dispois quando eu deixei de trabalhar nas casa, assim na base duns onze ano por aí, aí a gente trabalhava na roça, disfolhava mi de ganho (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 101).

Como podemos observar a partir das falas de nossas entrevistadas, na cidade de Triunfo as mulheres costumavam realizar trabalhos agrícolas na tentativa de aumentar a renda familiar exercendo trabalhos de ganho, desde novas. Mas, apesar dessa constatação, pudemos perceber também com base nos relatos de nossas entrevistadas que essa prática mudava um pouco após o casamento, quando elas passavam a trabalhar na produção

agrícola para própria subsistência ajudando seus conjugues apenas em caso de necessidade, pois passavam a priorizar as atividades do lar. Geralmente elas ficavam encarregadas da função de cozinhar e levar a comida para os trabalhadores na roça, como relata nossa entrevistada a senhora Terezinha de Lourdes, quando questionada se continuou trabalhando na roça depois de casada:

Não. Só ir deixar almoço e fazer comida pra trabalhador e no pilão e no muin, que era isso que a rente tinha né? (risos). (...) Só em casa mermo, fazendo comida pá trabalhador e deixando na roça. Indo buscar um gado que aí a rente tinha, ia mais Branco buscar nas roça o gado e pronto. Minha vida, toda vida foi essa, de roça... só nisso mermo, nas roça e nas obrigação de casa (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p. 110).

A fala da senhora Terezinha de Lourdes aparece também no relato de outra entrevistada, a senhora Espedita Monteiro Bezerra da Silva, que ao ser questionada se chegou a trabalhar na agricultura de forma remunerada fez a seguinte descrição:

Não. Era pra nós prantá o feijão, prantava feijão, algodão né, que a rente ganhava, vendia, catava algodão pa vender né? Eu ia deixar o almoço na roça, fazia o almoço e ia deixar na roça, aí eu passava o dia lá. Quando tava Raimundo sozinha aí nós ficava catano algodão, mais quando tinha trabaiador num ficava não, vinha embora (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 117).

Assim, essas atividades femininas mais inseridas no mundo do trabalho agrícola, resultavam da necessidade de prover o sustento da própria família.

Entre 1970 e 1980 surge outra possibilidade de trabalho para as mulheres triunfenses: as Frentes de Trabalho popularmente chamadas de “Emergência”. Como já discutido anteriormente, diante das dificuldades enfrentadas na Região Nordeste agravadas pelas constantes secas que assolavam essa região, as Frentes de Trabalho foram implantadas pelo Governo Federal na tentativa de amenizar as dificuldades enfrentadas pela população mais carente, mas que na verdade só atestavam a falta de políticas sociais, já que políticas públicas como essas apareciam apenas em momentos pontuais sendo utilizadas na maioria das vezes em benefício de uma elite aproveitadora. Dentro desse contexto, e em virtude da necessidade de aumentarem a renda e prover o sustento da família, muitas mulheres triunfenses se alistaram nas Frentes de Trabalho. Essa constatação pode ser confirmada na fala da senhora Terezinha de Lourdes:

Porque chegou a megência e e o ganho que ele mandava era muito pouco e minha familia era grande, era oito fi. Aí chegou o alistamento da megência e eu fui cheguei lá o rapaz disse: nam a senhora se alistra, porque a senhora tem oito fipa dá de conta e o que vinha era pouco, que ele trabalhava em São Paulo mandava coisa que num dava pa passar o tempo, o dinheiro era pouco. Aí a megência me ajudou muito. Né? (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p. 111).

Além da senhora Terezinha de Lourdes, outra fala que comprova a participação das mulheres triunfenses nas Frentes de Trabalho é a da senhora Espedita Monteiro Bezerra da Silva quando ela diz:

Na megência lá só tinha mesmo registrado Nanzinha, a muié de meu irmão e... e aquela muié que ela já foi simbora, que é a muié de Geraldo de Nanzinha. Geraldo fi de Infeliz. Era as que eu conhecia lá, e Aparecida minha irmã que morreu (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 120).

Ainda descrevendo o trabalho nas Frentes de Emergência, outra fala da senhora Espedita, nos apresenta o tipo de atividade realizada pelas mulheres triunfenses nas Frentes de Trabalho:

Agora lá na megência? Eu acho que era juntar os garrancho, os home derrubano e elas juntano nera pa... a estradinha era lá na Vertente mermo, na casa de Pedro pa casa de Nando. Aquela época, é que você num sabe onde é a estrada, a estradinha começa ali dos, dos Duarte a rente passa a casa de Joquinha Duarte aí sobe lá pra Nando de Zé Bernardino, aí chegava ali. (...) Limpeza era. Pegava aqueles pau, butava num canto, fazia a fogueira, fogueira não, aquelas coivara e os home tocava fogo de noite (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 120).

A fala de nossa entrevistada corrobora com outros relatos feitos nas entrevistas realizadas, que descrevem o tipo de trabalho desenvolvido pelas mulheres triunfenses nas Frentes de Emergência, à exemplo da fala da senhora Terezinha de Lourdes Maciel, que disse: *“Depois que vei outra megência eu também não entrei mais nela. As muieis ia catar peda, quebra peda, nessa eu num tava não”* (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p. 111). Essa mesma situação é descrita pela senhora Rita Maria da Conceição:

É. Sim tem a da megência que a gente quebrava peda no tempo de Wilso Braga. Lá no açude grande das Gamela. Na construção... o açude já era construído, a rente quebrou essas peda só pa Zé Bernadino fazer mermo só as casa do povo dele e pronto (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 101).

Como podemos observar nas falas de nossas entrevistadas, o trabalho desenvolvido pelas mulheres triunfenses nas Frentes de Emergência não era fácil. Era um trabalho braçal e pesado que exigia força e resistência, não se diferenciando muito daquele realizado pelos homens. A partir dos relatos presentes nas entrevistas, evidenciamos que essas mulheres compartilhavam espaços e atividades com homens, como fica claro no relato da entrevistada Terezinha de Lourdes Maciel, que trabalhou como chefe de uma turma de homens nas Frentes de Trabalho. A mesma, ao ser questionada como era trabalhar apenas com homens e se chegou a enfrentar algum tipo de dificuldade por isso, nos disse:

Não, achava não, porque quase tudo era da minha família e tudo era home de roça acostumado, hoje em dia é que o povo não que mais trabalhar mais de primeiro pa ir pa roça vai. Aí eu tinha uma turma de doze home pa distocar roça, pa prantar palma, fazer cerca. Eu ia só olhar se eles tavam fazeno o serviço. (...) Eles iam pra lá, eles tudo era de roça sabia o que que ia fazer né? Eu ia só saber o que eles tava fazeno, se tava fazeno bem feito. Aí quando era no fim na tarde, dava o ponto que eles tinha, tava tudo lá no serviço. Era isso (FEITOSA. Entrevista 05, 2016, p.111).

Assim como a senhora Terezinha, as demais entrevistadas relatam que não enfrentaram nenhum tipo de dificuldade ou conflitos culturais e morais para exercer seus trabalhos nas Frentes de Emergência, embora estivessem dividindo espaços e trabalhos com homens que na maioria das vezes não faziam parte de sua esfera familiar. Essa questão nos faz pensar que o fato e o hábito dessas mulheres realizarem trabalhos agrícolas desde novas compartilhando aí os espaços com homens, mesmo que da família, facilitou o trabalho nas Frentes de Emergência. Outra situação importante para o mundo feminino em questão, que pudemos observar, é que embora essas mulheres estivessem atuando em atividades fora do espaço doméstico, isso não impediu que as mesmas continuassem desenvolvendo também a função de dona de casa, alternando o seu tempo de trabalho entre as atividades do lar e fora dele, já que por uma questão de necessidade familiar elas precisavam realizar outras funções.

Finalizando as observações sobre o trabalho das mulheres triunfenses na agricultura e nas Frentes de Trabalho, constatamos que eram em sua maioria desenvolvido por mulheres sem instrução, que só sabiam assinar o próprio nome, já que não tiveram acesso a educação formal, pois desde cedo por uma questão de necessidade se inseriram no mundo do trabalho agrícola, como é o caso da nossa entrevistada Rita Maria da Conceição que ao

ser questionada se teria estudado assim responde: “*Quando eu fui estudá rá tinha quinze ano, num fiz nem o primero ano, só aprendi a assiná mermo só o nome*” (CONCEIÇÃO. Entrevista 02, 2016, p. 100). A fala da senhora Rita Maria pode ser observada no relato da maioria de nossas entrevistadas que desenvolvem atividades no mundo do trabalho agrícola e nas Frentes de Trabalho. Assim sendo, concluímos que diante da escassez de postos de trabalho na cidade de Triunfo, as mulheres triunfenses de classe mais baixa ainda enfrentavam outro tipo de dificuldade para se inserirem no mundo do trabalho fora do ambiente doméstico: a falta de instrução.

4.1.2 As atividades comerciais das mulheres triunfenses

Além das atividades agrícolas e nas Frentes de Emergência, podemos observar na cidade de Triunfo já nos anos finais da década de 1970, algumas mulheres atuando em atividades comerciais de forma autônoma ou ainda trabalhando de forma ambulante. A senhora Fátima Trajano da Costa relata em entrevista, que começou trabalhar aos doze anos de idade ajudando no mercado que pertencia a seu pai Pedro Trajano de Sousa:

Porque naquela época num, num se butava funcionário né? Como a gente... eu é... só era eu, meu pai e minha mãe né, adotiva, eu ‘comecei né ajudano a ele. Eu ia pra lá, ia deixar um lanche, uma coisa, às vezes ele vinha merendar eu ficava lá, pra ele pra num fechar né? Ele vinha, aí era assim só fechava no almoço eu ia ficar. Aí lá ele começou a me ensinar porque eu ia fazer minhas atividade da escola lá, porque minha mãe num sabia ler, e ele quem me cri, ele quem me ensinava. É tanto que eu era muito boa em matemática, porque ele me ensinava assim tabuada né? Eu sabia toda conta, ainda hoje eu faço, somar, dividir essas coisa eu... sabe? Eu aprendi lá. E foi lá que eu aprendi assim né, a viver no comércio foi ficando, quando ele adoecia eu ficava, e depois ele achou que... aí foi quando ele fundou né, aquele mercado. Ele construiu um prédio em setenta e seis e eu fiquei lá (COSTA. Entrevista 06, 2016, p. 113).

A senhora Fátima Trajano, nossa entrevistada, descreve que sempre atuou no comércio de seu pai e que este passou para sua propriedade após a morte do mesmo:

Foi no comércio. Já comecei a trabalhar no comércio. Eu nunca tive outra profissão, assim, eu estudei né, fiz esse curso, mas como eu nunca consegui um trabalho assim... aí meu trabalho foi no comércio. Comércio

que era de meu pai né? Aí quando ele faleceu aí passou dele pra mim (COSTA. Entrevista 06, 2016, p. 114).

Nossa entrevistada relata ter estudado, todavia nunca exerceu profissão alguma fora do comércio familiar onde continuou atuando mesmo depois de casada, e que não enfrentou nenhum tipo de problema por isso. Quando questionada porque parou de trabalhar no comércio, a mesma nos disse que parou para cuidar do seu marido quando o mesmo adoeceu:

Aí quando foi em setenta e sete eu me casei e continuei lá né? Até... bem... oitenta e... quando João Bosco adoeceu, ele adoeceu em oitenta e seis e nós ficamos até bem... noventa e quatro por aí assim. Sem nenhum problema. Eu criei meus fii lá. (...) Não de jeito nenhum, nunca tive. Eu sempre tive orgulho e hoje eu sinto muita falta assim do meu trabalho. Eu procuro preencher eu... mais é uma coisa que num preenche né? (...) Por conta do marido né? Que adoeceu uma pessoa que é dependente de mim e eu num tinha mais como enfrentar um trabalho, eu tinha que abandonar ele. Meus filho era pequeno num tinha responsabilidade pra assumir, foi isso (COSTA. Entrevista 06, 2016, p. 113).

Imagem 3:



Fotografia da Senhora Fátima Trajano proprietária de um mercado no centro da cidade de Triunfo-PB cedida por Marcondes Trajano, morador local, de seu acervo pessoal.

A senhora Fátima Trajano ao ser questionada se havia muitas mulheres atuando no comércio entre as décadas de 1970 e 1980, assim relata:

No comércio? Depois foi que apareceu dona Terezinha ali né, de Luiz Moreira que ela tinha ali, vendia assim alguma coisa, ela mesma ajudava ali. Era Lindinalva que já ficava ali, mais eu acho que bem... na época de oitenta. Dona Terezinha Macena né, que vivia ali. Agora tinha assim, pessoal que trabalhava em restaurante né? Tinha Raimunda que é a mãe de... desse menino que morreu agora. Como é meu Deus?... Raimunda de Zé Raimundo, era ela e Zé Raimundo que trabalhava né, tinha restaurante. Aí depois, tinha aquela Neném de Mané de Nanu né, que começou também ali, cum negócio de café, essas coisa. Sulina já foi bem depois... Quem mais? Tinha outras pessoa que butava restaurante mais eu num me lembro bem assim (COSTA. Entrevista 06, 2016, p.114).

Como podemos observar na fala da entrevistada, outra comerciante que atuou na cidade de Triunfo entre as décadas de 1970 e 1990 foi a senhora Terezinha Macena Pinheiro. A senhora Terezinha iniciou seus trabalhos na feira livre no centro da cidade de Triunfo no ano de 1973 vendendo produtos de armarinho, como linhas e agulhas, assim permanecendo até o ano de 1983 quando instalou seu próprio armarinho. A mesma, também atuou como funcionária pública, exercendo a função de parteira no **Posto Médico Municipal Maria do Socorro Adriano**, ocupando o cargo até o ano de 1986. Além de Terezinha Macena, também foi citada por moradores locais em conversas informais, a senhora Valdenora Mangureira Lisboa, vendedora ambulante, que também trabalhava na feira vendendo cosméticos como representante da Avon¹⁸. Exerceu essa atividade por vários anos na cidade de Triunfo.

Pudemos constatar ainda, através de conversas informais com moradores locais, que haviam outras mulheres administrando seus próprios estabelecimentos comerciais nos anos de 1970, como a senhora Laura Lisboa Batista, viúva que trabalhou na produção de bolos em sua própria residência para a venda ambulante até o ano de 1975, quando instalou um café no centro da cidade que também funcionava como restaurante atendendo pessoas que frequentavam a feira livre nos dias de domingo. Nesse mesmo período, também funcionava no centro da cidade o Café de Dona Dolores, professora aposentada que passou a administrar esse estabelecimento que antes pertencia a sua mãe Dona Edite.

¹⁸Empresa de cosméticos norte-americana criada em 1886. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Avon_Products. Acessado em: 24/08/2016.

Já para a década de 1980 a senhora Maria de Fátima Adriano de Andrade relata ter instalado uma farmácia no centro da cidade, posteriormente vindo também a se tornar proprietária de uma escola particular:

Em oitenta e três, em oitenta e dois mais ou meno eu comecei com o comércio, com a farmácia. Depois botei a escola em oitenta e quatro, oitenta e três por aí que eu tô em dúvida, acho que aqui tem a fundação (ANDRADE. Entrevista 08, 2016, p. 122).

Diante dos relatos acima, podemos constatar que já em meados da década de 1970, haviam várias mulheres atuando em atividades comerciais em Triunfo, desde aquelas de classe média baixa, que por uma questão de necessidade financeira adentravam no mundo do comércio fosse de forma ambulante ou instalando seu próprio estabelecimento comercial, até aquelas da camada mais alta da sociedade triunfense, que mais por uma questão de adquirir independência financeira ou de empreendedorismo, abriam seus estabelecimentos comerciais, à exemplo da nossa entrevistada senhora Fátima Adriano de Andrade:

A minha visão no tempo do trabalho? Quando eu iniciei o trabalho? Eu trabalhava pra ter uma independência, eu nunca pensei assim: eu vou ser uma grande empresária, não. Eu trabalhava mais pra ter minha independência e ter assim um certo é... como... um meio de, de levar o conhecimento aquelas pessoas que não tinham e que necessitavam. Sempre eu pus a escola pensando em ajudar e trazer esses aluno que estudava só em escola pública que era um fracasso também naquela época e foi quando eu fundei a escola Pingo de Gente pa já atender uma necessidade da minha filha e graças a Deus teve muito sucesso (ANDRADE. Entrevista 08, 2016, p. 124).

Além dessas atuações, haviam ainda aquelas mulheres que se inseriam nas atividades comerciais trabalhando nos negócios da família, administrando estabelecimentos comerciais que pertenciam aos seus pais e que geralmente passavam a ser de sua propriedade, à exemplo de nossa entrevistada Fátima Trajano, que como podemos observar a partir de seu relato, começou a trabalhar no comércio ajudando seu pai, tornando-se depois proprietária do mesmo.

As descrições feitas acima respondem a uma das indagações propostas para esse capítulo quando buscávamos saber da participação das mulheres triunfenses no comércio. Assim, confirma-se que havia sim em Triunfo, mulheres atuando em atividades comerciais

nos negócios da família, bem como mulheres empreendedoras que se lançavam no mundo das atividades comerciais já entre as décadas estudadas.

4.1.3 A participação das mulheres triunfenses em serviços administrativos

A partir das falas de nossas entrevistadas, observamos que entre as atividades realizadas pelas mulheres triunfenses desde a década de 1970 estavam incluídos os serviços administrativos desenvolvidos através de cargos de secretaria e direção de estabelecimentos públicos e privados. Nesse período, apesar da cidade apresentar poucos ambientes que disponibilizassem esse tipo de função, já era possível encontrar mulheres realizando serviços administrativos em alguns estabelecimentos à exemplo de Francinete Gonçalves Passim que trabalhava como secretária no cartório local e foi citada por uma de nossas entrevistadas a senhora Lúcia de Fátima Liberato, que também trabalhou no cartório como ela mesmo descreve:

Eu comecei a trabalhar nesse período porque eu estudava em São João do Rio do Peixe, fazia o pedagógico e eu tinha dois colegas. Um era dono do cartório, que é Bosco Macena né? E Fanete era a secretária dele e eles eram meus colegas de classe, aí eles foi e me convidaram pra mim transcrever registro no cartório, porque minha letra era muito bonita (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p.65).

A senhora Lúcia de Fátima, exerceu vários cargos administrativos entre as décadas de 1970 e 1980. Um desses trabalhos teria sido na cooperativa de algodão de Triunfo na qual exerceu a função de auxiliar de administração:

Aí do cartório eu fui trabalhar na cooperativa. (...) Mulher, auxiliar de... só na carteira nera, era melhor. Num sei se era auxiliar de administração, uma coisa assim. (...) E da cooperativa eu trabalhei no Unibanco e do Unibanco eu fui trabalhar na Prefeitura (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 105).

Como relata a senhora Lúcia de Fátima, a mesma trabalhou como auxiliar de administração na filial da Cooperativa Agrícola e Industrial de Icó – CE que foi instalada em Triunfo no ano de 1979. Nesse período, diz Lúcia de Fátima em conversa informal, que teria iniciado seu trabalho na cooperativa quando foi chamada para assumir a função de

auxiliar administrativo pelo presidente da mesma, o senhor Antônio Adriano de Andrade, devido a vínculos de amizade deste com sua família. Conforme descreveu, Lúcia de Fátima, a cooperativa funcionava como posto de recebimento de algodão, principal produto agrícola negociado em Triunfo naquele período. A mesma disse ainda, que além dela, trabalhava nesse estabelecimento como auxiliar administrativo a senhora Maria Advanira De Lima Estrela. Lúcia de Fátima relata que no ano de 1989 passou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Triunfo onde atua até hoje: “*Na Prefeitura... eu trabalhei como auxiliar de serviço, como datilógrafa na época e depois eu fiz o concurso e fui ser fiscal de tributos e arrecadação na Prefeitura Municipal, até hoje*” (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 106).

Para finalizar a discussão sobre a participação das mulheres triunfenses em serviços administrativos, quero destacar aqui a atuação da senhora Maria Fátima Adriano de Andrade, nossa entrevistada e uma das mulheres que mais desenvolveu serviços administrativos na cidade de Triunfo, atuando tanto na administração de seus próprios negócios, como na administração de setores da educação local, exercendo como ela mesma descreve cargos de diretora em escolas locais:

Eu trabalhava na educação como diretora. Trabalhava, coloquei uma escola particular como, fiquei como diretora não como professora. Sempre eu tive a administração, apesá... era uma empresa, mas numa era uma empresa (risos), era uma empresa pequena, de estudo. E... depois disso, quando foi e in nov... in oitenta e oito, aí eu fui consegui uma nomeação pra ser diretora do Antônio Francisco. Passei, trabalhei quinze ano lá (ANDRADE. Entrevista 08, 2016, p. 122).

Observamos claramente, a partir dos discursos apresentados, que já havia desde a década de 1970, embora não de forma tão ampla, mulheres exercendo funções administrativas fossem em órgãos públicos ou privados na cidade de Triunfo. Concluímos também com base na fala de nossas entrevistadas, que a inserção das mulheres triunfenses no mundo do trabalho se dava através das relações estabelecidas na sociedade triunfense fossem elas familiares ou de amizade. Essa constatação nos permite fazer ainda outra observação sobre o mundo do trabalho na cidade de Triunfo: a necessidade de apadrinhamentos para conseguir se inserir no mundo do trabalho formal, já que num contexto em que as oportunidades trabalhistas eram escassas, fica evidente, tanto nos relatos de nossas entrevistadas como nos discursos de pessoas que se dedicaram a escrever sobre a história do município, que as relações familiares e de amizade facilitavam e muito

a inserção no mundo do trabalho em Triunfo. Aliás, as relações estabelecidas na sociedade triunfense ditavam a dinâmica do mundo do trabalho, uma prática que perdurou por vários anos e sobre a qual discorreremos mais um pouco a seguir.

4.2 O poder público em Triunfo e a viabilidade de trabalho feminino entre os anos 1970-1990

Antes de apresentar as atividades desenvolvidas pelas mulheres triunfenses no âmbito da Prefeitura Municipal de Triunfo, gostaríamos de discutir um pouco as práticas que ditavam as regras de inserção nessa repartição pública que se constituía como maior setor empregatício na cidade de Triunfo. Constatamos a partir dos relatos de nossas entrevistadas, bem como nos discursos de historiadores locais utilizados na construção desse trabalho, que a cidade de Triunfo até a década de 1990 apresentava poucos estabelecimentos geradores de emprego, se constituindo a Prefeitura Municipal entre os anos de 1970 e 1990, como maior setor empregatício do município.

Cristina Bruschini (1994, p.181), discute a importância do papel desempenhado pelo setor público na geração de empregos para as mulheres, sobretudo na região Nordeste:

Na fatia formal do mercado de trabalho, o peso relativo da administração pública é marcante, sobretudo entre as mulheres onde mais da metade dos empregos ocupados por ela estão nesse setor. [...] A julgar pelos dados sobre o Nordeste, região na qual o funcionalismo público detém uma das maiores fatias do mercado organizado, e na qual o percentual de empregos femininos supera os masculinos (BRUSCHINI, 1994, p. 189).

Segundo Bruschini (1994), a crise instalada no Brasil nos anos finais da década de 1970 foi agravada no Nordeste pelos efeitos da seca. Dentro desse contexto, a intensa atuação do poder público através da adoção de políticas compensatórias, provocaria a redução no impacto da crise. Como relata ainda a autora, nesse ensejo várias medidas foram adotadas pelo Governo Federal para proteger essa região dos efeitos da crise, destacando-se além da abertura das Frentes de Trabalho a geração de empregos pelos setores de administração pública (BRUSCHINI, 1994, p.189).

Sem querer atribuir juízo de valor, nem caracterizar aqui as práticas políticas e sociais realizadas durante o período estudado, já que não é esse o nosso foco de estudo,

queremos destacar alguns arranjos da política triunfense para que possamos compreender a dinâmica da sociedade local, principalmente naquilo que remete ao mundo do trabalho feminino. Além de enfrentarem dificuldades relativas a falta de postos de trabalho, sua participação e seu ingresso nesse meio estariam condicionados a relação pessoal ou familiar estabelecida com as autoridades locais, já que nesse período era através de práticas como apadrinhamentos e protecionismos que o poder público local admitia seus funcionários. Sobre esse contexto, Andrade (1999) relata que: “as relações de apadrinhamento não são características decisivas no desenrolar da luta política em Triunfo, mas também é um traço facilmente identificável na dinâmica política da cidade de Triunfo” (ANDRADE, 1999, p.03).

O que diz Andrade pode ser confirmado na fala da senhora Lúcia de Fátima Liberato de Almeida, nossa entrevistada, quando relata sobre as práticas de apadrinhamento presentes no mundo do trabalho no município de Triunfo:

Eu entrei, comecei porque... eu votei em Doutorzim nera, candidato a... pré candidato da, como prefeito aí eu fazia uma política muito forte sabe, por ele, trabalhei mesmo, arregacei as mangas junto com ele. Quando ele ganhou, quando foi no outro dia ele foi lá no sítio e me convidou pra mim ser funcionária, trabalhar com ele (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 106).

Como afirma Lúcia de Fátima, para conseguir um serviço na Prefeitura Municipal ou qualquer estabelecimento vinculado a mesma, era necessário fazer uma política de articulação muito forte e ter exercido total apoio ao gestor durante o período de campanha, caso contrário, as chances de conseguir algum trabalho nesse setor eram nulas:

Com certeza! Se não tivesse num via nem o azul. Aqui existia uma política muito pesada. Era assim, quem era adversário num tinha direito não, de entrar na Prefeitura não. Era mais pessoas da família do prefeito, aquelas pessoas da família né? E os, e os, e a outra turma que entrasse, os de fora que entrasse, era porque fazia, tinha que fazer uma política pesada (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, 107).

Corroborando com a descrição feita por Lúcia de Fátima, outra fala que descreve essa prática local é a da senhora Espedita Monteiro. Ao ser indagada como teria conseguido emprego na Prefeitura Municipal a mesma assim relata:

Informado de Zé Bernardino que me deu. Ele um dia passou na calçada eu tava sentada aí ele disse: “Ei moça vá trabalhar”. Eu disse: eu num tem emprego. Eu disse uma brincadeira e ele me deu, que nesse tempo Zé Bernardino tinha arranjado muito emprego pra os povo de, dos Mangueira era Zenóbia, Zeneide e Zilma, tudim foi Zé Bernardino que deu os emprego do povo dos Mangueira. E eu trabalhava cum, com a mulher de Fransquim de Borge, porque ela, ela num fazia a limpeza, quem fazia era eu a limpeza do colégio. Mas foi Zé Bernardino que me deu, só trabaiei no tempo de Zé Bernardino, que Doutozim me tirou (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 120).

O que podemos constatar tanto na fala de nossas entrevistadas, como nos discursos presentes nas fontes analisadas para a construção desse trabalho, é que a configuração do trabalho feminino em Triunfo estava condicionada tanto às relações familiares e de amizade, como às relações políticas estabelecidas com os gestores do município, enfatizando esta última por representar o maior setor empregador local. Uma dinâmica que embora ainda seja visível na atualidade, mesmo que de forma mais branda, teve seu ponto alto no período que se estende de 1970 a 1990, período em que, como descreve Andrade (1999, p.07) “a cidade de Triunfo conheceria o maior fenômeno de dominação política que sua história já registrou”.

4.2.1 Áreas de atuação feminina na Prefeitura Municipal de Triunfo

Antes de iniciarmos a discussão sobre as áreas de atuação das mulheres triunfenses na Prefeitura Municipal, gostaríamos de destacar a importância da análise documental realizada nos arquivos da mesma para a construção desse trabalho, apesar das limitações causadas tanto pela falta de registros, como pela má conservação dos mesmos, sobretudo dos documentos referentes a década de 1960 que são praticamente inexistentes. Todavia, a documentação analisada nos possibilitou fazer uma leitura mais aprofundada, bem como dispor de uma melhor compreensão da dinâmica trabalhista das mulheres triunfenses nesse setor.

É importante ressaltar, que sem a utilização dos documentos, o levantamento de alguns dados que aqui serão expostos seria praticamente impossível. Utilizaremos sempre que necessário também, as falas de nossas entrevistadas para que assim possamos construir uma narrativa que nos permita fazer uma leitura mais próxima da realidade e da dinâmica feminina no mundo do trabalho triunfense no período em análise. Nesse ensejo, quero

deixar claro mais uma vez que o motivo de ter iniciado a análise documental a partir de 1970 e não de 1962, período em que a Prefeitura inicia seu funcionamento, é a falta de documentos que nos permita construir uma observação mais profunda sobre essa época. Além disso, queremos destacar que a razão de termos priorizado a análise nessa repartição, se justifica pelo fato da mesma se constituir como maior setor empregatício do município até a década de 1990, quando o mundo do trabalho local passa por algumas reconfigurações e surgem novos estabelecimentos como casas comerciais criando novas possibilidades empregatícias.

Assim sendo, ao analisarmos os documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo como registros de contratação e folhas de pagamento do período que se estende entre 1970 e 1990 podemos observar o crescimento da participação feminina nesse setor, quando comparamos o número de mulheres que foram admitidas pela Prefeitura Municipal entre os anos de 1970-1990 como nos mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Participação feminina na Prefeitura Municipal de Triunfo-PB entre os anos de 1970-1990

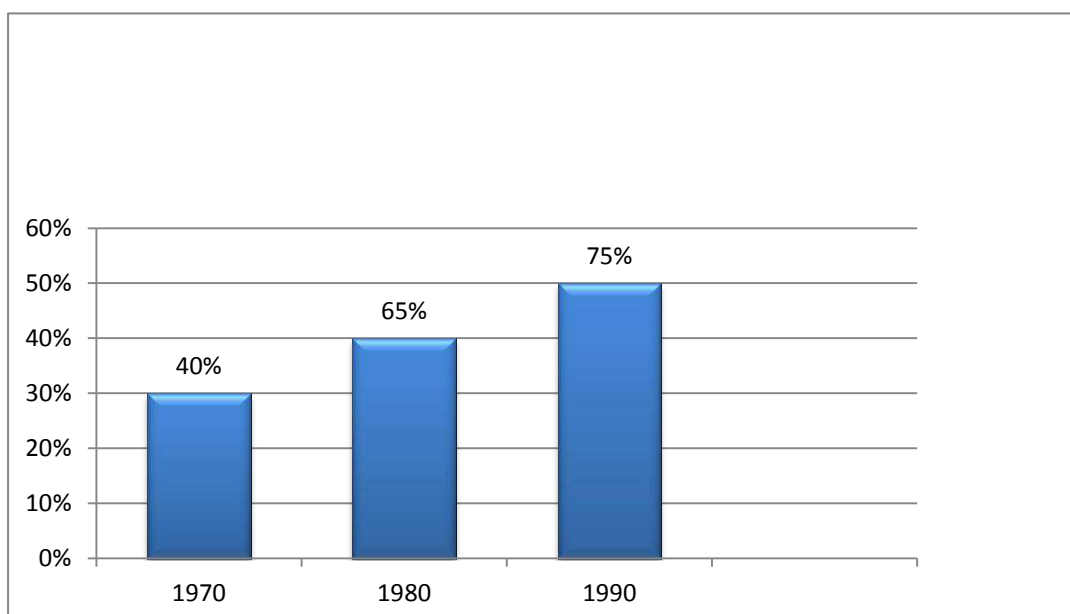


Gráfico1- Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo

Como podemos observar no gráfico 1, a participação das mulheres triunfenses na Prefeitura Municipal de Triunfo apresenta um crescimento de 25% entre as décadas de 1970 e 1980 o que se justifica na abertura de novos espaços de atuação feminina tanto na área da saúde como na área da educação no município. Já na década de 1990 esse

crescimento acontece de forma menos acentuada atingindo apenas 10% em relação a década anterior, já que o quadro de funcionários não muda muito nesse período, permanecendo praticamente as mesmas pessoas. É importante destacar aqui, que esse resultado obtido considera o quadro geral de funcionários da Prefeitura Municipal no período em análise e que a participação feminina nesse contexto era superior a masculina, afirmação que também pode ser reforçada pela fala de nossa entrevistada Lúcia de Fátima Liberato. A mesma ao ser questionada se costumava ver muitas mulheres trabalhando nessa repartição, relata que: “*Costumava, tinha muitas, muitas mulheres, a maioria era mulher*” (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 107). Quero destacar aqui que a senhora Lúcia de Fátima, além de nossa entrevistada é a funcionária responsável pelo arquivo da Prefeitura e muito contribuiu para a construção desse trabalho.

O resultado apresentado acima, está de acordo com a configuração do mundo do trabalho que se desenvolvia na Região Nordeste nesse período, referente a dinâmica do funcionalismo público como podemos observar no discurso de Bruschini quando ela diz: “a julgar pelos dados sobre o Nordeste, região na qual o funcionalismo público detém uma das maiores fatias do mercado organizado e na qual o percentual de empregos femininos supera os masculinos” (BRUSCHINI, 1989, p. 35).

Assim sendo, diante da constatação do crescimento da participação feminina dentro dessa repartição pública que representava o principal espaço gerador de trabalho formal em Triunfo, analisamos também os setores de atuação feminina nesse contexto, fazendo um levantamento das principais atividades desenvolvidas pelas mulheres no período em análise, cujo resultado será apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Áreas de atuação feminina

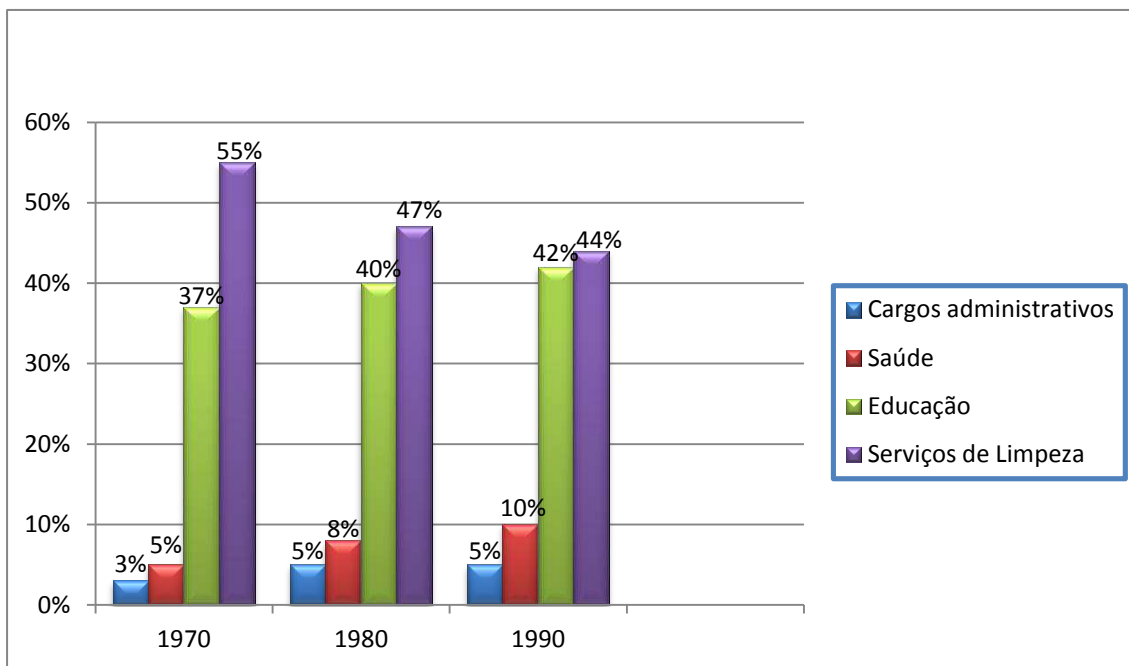


Gráfico 2- Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo

Como nos mostra o gráfico 2 as atividades que as mulheres triunfenses costumavam desenvolver nessa repartição estavam mais centradas nas áreas de educação, saúde e serviços de limpeza. Dentro desses setores, como podemos observar a partir dos dados apresentados no gráfico 2, as áreas em que as mulheres triunfenses estavam mais inseridas era da educação e serviços de limpeza o que também pode ser confirmado na fala de nossa entrevistada Lúcia Liberato quando questionamos em que área as mulheres triunfenses costumavam se destacar mais, ela diz: *“Na Educação né? A maioria era educação. Era professora e outras era zeladora e merendeira. Uns era as professora, outra era as auxiliar, merendeira, zeladora. Tinha muitas funções assim”* (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 104).

Conforme apresenta o gráfico 2, o setor que registra maior participação feminina entre as décadas de 1970 e 1990 é o de serviços de limpeza. Assim sendo, quero aqui justificar o motivo de nossa entrevistada ter destacado a área da educação como sendo a que apresentava maior participação feminina e não a de serviços de limpeza como nos mostra o gráfico 2. Como podemos observar no levantamento de dados feitos a partir dos documentos que analisamos, a maior parte das mulheres que trabalhavam como auxiliares de serviço estavam lotadas na folha de pagamento da Secretaria de Educação, sendo esse o motivo de nossa entrevistada ter destacado essa área como a de maior atuação feminina. Eram mulheres que como descreve a entrevistada, trabalhavam como professoras,

merendeiras e zeladoras e até mesmo aquelas que atuavam como auxiliares de serviços gerais em outros espaços que não estavam vinculados a Secretaria de Educação, estavam lotadas nesse setor.

Outra observação que podemos destacar a partir dos dados apresentados no gráfico 2, remete à participação feminina nos cargos de chefia exercidos pelas mulheres triunfenses no período em análise. Como podemos observar no gráfico, era um percentual bem pequeno comparado às demais funções exercidas pelas mulheres, chegando a atingir apenas 5%. Essa observação pode ser confirmada na fala de nossa entrevistada Lúcia de Fátima Liberato, quando ao ser indagada se era comum encontrar mulheres atuando em cargos de chefia a mesma faz a seguinte colocação: “*Mais na Educação era mais mulheres né? Que administrava, mas nos outros cargo era homem, de chefia era homem. Agora quando era na, pra educação era mulheres*”(ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 106). Lúcia de Fátima descreve ainda que só atuavam nesses cargos aquelas mulheres que tinham algum grau de parentesco com o gestor local: “*Era filha de prefeito, era parente de prefeito, irmã de prefeito. Entendeu?*” (ALMEIDA. Entrevista 04, 2016, p. 107). Sua colocação reafirma a política de apadrinhamento que havia em Triunfo, o que também pôde ser constatado na análise dos documentos, pois como podemos observar os cargos de chefia exercidos por mulheres eram poucos e em geral desempenhados por irmãs e filhas do gestor em exercício.

Dentro desse contexto, a partir do resultado obtido e diante das funções desenvolvidas pelas mulheres como professora, merendeira e auxiliar de serviços gerais, sendo essa última função a que apresenta maior porcentagem de trabalhadoras, constatamos que as atividades desenvolvidas pelas mulheres triunfenses dentro do setor público, eram atividades que estavam mais próximas do universo feminino e de seu papel tradicional de dona de casa e mãe, o que nos lembra o discurso de Lúcia dos Santos Garcia e Ecléia Conforto em artigo intitulado “*A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar*” (2012, p. 07), quando elas descrevem as oportunidades que se abrem para mulheres no mercado de trabalho. Elas dizem:

Cabe ressaltar que as oportunidades geradas para as mulheres no mercado de trabalho estão associadas à vida privada, ao cuidado da família e por isso sua inserção profissional seria uma extensão da vida doméstica. Diversas análises sobre as mulheres no mercado de trabalho indicam uma tendência à conformação nos nichos ocupacionais femininos, ligados, por exemplo, a educação (professoras), saúde (enfermeiras, psicólogas e

terapeutas) e manutenção dos espaços domésticos (empregadas domésticas e prestadoras de serviços de limpeza) (GARCIA e CONFORTO, 2012, p. 07).

Como relatam as autoras, as oportunidades de inserção feminina no mercado de trabalho predominavam em áreas cuja atuação se apresentava como extensão do seu papel principal que era o de mãe, esposa e dona de casa, vínculos empregatícios fáceis de conciliar com sua rotina doméstica, não representando impedimento para que as mulheres realizassem suas atividades no contexto do lar e no cuidado com a família, não impedindo assim que elas mantivessem seu papel tradicional e socialmente designado de dona de casa.

4.2.2 Perfil das mulheres triunfenses que atuavam no funcionalismo público

Diante das informações presentes nos documentos, realizamos uma análise que se faz importante para conhecermos o perfil das mulheres que atuavam na Prefeitura Municipal, bem como a dinâmica do trabalho feminino nesse setor, conforme apresentaremos a partir daqui com a demonstração dos dados sobre a faixa etária das mulheres:

Gráfico 3: Faixa etária

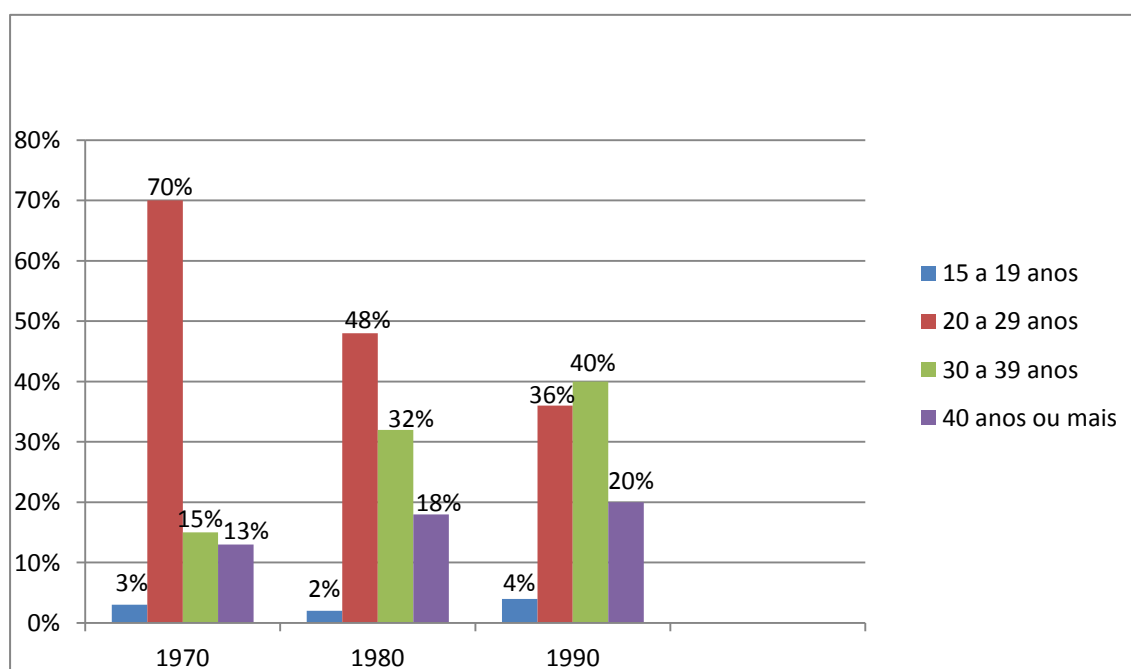


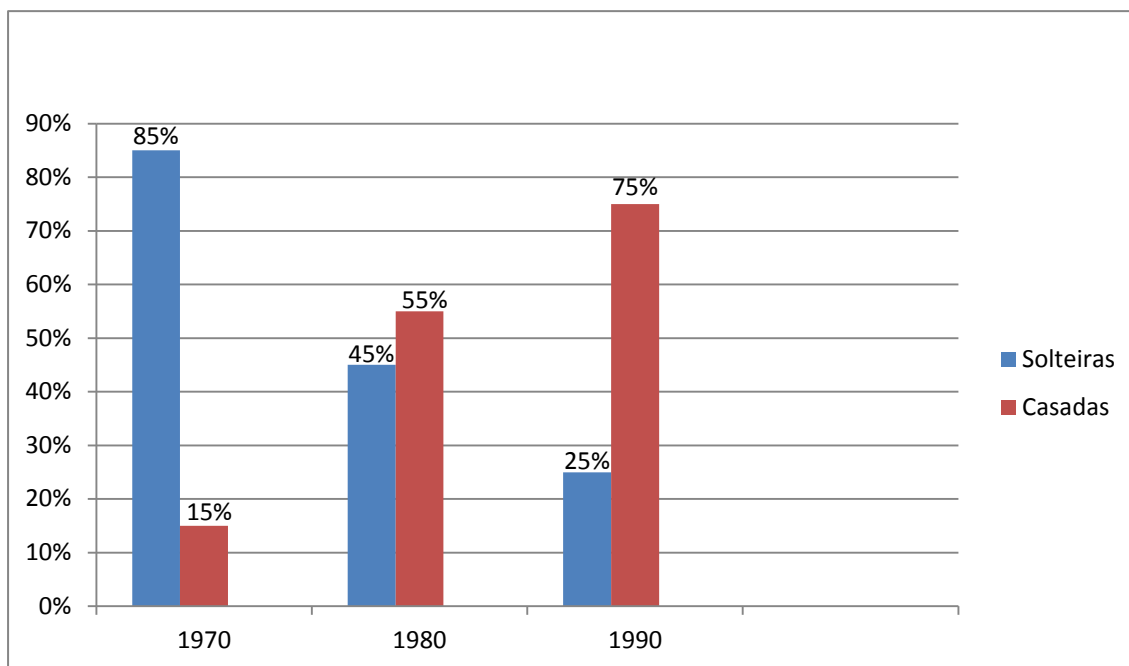
Gráfico 3- Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo

Conforme apresenta o gráfico 3, a maioria das mulheres que trabalhava no período analisado apresentavam idade entre 20 e 29 anos, representando 70% das mulheres na década de 1970 e 48% em 1980. De acordo com a análise dos dados, pudemos observar ainda que eram mulheres que estavam iniciando sua vida profissional tendo seu primeiro contato como o mundo do trabalho, ou seja, estavam numa fase de amadurecimento profissional. Já na década de 1990 destaca-se a participação de mulheres com idade entre 30 e 39 anos representando 40% do total enquanto as mulheres solteiras representam 36%, diferença de apenas 4% que pode ser justificada pelo fato de muitas delas atuarem no quadro de funcionários desde a década de 1980 e com o avanço da idade passam para a faixa etária seguinte.

Outra observação feita por nós durante a análise dos dados, refere-se ao baixo número de mulheres atuando no período estudado com faixa etária acima dos 39 anos. Ao compararmos os dados do gráfico, observamos um crescimento dessa participação de apenas 7% entre as décadas de 1970 e 1990, quando ela chega a representar 20% da participação feminina na Prefeitura Municipal, observação que nos faz pensar se o motivo dessa diferença seria o afastamento das mulheres acima de 39 anos do trabalho na Prefeitura, devido a preferência dos gestores locais por mulheres com faixa etária mais baixa ou pela dificuldade das próprias mulheres dessa faixa etária em conciliar o trabalho fora do lar com suas atividades domésticas. Essa dúvida, nos remete a mais uma fala de Bruschini quando ela afirma que “a idade é um dos fatores determinantes para o ingresso da mulher no trabalho fora de casa”. A autora assim descreve:

[...] As taxas de participação feminina são constantemente superiores na faixa dos 20 a 24 anos principalmente na zona urbana. [...] O mercado de trabalho é mais favorável às jovens e solteiras, devido a preconceitos e valores dos empregadores que dão preferência a elas tanto por uma associação entre juventude e vigor físico quanto pela crença de que o casamento e maternidade criam obstáculos para um bom desempenho profissional (BRUSCHINI, 1989, p. 19-20).

Assim sendo, para que possamos responder essas inquietações sobre a dinâmica trabalhista das mulheres triunfenses na Prefeitura Municipal de Triunfo, bem como conhecer um pouco mais o perfil das mulheres triunfenses que atuavam nesse setor, outro dado será apresentado no gráfico 4, descreve o estado civil das funcionárias no período estudado.

Gráfico 4: Estado civil**Gráfico 4- Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo**

Como podemos observar no gráfico acima, o número de mulheres solteiras atuando no mundo do trabalho formal em Triunfo é superior ao de casadas apenas na década de 1970 apresentando percentual de 85%, enquanto o número de mulheres casadas atinge apenas 15% do total. No entanto, nas décadas seguintes observa-se o crescimento do número de mulheres casadas chegando a ultrapassar o de solteiras em 1980, quando atinge 55% do total contra 45%, o que representa uma diferença no quadro de 5%. Já na década de 1990 esse crescimento se acentua e atinge 75% do total, o que representa uma diferença de 50% entre mulheres solteiras e casadas que atuavam na Prefeitura Municipal. Tal constatação pode ser justificada, pela permanência de praticamente o mesmo quadro de funcionárias entre as décadas analisadas mostrando assim que a gestão municipal não tinha problemas em manter funcionárias casadas atuando nesse setor. Além disso, os dados apresentados no gráfico também indicam o crescimento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho formal em Triunfo, descrição que corrobora com o discurso de Bruschini (1989) quando ela afirma que:

A mulher casada amplia sua participação no mercado de trabalho na década de 70, embora este ainda não lhe ofereça condições ideais para o cuidado de sua casa e de seus filhos. Para alguns observadores, esse

movimento ocorreria especialmente entre as casadas de extratos médios e altos de renda, sujeitas a trabalhos mais gratificantes e condições mais favoráveis para o arranjo doméstico. Para outros a casada de baixa renda, premida pela necessidade de complementar o orçamento familiar, é que estaria ingressando no mercado de trabalho a um ritmo mais acelerado (BRUSCHINI, 1989, p. 24).

Considerando a discussão acima e trazendo essa fala para nossa realidade, é possível constatar a partir dos relatos de nossas entrevistadas bem como nos dados coletados no arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo, que ocorre um crescimento da participação das mulheres casadas no mundo do trabalho em Triunfo a partir da década de 1970. Dentro desse contexto, é possível observar que tanto as mulheres mais elitizadas como as de classe mais baixa, foram construindo uma nova dinâmica social e de trabalho em Triunfo de acordo com as possibilidades trabalhistas que surgiam no município. Assim sendo, queremos destacar a importância da abertura de novas possibilidades de atuação no mundo do trabalho para as mulheres triunfenses, permitindo que elas saíssem do espaço doméstico e passassem a ocupar novos espaços, já que até meados da década de 1960 as atividades femininas estavam mais centradas no contexto do lar.

4.3 A relação das mulheres triunfenses com o mundo do trabalho: o que disseram as fontes?

Definido o perfil das mulheres que atuavam no funcionalismo público na cidade de Triunfo, diante da discussão construída e apresentada no decorrer desse capítulo, gostaríamos de finalizar nossas observações sobre a relação das mulheres triunfenses com o mundo do trabalho fora do ambiente doméstico apresentando ao leitor as constatações realizadas no decorrer desse estudo, respondendo algumas inquietações que se tornaram objeto de apreciação para esse capítulo. Assim sendo, cientes de que não construímos uma discussão minuciosa sobre o cotidiano feminino no Município de Triunfo (não sendo essa nossa pretensão), o que apresentamos aqui são algumas especificidades que fizeram parte do cotidiano feminino na cidade de Triunfo entre as décadas de 1970 e 1990 e que contribuíram para sua construção identitária, principalmente no que remete a suas experiências e vivências no mundo do trabalho fora do ambiente do lar.

Bruschini (1989) faz uma análise das composições ocupacionais da força de trabalho feminina em algumas regiões brasileiras e dos arranjos que configuraram a participação feminina no mundo do trabalho a partir da década de 1970. A autora assim coloca:

Certamente houve padrões diferentes de incorporação ao mercado de trabalho das mulheres das várias classes sociais. As variações encontradas dizem respeito tanto ao modelo de desenvolvimento econômico e ao processo de ampliação das oportunidades de trabalho, quanto às transformações ocorridas na sociedade brasileira em relação à estrutura familiar e a padrões culturais (BRUSCHINI, 1989, p. 18).

Conforme nos descreve a autora, havia vários fatores que determinavam a inserção feminina no mundo do trabalho. Dentro desse contexto, a autora relata algumas realidades vivenciadas pelas mulheres que condicionavam sua inserção no mundo do trabalho, sendo a principal delas a posição que ela ocupa nas unidades familiares:

As possibilidades que a mulher tem de responder às demandas do mercado de trabalho estão condicionadas pela posição que ela ocupa na unidade familiar. Se ela for casada e tiver filhos pequenos pode ser que ela permaneça no lar, onde sua presença é mais necessária, se os recursos familiares forem suficientes para arcar com as despesas de apoio doméstico remunerado. Mas esses recursos frequentemente são tão precários que os rendimentos obtidos pela mulher passam a ser vitais para a sobrevivência da família. Nesse caso, ela será forçada a sair de casa para trabalhar, qualquer que seja o arranjo improvisado para o cuidado das crianças. Se a mulher for solteira, poderá mais facilmente ser acionada pela unidade familiar para o desempenho das atividades produtivas de mercado, o que propiciará ampliação da renda familiar. Esses arranjos, porém, sofrerão alterações conforme a posição que a família ocupa na estrutura social (BRUSCHINI, 1989, p. 18-19).

Observando a fala de Bruschini, podemos concluir de acordo com as constatações que fizemos no decorrer da pesquisa, que a partir da década de 1970 cresce a atuação das mulheres triunfenses no mundo do trabalho fora do ambiente doméstico, embora na maioria das vezes elas continuem desenvolvendo suas atividades no ambiente domiciliar, conciliando o trabalho fora e dentro do lar. Elas se inserem no mundo do trabalho na busca de suprir as necessidades familiares realizando muitas vezes diversas atividades ao mesmo tempo, improvisando arranjos no contexto do lar para que pudessem desenvolver outras atividades, como podemos observar na fala de uma de nossas entrevistadas, a senhora Espedita Monteiro Bezerra da Silva quando diz:

Nós fazia. Fazia de noite, barria a casa de noite. E deixava os pratim lavado e a menina ficava no oto dia pronto. As veiz, muitas veiz deixava a roupa de môi e quando vinha da roça nós enxaguava. Era assim, num tinha essas luta como hoje não. Hoje o povo uma casa passa o dia todim arrumano uma casa nera? Mas nós antigamente nós num tinha move. Era o quê? Um fogão a lenha, nera? Uma cama, pronto. Arrumava o lençol da cama butava lá e as rede né? (...) Deixava os menino aqui, Zefinha a mais véa tomava de conta dos oto e eu ia trabaiaí mais Raimundo (SILVA. Entrevista 07, 2016, p. 118).

A fala da senhora Espedita além de corroborar com o discurso de Bruschini, responde a uma de nossas inquietações e constatações sobre os arranjos domésticos das mulheres triunfenses para realizar trabalhos dentro e fora do ambiente doméstico. Assim sendo, podemos perceber que, a julgar pelas informações iniciais fornecidas por elas para essa pesquisa, as mesmas conciliavam suas atividades dentro e fora do lar sem conflitos morais e culturais, questão essa que julgamos importante e voltaremos a ela a seguir.

Pudemos constatar ainda, com base na fala de nossas entrevistadas, que as mulheres triunfenses que se inseriam cada vez mais no mundo do trabalho entre as décadas de 1970 e 1990 eram mulheres de classe mais baixa. Elas realizavam atividades agrícolas e nas Frentes de Trabalho, tendo na maioria das vezes que dividir espaços e trabalhos com homens, sem temer preconceitos morais e sociais já que a necessidade falava mais alto. Além disso, desenvolviam as tradicionais atuações como empregadas domésticas já que essas estavam ligadas ao seu cotidiano no lar e se mostravam mais acessíveis diante de suas carências educacionais.

Também é possível observar, com base nos discursos de nossas entrevistadas, que as mulheres triunfenses da camada mais elitizada costumavam adentrar no mundo do trabalho realizando funções administrativas em estabelecimentos públicos e privados, pois além de contarem com melhor grau de instrução dispunham de relações familiares e de amizade que facilitavam sua inserção nesse meio. Assim sendo, elas atuaram ainda no funcionalismo público em áreas como educação, saúde e serviços gerais, sendo esse último o que apresenta maior destaque pois, conforme constatamos a partir da análise documental, não havia exigência de grau de instrução para exercer essa função.

Assim, entre os anos de 1970 e 1990, percebemos que aos poucos foram surgindo as possibilidades de inserção das mulheres triunfenses no mercado de trabalho criando-se uma nova dinâmica social para as mulheres triunfenses, principalmente no que remete ao mundo do trabalho.

Finalizamos esse capítulo retomando a discussão que destacamos anteriormente sobre o que poderíamos aqui chamar de significados atribuídos pelas próprias mulheres para suas atuações no mundo do trabalho formal triunfense. Uma observação feita por nós no decorrer da pesquisa, foi o fato de que enquanto as mulheres dos grandes centros urbanos buscavam se inserir no mundo do trabalho para além de suprir suas necessidades construir sua identidade profissional, lutando contra valores tradicionais e difundindo novos padrões de comportamento de gênero, as mulheres triunfenses nem conheciam os discursos que circulavam em prol da emancipação feminina. sequer estavam a par das lutas e conquistas das mulheres referentes ao mundo do trabalho presentes nos grandes centros urbanos e nas capitais brasileiras. Nesse contexto, fica evidente a partir das falas de nossas entrevistadas, que as mulheres triunfenses quando buscavam se inserir no mundo do trabalho o faziam por uma questão de necessidade econômica, ou seja, como forma de contribuir com a renda familiar, e não para conquistar independência e construir sua identidade enquanto profissional.

Outros significados dessa inserção na vida e no mundo do trabalho ainda podem ser extraídos das histórias dessas mulheres. Todavia, uma questão se impõe: tratou-se de um processo contínuo e sem volta. A cada geração, mulheres ocupam espaços em postos de trabalho anteriormente apenas reservados ou considerados adequados ao universo masculino, seja pela responsabilidade atribuída a esse gênero de se constituir como provedor financeiro do lar e da família, ou pela suposta habilidade e superioridade desse gênero para atuar em certas atividades, uma realidade também observada na cidade de Triunfo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões e leituras realizadas, observamos que o processo de modernização das cidades brasileiras proporcionou uma inovação nas práticas sociais do público feminino, possibilitando que as mulheres ocupassem novos espaços antes priorizados pela presença masculina como o mercado de trabalho. Observamos ainda, que esse processo não ocorre da mesma forma em todas as regiões brasileiras, principalmente quando observadas as realidades das pequenas cidades do interior do Brasil, cuja conjuntura econômica e social é na maioria das vezes marcada por uma configuração diferente em termos econômicos e culturais. Constatamos também, que os novos espaços de sociabilidade, bem como as oportunidades trabalhistas, não foram vivenciados da mesma forma por todas as camadas femininas já que havia uma grande diferença entre pertencer à elite e ser das camadas mais populares.

Assim sendo, diante das narrativas apresentadas no decorrer deste trabalho, advindas dos discursos de autores com os quais pudemos dialogar, bem como das informações obtidas nas entrevistas realizadas com moradoras locais e nos documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo, podemos concluir que apesar da cidade de Triunfo apresentar uma realidade local marcada por limitações impostas tanto por fatores econômicos como socioculturais, as mulheres triunfenses entre as décadas de 1960 e 1990 aos poucos foram se inserindo no mundo do trabalho dentro ou fora do ambiente doméstico.

Pudemos constatar, que as atividades das mulheres triunfenses na década de 1960, eram executadas em sua maioria no próprio espaço do lar, ou mesmo que fossem realizadas fora do ambiente domiciliar, era uma extensão do mesmo tendo por principal objetivo aumentar a renda, diante da necessidade de subsistência da família. Outrossim, pudemos constatar que as mulheres triunfenses, principalmente na década de 1960, exerceram trabalhos remunerados apenas como resposta à necessidade de complementar a renda familiar. Quando não apresentavam essa necessidade, elas se limitavam a realizar apenas as funções domésticas que lhes eram culturalmente determinadas de esposa, mãe e dona de casa.

No que diz respeito as atividades ou ocupações realizadas fora do ambiente doméstico, podemos concluir que a partir da década de 1970 cresceu a participação das mulheres triunfenses nesse meio, embora a maioria delas tenham continuado

desenvolvendo suas atividades tradicionais no ambiente doméstico, improvisando arranjos no espaço do lar para que pudessem conciliar as atividades dentro e fora do mesmo. Era comum encontrar mulheres triunfenses desenvolvendo várias atividades ao mesmo tempo, conciliando as funções de dona de casa, auxiliar de serviços gerais e atuando nos trabalhos agrícolas ou nas Frentes de Trabalho, na busca de suprir as necessidades familiares, principalmente aquelas da classe mais baixa, em tempos difíceis como nos anos 1970, de agravamento da crise social.

Podemos observar ainda, que havia mulheres triunfenses de classe média e alta atuando nos negócios da família, ou nos seus próprios estabelecimentos comerciais à exemplo de cafés e restaurantes. Além disso, havia ainda as mulheres que adentraram no mundo do trabalho formal realizando funções administrativas em estabelecimentos públicos e privados, tendo se dado sua inserção nesse meio através de relações familiares ou de amizade, ocupando cargos no funcionalismo público em áreas como educação, saúde e serviços gerais.

Assim, podemos concluir que entre os anos de 1970 e 1990, dentro das limitações econômicas e socioculturais que permeavam a cidade de Triunfo-PB e que foram expostas no decorrer do trabalho, aos poucos as mulheres triunfenses foram se inserindo no ambiente público, criando uma nova dinâmica social. principalmente no que remete à suas vivências e experiências no mundo do trabalho.

Atentos a não generalização, o que podemos observar a partir dos discursos aqui analisados, é que as mulheres triunfenses se inseriam no mundo do trabalho meio que “empurradas” pela necessidade de suprir suas carências econômicas. Embora enfrentassem muitas vezes rotinas e trabalhos exaustivos, ou sem aparentemente apresentar preocupações com preconceitos morais e culturais já que viviam numa cidade pequena, e tinham que dividir espaços e trabalhos com homens que não faziam parte de seu contexto familiar e ocuparam postos de trabalho em ambientes públicos, fora do ambiente privado e familiar do lar.

Diante dessa realidade, algumas questões observadas merecem destaque nesse trabalho. Uma delas diz respeito ao fato de que embora houvessem muitas mulheres atuando no mundo do trabalho em Triunfo entre as décadas de 1960 e 1990, constatamos através das falas de nossas entrevistadas que não havia idealização ou busca de realização profissional por parte dessas mulheres ao se inserirem no mundo do trabalho. Como podemos constatar nos discursos analisados, as mulheres triunfenses quando buscavam se

inserir no mundo do trabalho no período estudado, o fizeram por uma questão de necessidade econômica, para contribuir com a renda familiar. Ou seja, não tratou-se de uma luta ou consciência de gênero, como acontecera com outras mulheres em tempos outros, à exemplo das lutas emancipacionistas das primeiras décadas da República e anos sessenta e setenta nos grandes centros urbanos.

Assim, o que apresentamos aqui são algumas especificidades que fizeram parte do cotidiano feminino na cidade de Triunfo entre as décadas de 1960 e 1990, suas experiências e vivências no e com o mundo do trabalho formal que extrapolava a esfera familiar, da casa e do lar seu ou de seus parentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erika Vanessa Lisboa. **“Os Quarenta”**: Tradição e identidade de uma comunidade negra na cidade de Triunfo-PB da década de 1950 aos dias atuais. [Monografia] Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2013, 55p.

ANDRADE, José Ribamar de. **Processo político da cidade de Triunfo (Da violência à alternância de poder 1961-1996)**. [Monografia] Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 1999,15p.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo: folhas de contratação e de pagamento das décadas de 1970-1990

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: _____. 7 ed. São Paulo: Contexto 2004. p. 608.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CIPRIANO, Maria do Socorro. Maria do Socorro Cipriano. **A adúltera no território da infidelidade**: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX. [Dissertação] Mestrado de História. Universidade Federal de Campinas. Campinas, 2002, 190p.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: _____. 7 ed. São Paulo: Contexto 2004. p. 250.

FREITAS, Marcos César de (org). **Historiografia brasileira em perspectivas**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: _____. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 642-648.

MAGALHÃES, Mariângela Duarte. **Crimes de sedução em Cajazeiras na década de 1950**: “por uma perspectiva de gênero”. [Monografia] Licenciatura Plena em História Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2013, 67p.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: _____. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 373-402.

MARTINS, Regina Celi. “**Em briga de marido e mulher não se põe a colher:** Estudo de casos de violência contra a mulher em São José de Piranhas na década de 1930”. [Monografia] Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2015, 77p.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil.** República da Belle Époque à era do rádio, v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 08-13.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto 2004.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: _____. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 220-222.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 65-78.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: _____. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos:** Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910). [Dissertação] Mestrado de História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, 146p. p. 26-27.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 75-88.

SILVA, Damísio Manguera. **Os labirintos do Triunfo.** Teresina: Halley, 2011.

SILVA, Márcia Ramos da. **Mulheres e modernização na Parahyba do Norte nas três primeiras décadas do século XX.** Guarabira: UEPB, 2012.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: _____. 7 ed. São Paulo: Contexto 2004. p. 365.

SOUSA, Silvana Vieira. **Cultura de Falas e de Gestos:** histórias de Memórias. Dissertação de mestrado. Campinas, UNICAMP, 1997.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: _____.V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 112.

Sites:

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:

https://books.google.com.br/books/about/Usos_abusos_da_hist%C3%B3ria_oral.html?hl=pt-BR&id=sI7dL_KNlz0C. Acesso em: 11/09/2016.

BRUSCHINI, Cristina. **Tendência da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais**. São Paulo: FCC/DPE, 1989. Disponível em:

http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1291/arquivoAnexado.pdf.

Acesso em: 03/04/2016.

_____. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado**. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>.

Acesso em: 03/04/2016.

_____. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. 1994. p. 181-189.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>.

Acesso em: 03/04/2016.

CABRAL, Francisco & MARGARIDA, Diaz. Relações de gênero. In: **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Editora Rona LTDA. 1998, p. 142-150. Disponível em:

http://adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf.

Acesso em: 14/09/2016.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: Um estudo de caso das ações do Governo Federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará. (Sertão Central e Sertão de Inhamuns)**. 2006. p. 17. Disponível

em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1484>. Acesso em: 15/06/2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. 2003, p. 10. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf Acesso em: 10/09/2016.

GARCIA, Lúcia dos Santos & CONFORTO, Ecléia. **A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar**. 2012. Disponível em:

<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H7-03.pdf>. Acesso em: 06/07/2016.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em:

<https://www.google.com/search?tbm=bks&q=sonia+maria+de+freitas+historia+ora>

Acesso em: 11/09/2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas**. 2007, p.201-218. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>. Acesso em: 14/09/2016.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos & LUZ, Rosângela Cardoso da. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/e-faceq>. Acesso em: 28/01/2016.

<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 13/05/2016.

APÊNDICE

APÊNDICE I – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1- Qual é o seu nome?
- 2- Data de nascimento.
- 3- Estudou? Até que série?
- 4- Com quantos anos começou a trabalhar?
- 5- Por que começou a trabalhar nesse período?
- 6- Qual foi o seu primeiro trabalho?
- 7- Por que escolheu esse tipo de trabalho?
- 8- O que fazia?
- 9- Trabalhava quantas horas por dia?
- 10- Além de você alguém mais trabalhava na sua casa?
- 11- Em que mais a senhora trabalhou?
- 12- Trabalhou nas frentes de emergência em Triunfo?
- 13- Como era a cidade de triunfo nas décadas de 1960 e 1970?
- 14- Enfrentou algum tipo de dificuldade para exercer seu trabalho?

APÊNDICE II - LISTA DE ENTREVISTADAS

Espedita Gualberto de Andrade

Espedita Monteiro Bezerra da Silva

Lúcia de Fátima Liberato de Almeida

Maria de Fátima Trajano da Costa

Maria Fátima Adriano de Andrade

Maria Soledade

Rita Maria da Conceição

Terezinha de Lourdes Maciel Feitosa

APÊNDICE III - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 01

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia quatro do sete de dois mil e dezesseis, às dezessete horas na residência da senhora Espedita Gualberto de Andrade localizada na Rua Pedro Trajano, S/N, Triunfo-PB.

Qual o seu nome?

Espedita Gualberto de Andrade.

A sua data de nascimento?

No dia nove de dezembro de trinta e três.

Qual a idade?

Oitenta e dois.

Estudou?

Não. Só estudei em pa... em escolinha particular, mais ou meno uns...o primeiro profe que eu estudei foi na casa dum...lá no Cantim era meu ti que ensinava lá na base da palmatória. E segundo... quando eu fui lá pro olho d'água num sei nem como é um colégio nem um grupo nem nada. Nem grupo nem colégio, que grupo nem conheci.

Quando começou a trabalhar?

Comecei a trabalhar desde, desde nova mesmo é quando eu comecei a fazer enxoval pa, né enxoval... só enxoval aquelas roupinha de batizado que vestia de primeiro, enxovalzim, nera de calcinha nem de camizinha não. Xoval mesmo só vestia a camisieta bem comprido muito...tinha deles que era muito bem enfeitado num tinha história de... roupinha não.

Tinha quantos anos quando começou a trabalhar?

Minha filha desde quando eu me casei que eu cumecei a trabalhar. Que eu era muito pobre, Xavier era muito pobre não tinha condições, aí cumecei cum vinte anos, num tive família, vinte e um ano não tive família cumecei criar Lino. Aí depois ma... vei Edvanir aí tinha que trabalhar em tudo que era coisa sair vendeno pa poder... ajudá em alguma coisa viu.

Qual foi o primeiro trabalho da senhora?

Primeiro trabalho foi... de mim mesmo foi... pa vendê, foi enxoval... pra vendê foi enxoval... agora... essas otas coisa foi com a continuação. Cada vez eu fi... a... fazia mais as coisa pa poder ajudar na despesa de casa. Que eu criava Edvanir num queria que ela andasse toda desorma... desarrumada, naquele tempo você sabe que...você não sabe não, mas sua mãe sabe que é todo mundo andava... quando andava arrumadim era porque a pessoa tinha muita boa vontade. Que ninguém tinha condições né?

Como era trabalhar com costura naquele período?

Trabalhava em casa mermo. Cortava... as roupa, eu nem cortava, quem cortava era... as veiz era Mariana, era Maria Moreira aí eu costurava.

Que dizer que a senhora só costurava?

É num sabia cortar também não viu.

Trabalhava quantas horas por dia?

Não tinha horário não era (risos). Era na cunzinha e na hora que tivesse uma fuguinha vinha pra máquina, na hora que tinha cun, a cunzinha toda hora que fosse fazer as coisa de cunzinha aí não tá certo, mas na máquina tinha não. Aí é a hora que der certo.

Além da senhora alguém mais trabalhava na casa?

Aqui sempre aparecia gente, assim...pra vim estudar aqui em casa e trabalhava né? Trabalhava ajudava em casa. Edvanir era muito danada, muito danada trabalhava na cooperativa, mas quando chegava aqui que as menina tinha que trabalhar, porque ela ficava no pé, que vocês num faz nada, vocês tem que ajudar, tem que fazer. Tinha as menina lá da Cajazeirinha, tinha Maria do Carmo, Luzia Martins...

Quais as atividades é... a senhora desenvolveu além da costura? Em que mais a senhora trabalhou?

Mais que eu trabalhei foi nessas coisa mermo, de fazer cocada, fazer bolo, fazer bolo, tinha... tinha forno aqui, ajudava aquela...aquela mulher de Antoin de mãezinha, vinha ajudava a mim, assava muito bolo. Diva trabalhava muito aqui também, fazia queijo. Tinha... foi no tempo... fazia queijo aqui de Antoin Adriano, comecei de Xavier Gualberto, primeiro, aí depois passou pra Antoin Adriano, fazeno queijo.

E a Secretaria de Educação? A senhora foi secretária de educação?

Fui. Mas só no nome. Assim, pa trabalhá lá... Nunca fui nem cunhicê. Nunca fui nem cunhicê. Apenas vinham os documento e eu me assinava.

E quem fazia a, a senhora fazia a... só assinar os papéis. E quem resolvia a parte burocrática lá?

Eu a... eu...deve ser, ter sido Xavier né? Xavier Lima. Xavier meu esposo. Só pode ser ter sido ele. Sei se... naquele tempo as mulher num tinha muita comu... num tinha muita comunicação com mulher não minha fia. Só na cama (risos).

A senhora trabalhou até que idade?

Eu trabalhei até agora. Até... eu parei depois que come... que me aposentei né? Só sei da, do tempo da aposentadoria se pegar... a identidade, pegar o recibo.

APÊNDICE IV – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 02

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia cinco do sete de dois mil e dezesseis, às dez horas, na residência da senhora Rita Maria da Conceição localizada na Rua Joaquim Teodoro, N° 98, Triunfo PB.

Qual é o seu nome?

Rita Maria da Conceição.

É natural de Triunfo?

Sou não, sou fia natural de Pombal.

Qual a sua idade?

A minha idade? Sessenta e... e nove ano.

Data de nascimento.

Sou de quarenta e sete do dia onze de julho.

Estudou?

Quando eu fui estudá rá tinha quinze ano, num fiz nem o primero ano, só aprendi a

Quando começou a trabalhar?

Eu comecei a trabalhar eu tinha dez ano. Nas casa, cuidano de mulher de resguardo, cuidano das casa. Dispois quando eu deixei de trabalhar nas casa, assim na base duns onze ano por aí, aí a gente trabalhava na roça, disfolhava mi de ganho.

Por que que começou a trabalhar com dez anos?

Comecei a trabalhar com dez anos porque, meu pai era pobre, a gente não tinha quase nada, aí tinha que trabalhar pra rente ganhar o, o pão também. Butava água na rua, pisava arroz de ganho. Né pra butar tudo? (risos)

Com dez anos de idade né?

É com dez anos de idade já comecei a trabalhar. Com quinze ano, comecei a trabalha em Cajazeira pá cuidar de minino lavar roupa de minino, engomar...

Qual foi seu primeiro trabalho?

Meu primeiro trabalho foi botar água na rua, nas casa. Que não tinha água encanada era de cacimbão e a gente botava água na latra... lavava roupa de ganho...

Trabalhava quantas horas por dia?

A gente trabalhava até a mei dia né? E da mei a rente terminarra de fazê. Quando era da mei dia pá tarde aí a gente num ia fazê nada não ia descansá pá poder trabalhar no oto dia.

Além de você alguém mais trabalhava na casa?

Trabalhava. Trabalhava minhas prima, Ana, Maria.

Em que mais você trabalhou?

Trabalhei disfolhando mi de ganho... Xô pensar mais [pausa]. Aí me casei com vinte e um ano, fiquei fazeno a merma coisa, lavano roupa de ganho, basculhano casa pra poder ganha o pão. Que nesse tempo num tinha quais trabalho pu, puzome nera? [pausa] Aí... isso eu arranjei um emprego na Prefeitura, pa barrê a Prefeitura pro fora. Dispois passei pra dento pa, pa cuidá do Supletivo e do Logus, que era na Prefeitura também. Aí com uns tempo me butaro pra mim trabalhar lá no clube, Aí passei cinco ano no clube zelano lá, lavano, limpano... Já é as moto... Aí despoi já cum cinquenta ano passaro eu pa creche pa trabalhar na creche pa fazê cumida dos minino piqueno.

Na década de setenta tinha as frentes de emergência né?

É. Sim tem a da megência que a gente quebrava peda no tempo de Wilso Braga. Lá no açude grande das Gamela.

Construção do açude né?

Na construção... o açude já era construído, a rente quebrou essas peda só pa Zé Bernadino fazer mermo só as casa do povo dele e pronto. O açude já tinha o açude já.

Seu esposo trabalhava também nesse período?

Trabalhava não. Ele trabalhava na agricultura, ele nunca trabalhou na... Trabalhava na prefeitura, aí dispois quando ele saiu do emprego da Prefeitura aí foi trabalhar na roça.

Depois que você casou por que você continuou trabalhando?

Porque os ganho era pouco, aí a gente tinha que trabalhar pa poder se mantê, compra mais alguma coisinha né?

Você trabalhou até que idade?

Quem eu? Eu deixei de trabalhar assim mermo in, in emprego da Prefeitura dispois que eu me apusentei. Eu me apusentei cum sessenta ano, aí pronto. Daí pra cá eu fui deixano de... os trabalho das casa.

Lembra como era Triunfo na década de setenta?

Triunfo? Triunfo as casa de Triunfo era bem pouquinha. Só tinha mais aquelas casa do centro. Aqui mermo onde a rente mora só era mata, era baixa de arroz. Aqui, ali na lavanderia pur acolá, tudo era mata. Aí despois com uns tempo, aí foi construindo, aí foro vendero os... foro vendeno chão. E o povo foro alevantano as casa.

Já trabalhava no café de Dona Laura na década de setenta?

No café de Laura? Trabalhei muitos ano, mas no café de Laura quando eu fui trabalhar a rua já era grande. (risos)

Tá certo. Obrigada pela entrevista, por nos ceder essas informações.

APÊNDICE V – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 03

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia onze do sete de dois mil e dezesseis, às onze horas, na residência da senhora Maria Soledade localizada na Rua Joaquim Teodoro, Nº 107, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Maria Soledade.

Data de nascimento?

Oito de janeiro de trinta e oito.

Estudou até que série?

Quarta série.

Com quantos anos começou a trabalhar?

Trabalhar eu trabalhei na agricultura, comecei com uns doze anos.

Por que começou a trabalhar nesse período?

É porque meu pai faleceu e mãe ficou viúva cum munto filho aí tinha que trabalhar todo mundo.

O quê que você fazia?

Ah catava algodão, catava feijão. Na época do inverno, no verão catava algodão. E daí por diante... Depois eu arrumei uma escolinha de proteção pra o pré escolar né? Aí que eu digo que é proteção porque eu tinha quarta série, aí fui insiná. Ai continuei insiná, insinei dezesseis ano aí deixei.

Por que deixou de trabalhar?

Porque eu arrumei essa escolinha, aí parei de trabalhar.

Trabalhava quantas horas por dia?

Das sete às dez, às onze. E das duas às quatro da tarde.

Alguém além de você trabalhava mais na sua casa?

Trabalhava. Minhas irmãs. Tinha cinco irmãs comigo e tudo trabalhava.

Em que mais a senhora trabalhou?

Somente. E nessa escolinha, mas não trabalhei em casa de família, nem lavano roupa de ganho, não, só foi isso mesmo só os trabalho de casa.

E por que não continuou trabalhando?

Porque arrumei a escola. Aí depois casei... aí quando casei não foi mais pra trabalhar.

Mas por que não continuou trabalhando mesmo depois de ter casado?

Porque meu marido era novo, podia trabalhar e dar minha assistência. E nessa época tinha a safra de algodão e com a safra de algodão a gente calçava, vestia e comprava as outras coisa de casa.

Trabalhou nas frentes de emergência em Triunfo?

Não. Nunca tive essa oportunidade (risos).

Como era a cidade de Triunfo na, na década de 60 de 70?

Era... Não tinha energia elétrica, era a motor. Depois foi que botaro energia. Não tinha água saneada... A barragem, hoje o açude, foi construído em oitenta. Em oitenta e quatro foi que começaram a sanear água. Foi quando o açude encheu e o governo de Buriti (risos). Pronto é o que eu sei informar.

E... como era feito o abastecimento de água nesse período?

Era normal. O açude tinha muita água, era normal. Só que pra sanear dende casa o proprietário da casa era quem saneava. A Cagepa colocava até a porta e da porta a gente saneava.

Mas antes do... de ter o abastecimento de água feito pela Cagepa como era?

Botava água de cacimbão. A latinha na cabeça...

Era comum encontrar mulheres botando água na cabeça?

Ah era munta, era munta mulher. Era uma turma. Toda mulher botava água na cabeça aqui em Triunfo.

Mas como atividade pra... ganhar dinheiro?

Pra ganhar dinheiro só tinha Inácia e Raimunda de Abel. Essas botava pra ganhar dinheiro.

APÊNDICE VI - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 04

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia vinte e dois do oito de dois mil e dezesseis, às dezenove horas e quarenta e dois minutos, na residência da senhora Lúcia de Fátima Liberato de Almeida localizada na Rua Antônio Joaquim Lisboa, S/N, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Lúcia de Fátima Liberato de Almeida.

Data de nascimento.

Nasci no dia vinte e oito de julho de mil novecentos e cinquenta e nove.

Estudou até que série?

Eu fiz... eu fiz curso superior. Fiz faculdade, fiz, terminei geografia.

Com quantos anos começou a trabalhar?

Quinze anos.

Por que começou a trabalhar nesse período?

Eu comecei a trabalhar nesse período porque eu estudava em São João do Rio do Peixe, fazia o pedagógico e eu tinha dois colega. Um era dono do cartório, que é Bosco Macena né? E Fanete era a secretária dele e eles eram meus colega de classe, aí eles fo foi e me convidaro pra mim transcrever registro no cartório, porque minha letra era muito bonita.

Trabalhava quantas horas por dia?

Oito horas.

Em que mais a senhora trabalhou?

Aí do cartório eu fui trabalhar na cooperativa, e da cooperativa eu trabalhei no Unibanco e do Unibanco eu fui trabalhar na Prefeitura.

Em que ano começou a trabalhar na cooperativa?

Em mil novecentos e setenta e nove.

Janaína: Qual era a função que a senhora exercia?

Mulher, auxiliar de... só na carteira nera, era melhor. Num sei se era auxiliar de administração, uma coisa assim.

E na Prefeitura?

Na Prefeitura... eu trabalhei como auxiliar de serviço, como datilógrafa na época e depois eu fiz o concurso e fui ser fiscal de tributos e arrecadação na Prefeitura Municipal, até hoje.

Mas em que ano você entrou na... começou a trabalhar na Prefeitura?

Em mil novecentos e oitenta e nove

Como foi que você entrou, começou?

Eu entrei, comecei porque... eu votei em Doutorzim nera, candidato a... pré candidato da, como prefeito aí eu fazia uma política muito forte sabe, por ele, trabalhei mesmo, arregacei as mangas junto com ele. Quando ele ganhou, quando foi no outro dia ele foi lá no sítio e me convidou pra mim ser funcionária, trabalhar com ele.

Nessa época você costumava ver muitas mulheres trabalhando na Prefeitura?

A maioria era mulheres.

Mais atuando em que área?

Uns era as professora, outra era as auxiliar, merendeira, zeladora. Tinha muitas funções assim...

Mas a maioria atuava em que área?

Na Educação né? A maioria era educação. Era professora e outras era zeladora e merendeira.

Como era a cidade de Triunfo nesse período?

Era atrasada viu. E tinha Bernadi... a Serra do Padre também que fazia parte da cidade né? E a maioria dos funcionário era mais da Serra que a, que a pobreza tava lá e apoiva o prefeito, sempre apoiaro Doutorzim o pessoal da Serra.

Quer dizer que pra entrar na Prefeitura tinha que ter, de certa forma, um certo contato com o prefeito né, nesse período?

Com certeza! Se não tivesse num via nem o azul. Aqui existia uma política muito pesada. Era assim, quem era adversário num tinha direito não, de entrar na Prefeitura não. Era mais pessoas da família do prefeito, aquelas pessoas da família né? E os, e os, e a outra turma que entrasse, os de fora que entrasse, era porque fazia, tinha que fazer uma política pesada.

Na parte administrativa você costumava ver muitas mulheres trabalhando nesse período?

Costumava, tinha muitas. Muitas mulheres, a maioria era mulher.

Mesmo nos cargos de chefia?

Mais na Educação era mais mulheres né? Que administrava, mas nos outros cargo era homem, de chefia era homem. Agora quando era na, pra educação era mulheres.

Essas mulheres eram mais próximas ao prefeito?

Com certeza. Era filha de prefeito, era parente de prefeito, irmã de prefeito. Entendeu?

Você enfrentou algum tipo de dificuldade pra exercer algum desses trabalhos?

De forma alguma! De jeito nenhum. Eu era uma pessoa assim bem disciplinada. Assim... como é que eu vou dizer... muito disciplinada mesmo, porque quando eu entrei no cartório, Bosco Macena, eu era muito criança e ele me ensinou muito sabe? Eu agradeço muita coisa na minha vida, muita ética sabe, que eu tinha no trabalho, porque ele passava muita coisa boa pra mim. Ele me ensinou muito. Ele dizia: olha Lúcia, onde você estiver trabalhando, qualquer repartição que seja, por onde você andar, o que você fizer e o que você ouvir, você fi, ouça e não diga nada. E quando sair dessa porta aqui do cartório você esqueça. Você não fale a respeito de cartório, nem conte nada. O que passar aqui fica aqui. E com isso eu aprendi, foi uma coisa que eu era muito, era adolescente na época né e ficou, ficou pro resto da minha vida. Hoje eu trabalho na Prefeitura e o que eu, o que eu vê lá, e o que eu ouvir lá e o que eu ver, eu num passo pra ninguém, eu saio e da porta da Prefeitura eu esqueço.

E preconceito, enfrentou algum tipo de preconceito por parte dos homens ou da sociedade por trabalhar nesse período?

De jeito nenhum! Toda vida eu trabalhei por amor e aonde me butarem eu faço o serviço e faço bem feito, porque eu sou uma profissional de mão cheia.

Mas ninguém nunca discriminou seu trabalho por você ser mulher?

Não, não, não. De jeito nenhum.

Certo. Então muito obriga...(interrupção da entrevistada).

Agora, agora assim... eu sinto... eu sentia, hoje pra mim tanto faz né porque a gente vai ficando velha e vai amadurecendo né? E a visão da gente vai ficando mais assim... A gente se decepciona muito por a gente saber que a gente é uma profissional, que tem ética de trabalho, onde outras pessoas num tem nada disso e entra e ganha bem e a gente, o salário da gente sempre, sempre é aquele saláriozim mincho. E entra outras pessoas que sabe menos do que a gente e desenvolve menos do que a gente e não tem ética de trabalho e ganha bem melhor. A discriminação é só no salário entendeu? Mas profissionalmente nunca me senti inferior a ninguém ali. Em nenhuma repartição.

Pois obrigada pela entrevista. Por nos conceder essas informações.

APÊNDICE VII - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 05

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia três do nove de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas e quarenta e oito minutos na residência da senhora Terezinha de Lourdes Maciel Feitosa localizada na Rua Antônio Joaquim Lisboa, S/N, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Terezinha de Lourdes Maciel Feitosa.

Data de nascimento?

Ai deixa eu ver... quarenta... que eu vou completar setenta e um ano agora no dia vinte e sete de setembro, faça a conta acho que é bem de quarenta e cinco ou é de quarenta e quatro por aí assim.

Estudou?

De jeito nenhum (risos) nunca fui à escola mãe nunca butou. Nesse tempo o povo num dava valor a essas coisa minha fia, tudo era nas roça trabaiano nera? Aí as coisa era difícil mermo hoje em dia tudo é fácil e o povo ainda num quer nada. Naquele tempo tudo era, tudo na roça alimpano mato com ar mão, cum enxada. Catano feijão, catano algodão. A vida era mea crua (risos).

Com quantos anos começou a trabalhar?

Ah com seis ano eu já comecei a ir pá roça. Mãe num butava na escola levava nós tudo pá roça. É comecei a ir pá roça. Agora pegar no pesado mermo foi depois de dez ano. Era limpano mato, catano feijão, catano algodão até... os dezessete ano. Cum dezessete ano eu me casei aí saí da roça.

Mas até esse período era... trabalhando de ganho?

Trabalhava, porque eu, eu morava com meu avô né? Aí de manhã pá mei dia eu fazia as obrigação de casa e da mei dia pá tarde ia catar algodão pra comprar as roupa, alguma coisa que eu quisesse. Que as coisa tudo era difícil.

Aí depois que começou a... depois que casou, continuou trabalhando?

Só em casa mermo, fazendo comida pá trabalhador e deixando na roça. Indo buscar um gado que aí a rente tinha, ia mais Branco buscar nas roça o gado e pronto. Minha vida toda vida foi essa, de roça.

Mas não trabalhou mais na agricultura não?

Não. Só ir deixar almoço e fazer comida pra trabalhador e no pilão e no muin, que era isso que a rente tinha né? (risos)

Trabalhava quantas horas por dia?

Ah era... o dia todo mermo, que luta de casa é o dia todo ne?

Em que mais a senhora trabalhou?

Só nisso mermo. Nas roça e nas obrigação de casa.

E nas frentes de emergência a senhora trabalhou?

Nas mergência eu num trabalhei não porque eu tinha uma turma. Eu tinha oito fi aí num podia ir par mergência né? Aí eu tinha uma turma de doze home pa distocar roça, pa prantar palma, fazer cerca. Eu ia só olhar se eles tavam fazeno o serviço.

Então a senhora era chefe de turma?

Era.

Mas como era trabalhar com um grupo de homens nesse período?

Eles iam pra lá, eles tudo era de roça sabia o que que ia fazer né? Eu ia só saber o que eles tava fazeno, se tava fazeno bem feito. Aí quando era no fi, na tarde, dava o ponto que eles tinha, tava tudo lá no serviço. Era isso.

E eles não achavam ruim trabalhar com a senhora como chefe não? Uma mulher trabalhando como chefe?

Não, achava não porque quase tudo era da minha família e tudo era home de roça acostumado, hoje em dia é que o povo não que mais trabalhar mais de primeiro pa ir pa roça vai.

Então não tinha ninguém, nenhum homem desconhecido trabalhando com a senhora nessa época?

Não, não. Só mermo gente do meu lugar que era das Gamela.

E o marido da senhora não achava ruim que a senhora trabalhasse?

Não, meu marido num tava aqui nesse tempo não, ele tava trabalhano em São Paulo, passou quatro ano em São Paulo e eu passei o tempo aqui.

Aí como foi que a senhora entrou nesse trabalho?

Porque chegou a megência e o ganho que ele mandava era muito pouco e minha famia era grande, era oito fi. Aí chegou o alistramento da megência e eu fui cheguei lá o rapaz disse: nam a senhora se alistra, porque a senhora tem oito fii pa dá de conta e o que vinha era pouco, que ele trabalhava em São Paulo mandava coisa que num dava pa passar o tempo, o dinheiro era pouco. Aí a megência me ajudou muito. Né?

Tinha algum...que ter algum vínculo com...político assim pra adentrar...

Não, não de jeito nenhum. Porque a minha famia era grande e me alistar sem precisar de mão de ninguém. Só cheguei e falei, mostrei os documento os registro dos menino tudim aí ele disse: não, a senhora num precisa pedir ajuda a ninguém não que a gente tá vendo sua situação. Ai só foi alistar.

A senhora costumava ver muitas mulheres trabalhando na emergência nesse período?

Não, de jeito nenhum. Na época que eu trabalhei só tinha home. Depois que vei outra megência eu também não entrei mais nela. As muieis ia catar peda, quebra peda, nessa eu num tava não.

Mas ouviu falar de alguma dificuldade que elas tinham de trabalhar dessa forma quebrando pedra?

Não, não eu nunca fui, nunca nem me informei assim, porque eu não ia pra lá né? Num procurei a saber. Mas tem aí muita gente daqui ainda que eu sei que trabalhou lá.

A senhora trabalhou até que idade?

Eu tô é com setenta e um ano e ainda hoje eu trabalho. (risos)

Mas trabalha só...

Com a luta de casa e gosto... quando chove eu gosto de plantar ainda, minhas coisa, feijão, milho essas coisa eu, eu gosto. Quando diz choveu minha vi... é tanto que esse ano foi muito fraco aqui pra nós, mas ainda tirei dezesseis saco de feijão. O milho que eu tirei pouco, foi sete saco. Eu gosto de tá pur as roça.

Quer dizer que a senhora com setenta e um anos ainda trabalha na agricultura?

Aposentada, mas ainda tra... acho bom tá por o mei num é? (risos)

Tá certo, (risos).

Criada na roça minha fia num deixa não. A rente num tem estudo, num tem nada, aí vai fazer... pelo menos se intertê pro tempo passar.

Certo. Pois muito obrigada pela entrevista. Pelas suas informações.

Terezinha: Pois é minha vida foi de roça mesmo.

APÊNDICE VIII - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 06

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia três do nove de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quatro minutos na residência da senhora Maria de Fátima Trajano da Costa localizada na Rua Pedro Trajano, S/N, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Maria de Fátima Trajano da Costa.

Data de nascimento?

Trinta do um de cinquenta e seis.

Estudou até que série?

Eu terminei o Logus dois.

Com quantos anos começou a trabalhar?

Cuns... bote doze anos né? Mas foi antes...

Por que, que começou a trabalhar com doze anos?

Porque naquela época num, num se butava funcionário né? Como a gente... eu é... só era eu, meu pai e minha mãe né, adotiva, eu comecei né ajudando a ele. Eu ia pra lá, ia deixar um lanche, uma coisa, às vezes ele vinha merendar eu ficava lá, pra ele pra num fechar né? Ele vinha, aí era assim só fechava no almoço eu ia ficar. Aí lá ele começou a me ensinar porque eu ia fazer minhas atividade da escola lá, porque minha mãe num sabia ler, e ele quem me cri, ele quem me ensinava. É tanto que eu era muito boa em matemática, porque ele me ensinava assim tabuada né? Eu sabia toda conta, ainda hoje eu faço, somar, dividir essas coisa eu... sabe? Eu aprendi lá. E foi lá que eu aprendi assim né, a viver no comércio foi ficando, quando ele adoecia eu ficava, e depois ele achou que... aí foi quando ele fundou né, aquele mercado. Ele construiu um prédio em setenta e seis e eu fiquei lá. Aí quando foi em setenta e sete eu me casei e continuei lá né? Até... bem... oitenta e... quando João Bosco adoeceu, ele adoeceu em oitenta e seis e nós ficamos até bem... noventa e quatro por aí assim.

Quer dizer que seu primeiro trabalho foi no comércio? Já começou a trabalhar no comércio?

Foi no comércio. Já comecei a trabalhar no comércio. Eu nunca tive outra profissão, assim, eu estudei né, fiz esse curso, mas como eu nunca consegui um trabalho assim... aí meu trabalho foi no comércio.

Comércio que era de seu pai né?

Comércio que era de meu pai né.

Passou dele para você?

Aí quando ele faleceu aí passou dele pra mim.

Costumava ver muitas mulheres trabalhando nesse período? Você disse que é década de setenta né, mais ou menos?

No comércio? Depois foi que apareceu dona Terezinha ali né, de Luiz Moreira que ela tinha ali, vendia assim alguma coisa, ela mesma ajudava ali Era Lindinalva que já ficava ali, mais eu acho que bem... na época de oitenta. Dona Terezinha Macena né, que vivia ali. Agora tinha assim, pessoal que trabalhava em restaurante né? Tinha Raimunda que é a mãe de... desse menino que morreu agora. Como é meu Deus?... Raimunda de Zé Raimundo, era ela e Zé Raimundo que trabalhava né, tinha restaurante. Aí depois, tinha aquela Neném de Mané de Nanu né, que começou também ali, cum negócio de café, essas coisa. Sulina já foi bem depois... Quem mais? Tinha outras pessoa que butava restaurante mais eu num me lembro bem assim...

Certo. Tinha mais alguém trabalhando com você no comércio?

Depois tinha né? Depois assim, que foi o mercado tinha. Teve muita moça que passou por lá trabalhando comigo lá. A gente tinha assim, também na, na ali que chamava bodega né naquele tempo, que era um amazzin tinha. Depois João Bosco butou um armazém ali também tinha muita gente, mas tudo home. Assim comigo não, tinha, sempre tinha uma moça comigo. Aurélia trabalhou comigo né? Essa menina ali é... que hoje é a sogra da menina de Nita aí: Mazé, trabalhou comigo, Milia trabalhou comigo. É Espedita de Corró trabalhou comigo. É... a, au, a Ivanir trabalhou comigo também, é... muita gente, muita moça passou ali comigo.

Trabalhava quantas horas por dia?

Eu? É mei, mei duro assim. Minha vida inteira era lá né? Assim... eu ficava... ná época que eu estudava, eu ficava porque a gente abria cedo, de sete da manhã, aí na hora do

almoço eu deixava sempre uma menina que ela almoçava primeiro. Quando chegava aí ficava lá, aí que eu almoçava. Eu costumava voltar, às vezes o pessoal vinha me chamar, voltava cedo. E quando eu estudava, eu saía né, porque eu estudava de sete horas, aí depois que eu fiquei fazendo o Logus eu vinha pra casa, a rente sempre tomava banho, jantava e voltava, ficava até umas nove horas, nove e meia lá.

Quer dizer que mesmo depois de casada continuou trabalhando sem nenhum problema?

Sem nenhum problema. Eu criei meus fii lá.

Nunca passou, nunca teve algum tipo assim de... sofreu nenhum tipo de preconceito porque era mulher e trabalhava?

Não de jeito nenhum, nunca tive. Eu sempre tive orgulho e hoje eu sinto muita falta assim do meu trabalho. Eu procuro preencher eu... mais é uma coisa que num preenche né?

Porque parou de trabalhar?

Por conta do marido né? Que adoeceu uma pessoa que é dependente de mim e eu num tinha mais como enfrentar um trabalho, eu tinha que abandonar ele. Meus filho era pequeno num tinha responsabilidade pra assumir, foi isso.

Certo. Pois obrigada pela entrevista. Por ceder essas informações.

APÊNDICE IX - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 07

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia três do nove de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e vinte minutos na residência da senhora Espedita Monteiro Bezerra da Silva localizada na Rua Pedro Trajano, S/N, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Meu número?

Nome.

Espedita Monteiro Bezerra da Silva.

Data de nascimento?

Cinquenta e três no dia sete de abril.

Estudou?

Estudei o primeiro ano, cum Dolore. Dolore, ela balançava muito quem era rico, pobre não, pobre num tinha direito não. Ensinava a Zezé, ensinava esses oto, mas a rente perguntava: “Nam, vocês num quere aprendê”. Aí num dava cartaz né? Aí agora aprendi a fazer o nome lia um pouquim, mais depois eu fiquei mais véa eu num leio mais, só sei assiná o nome. E agora tá até seno ruim porque a vista tá atrapalhano né?

Com quantos anos a senhora começou a trabalhar?

Cumecei a trabalhar cum trinta ano! Uns trinta ano que eu era solteira queria ganhar um dinheirim pra compá as roupa né, essas coisa. Eu trabaiei, comecei a trabaiaá no colégio, na, na, no posto de saúde era cum Chicolina, aí fazia a limpeza lá cum doutor Mário. Recebia os doente, fazia chá, nós ficava lá no tempo de Zé Bernardino. Aí depois Doutozim cortou, eu fui pra o colégio que Mirinha tinha o segundo... tava ensinando o segundo grau, aí eu fui trabaiaá na limpeza lá, no colégio daqui de Zé Bernadino. Aí passei o tempo todim, depois que eu, que eu casei, me aposentei foi que eu saí. No dia eu disse: no dia que eu me aposentar eu num barro mais colégio, num faço mais nada. Aí Dalberto disse: “Você vem fazê ainda, se Deus quiser”. Eu disse: faço não Dalberto. Uma vez ele me fez uma raiva e eu sou muito ru... O colégio lá tinha feito a limpeza, o colégio e tinha os meninos tinha feito um buraco lá na fosse e a catinga tava saindo lá da fosse. Aí ele

chegou entrou, aquele jeito orgulhoso dele quando chegou ele disse: “Ei num saia agora não!” Aí eu fiquei em pé esperando. Aí quando foi lá vinha ele, entrou lá pra dentro da cozinha vinha com dois balde, água sanitária e sabão homo. Aí sacudiu no chão lá no banheiro. “Você faz as coisa mal feita.” Eu disse: Não! Você num olhou direito. Ó eu vou mostrar a você. Aí eu mostrei do outro lado buraco na fosse. Quando eu fui cum muita raiva eu caí, a raiva foi grande... [uma pessoa entra na sala e interrompe a entrevista ao falar com a entrevistada]... Aí eu disse: Olha Adalberto, no dia que eu me aposentar eu num piso mais nesse, nesse colégio. Aí ele ficou muito desconfiado. Aí um... aí eu fiquei calada e saí, aí fiquei. Quando... só fui me aposentar, cheguei com a carta. Aí agradecei lá as menina tudim, que era Marinalva, as auxiliar que me dava o trabalho, dona, dona Fátima, passava pra eu trabalhar. Aí eu num fui mais não, me aposentei, num vou mais não, num fui mais não. Depois que eu me aposentei saí das casa tudim, da casa de Corrinha, da casa de Pepi, da casa de Côca, de todo canto que eu trabalhava.

Quer dizer que o primeiro trabalho da senhora foi como auxiliar de serviço?

Auxiliar de serviço. Foi.

E a senhora trabalhou em que mais?

Só mesmo, só auxiliar, arrumar casa, lavar roupa, engomava do povo, de Paizinha aqui, e na roça também, eu ia pa roça quando os menino... a rente ia pa... porque tinha inver... tava chuveno, aí a rente ia prantá. Aí no sábu, cumeçava na sexta, eu ia dois dia na semana trabaiá na roça mais Raimundo, o resto era pra fazê a limpeza. Deixava os menino aqui, Zefinha a mais véa tomava de conta dos oto e eu ia trabaiá mais Raimundo.

Esse... Mas a senhora chegou a trabalhar na agricultura pra ganhar dinheiro assim, de forma remunerada?

Não. Era pra nós prantá o feijão, prantava feijão, algodão né, que a rente ganhava, vendia, catava algodão pa vender né? Eu ia deixar o almoço na roça, fazia o almoço e ia deixar na roça, aí eu passava o dia lá. Quando tava Raimundo sozinha aí nós ficava catano algodão, mais quando tinha trabaiador num ficava não, vinha embora.

Era mais pra subsistência mesmo?

É, era.

Aí a senhora trabalhou até que idade?

Depois dos meus cinquenta e cinco ano eu num trabaiei mais não. Eu comecei a trabaiair cum idade... quando eu me casei. Cum trinta e um ano eu já comecei a trabaiair, já trabaiaiva nessas limpeza, agora pra trabaiair na... pa ir pa roça, já ia mais Raimundo.

Quer dizer que a senhora quando era solteira não trabalhava não?

Não. Solteira eu não trabaiei. Vim arranjar um emprego depois de casada. Que não tinha quem pagasse a nergia, água, essas coisa.

Quer dizer que a senhora começou a trabalhar pra ajudar em casa?

Ajudar em casa. Depois que ele também se aposentou eu num trabaiei mais não, saí. Aí só nossa, o nosso dinheiro dava.

Era mais por uma questão de necessidade mesmo nera?

Era honestidade.

E o trabalho de casa?

Nós fazia. Fazia de noite, barria a casa de noite. E deixava os pratim lavado e a menina ficava no oto dia pronto. As veiz, muitas veiz deixava a roupa de môi e quando vinha da roça nós enxaguava. Era assim, num tinha essas luta como hoje não. Hoje o povo uma casa passa o dia todim arrumano uma casa nera? Mas nós antigamente nós num tinha move. Era o quê? Um fogão a lenha, nera? Uma cama, pronto. Arrumava o lençol da cama butava lá e as rede né? Num tinha essas besteira que hoje em dia é tudo esburnido, tudo chei de coisa, num tinha não. Era simple a casa de pobre. Eu achava muito bom minha vida.

O marido da senhora nunca se importou que a senhora trabalhasse fora?

Não as veiz ele dizia que num queria... Não, não. Ele disse é minha véa você se... Porque era obrigado, porque num tinha pa pagar energia e nem água. E ele num trabalhava alugado, que ele tinha ódio de trabaiair alugado o povo. Ele ia pa São Paulo trabaiaiva, mas quando era solteiro, mas quando ele casou num foi mais. Aí eu ia trabaiair pa pagar essa energia e a coisa.

Nesse, nesse período de setenta, oitenta era muito difícil encontrar mulheres trabalhando aqui?

Não, tudo trabalhava. Quem queria trabalhar trabalhava. Nanzinha trabalhava, trabaiaava Lia de João que é minha cunhada, Oneide trabaiaava lá, ajudava que ela era professora Oneide, mas ela ia lá fazia aquele, ia pa roça mais ele, andar mais Toin. Todo mundo trabalhava minha fia nessa época. Das menina de Nanzinha, é... aquela muié de Zé Brito, a muié de Zé Brito era minha madrinha. Ela dizia você puxou a, a coragem de sua madrinha minha fia, eu num trabaio porque eu sou aleijada, mas trabaiei muito. Ela dizia pra mim. Mãe era da roça, tudim era da roça, num tinha...

E o trabalho na Cooperativa o quê que a senhora fazia?

Eu ia lavar a cooperativa, recebia o pessoal, fazia o café no mergulhão, passou aí três diapa aprender a fazer o café no mergulhão, porque levava a bicha d'água aí tinha, ligava na negia. Quando ela frevesse você tirava pra fazer o café. Ter cuidado porque ali era mermo que a morte né? Num soubesse... Aí ficava fazeno a, o café e entregava o pessoal da cooperativa quando o pessoal da cooperativa vinha eu fazia do mermo jeito. Ia buscar a merenda lá em Josa Barroso que era um bazim que tinha ali, aí butava a merenda pra eles merenda, aí vinha tudim já feito lá de Zé, aí butava nos prato e eles ia merendar. Era isso. E eu ficava, ás veiz eu ficava sentada, aí Antoin Adriano dizia assim: “Ela num trabalha aqui não, trabalha ali em Dedé, só vive sentada”. Eu disse nam dona Neide é porque são tudo formado, tudo nos dedo aí na máquina e eu fico só de olhar, cansada a vista, aí fico sentada alí, mas quando chega um criente eu corro e vem dá o café, eu entregava café o povo.

É porque a senhora trabalhava mais na limpeza né?

Era, limpeza da Cooperativa. Espanava, lavava e depois nós fazia o café, dava, dava expediente o dia todim. Nós saia, chegava sete hora e saia cinco da tarde. Lá era...

Trabalhava oito horas por dia?

Era. E ganhava, ganhava cinco conto naquela época. Cinco conto valia eu acho mil conto porque a rente fazia feira, fazia tudo e dava nera? Hoje é que a gente pega um monte de dinheiro e só dá pa pagar as conta.

Na Prefeitura a senhora trabalhou quanto tempo?

Na Prefeitura eu só trabaiei uns três mês, quando João Coragem entrou. Agora com Zé Bernadino lá na, na casa de saúde alí, que era a casa de saúde, num sei se foi uns três ano num me lembro mais. Que era Chicolina, era Dedê se você conheceu Dedê a muié de

Itamar. Nós era tudo, eu quem fazia a limpeza lá no Posto, e o doutor era doutor Mário, e eu ia buscar o café na casa de Zé Bernadino, a merenda vinha buscar pra ele comer lá.

Aí como foi que a senhora começou a trabalhar assim na Prefeitura? Arrumou esse trabalho?

Informado de Zé Bernardino que me deu. Ele um dia passou na calçada eu tava sentada aí ele disse: “Ei moça vá trabalhar”. Eu disse eu num tem emprego. Eu disse uma brincadeira e ele me deu, que nesse tempo Zé Bernadino tinha arranjado muito emprego pra os povo de, dos Mangueira era Zenóbia, Zeneide e Zilma, tudim foi Zé Bernadino que deu os emprego do povo dos Mangueira. E eu trabalhava cum, com a mulher de Fransquim de Borge, porque ela, ela num fazia a limpeza, quem fazia era eu a limpeza do colégio. Mas foi Zé Bernadino que me deu, só trabaiei no tempo de Zé Bernadino, que Doutozim me tirou.

A senhora não chegou a trabalhar nas frentes de trabalho não, emergência?

Emergência? Não. Num fui não, emergência nesse tempo. Eu num sei porque, era na Vertente, tinha um povo da megência, pai num me butou não, era só Pedro. Pedro tinha meu irmão, mas eu num tinha não, emergência não.

A senhora sabe dizer se tinha muita mulher que trabalhava?

Na megência lá só tinha mesmo registrado Nanzinha, a muié de meu irmão e... e aquela muié que ela já foi simbora, que é a muié de Geraldo de Nanzinha. Geraldo fi de Infeliz. Era as que eu conhecia lá, e Aparecida minha irmã que morreu.

Aí o que era que elas faziam? Em quê que elas trabalhavam?

Agora lá na megência? Eu acho que era juntar os garrancho, os home derrubano e elas juntano nera pa... a estradinha era lá na Vertente mermo, na casa de Pedro pa casa de Nando. Aquela época, é que você num sabe onde é a estrada, a estradinha começa ali dos, dos Duarte a rente passa a casa de Joquinha Duarte aí sobe lá pra Nando de Zé Bernardino, aí chegava ali. Era pouco também, num tinha muito não.

Quer dizer que as mulheres trabalhavam na emergência era fazendo limpeza, abrindo estrada?

Limpeza era. Pegava aqueles pau, butava num canto, fazia a fogueira, fogueira não, aquelas coivara e os home tocava fogo de noite. Era pouco.

APÊNDICE X- TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 08

Entrevista realizada por Janaína Moreira Lisboa, dia três do nove de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta e nove minutos, na residência da senhora Espedita Gualberto de Andrade localizada na Rua Pedro Trajano, S/N, Triunfo-PB.

Qual é o seu nome?

Maria Fátima Adriano de Andrade.

Data de Nascimento.

Seis de dez de cinquenta e dois.

Estudou até que série?

Fiz o terceiro grau né? Duas, eu tenho dois curso superior. Tenho Ciências pela Fafic, e Licenciatura em Ciências pela Fafic. E tenho administração de empresa pela Unipê de João Pessoa.

Com quantos anos começou a trabalhar?

Ah... Comecei a trabalhar com dezenove anos em Cajazeiras, é trabalhava no Diocesano com Padre Gualberto era diretor de lá, aí eu fui ajudar na secretaria. Aí trabalhava em auxiliar de secretaria no Diocesano, depois desci pra Fafic que é na rua Padre Rolim a sede lá, e trabalhava a noite e estudava durante o dia. Era como se fosse auxiliar de tesouraria. Trabalhei eu acho que uns três anos, aí depois foi que eu fui pra, deix... terminei o curso de Ciências né, na Fafic, aí fiz vestibular em João Pessoa e fui pra João Pessoa.

Quer dizer que você morava fora?

Morava fora. Menina! Eu saí de casa nova demais. Saí de casa com a idade de... eu acho que... fui fazer o terceiro ano primário em São João do Rio do Peixe. Morava na casa das Gualberto, mas todo final de semana eu vinha pra casa né. Eu acho que eu tinha uns nove pa dez ano quando eu comecei a estudar fora. Aí do oto ano eu fui fazer o quarta série, no Nossa Senhora de Lourdes, interna. Nesse tempo tinha mais de setenta internas, o colégio das Dorotéias que é o Nossa Senhora de Lourdes. Aí passei lá o quarto ano ao terceiro pedagógico. Aí fui saí de lá, mas só que eu passei nove anos interna e passei mais uns dois

ano num, num existia mais internato. Aí fiquei na casa de... morei cum Xavier Gualberto que morava em Cajazeiras, morei com João Gualberto, aí nessa época eu trabalhava na Fafic né, e no Diocesano. Aí fui pa João Pessoa, aí pronto. Passei... morei uns oito ano em João Pessoa.

Nessa época era comum ver muitas mulheres saindo pra estudar fora?

Nam! Quem queria estudar tinha que sair daqui. Porque aqui era Iêda filha de Afonso Félix, era o povo, as menina de Zé de Duca, poquíssima pesso... gente né? Que só ia se tivesse condições.

Aí voltou pra trabalhar aqui?

Voltei in... cheguei aqui em noventa. Não! Em oitenta, em oiten... Ana Livia nasceu em setenta e nove, em oitenta eu cheguei aqui, mamãe faleceu e eu vim cuidar de papai. Aí foi uma mudança de vida tirana, aí fiquei morano aqui.

Mais aí voltou e começou a trabalhar novamente?

Comecei a trabalhar, novamente por conta né? Em oitenta e três, em oitenta e dois mais ou meno eu comecei com o comércio, com a farmácia. Depois botei a escola em oitenta e quatro, oitenta e três por aí que eu tô em dúvida, acho que aqui tem a fundação. E... depois disso, quando foi e in nov... in oitenta e oito, aí eu fui consegui uma nomeação pra ser diretora do Antônio Francisco. Passei, trabalhei quinze ano lá.

Quer dizer que trabalhava sempre na parte administrativa?

Era. Nunca fui professora, nunca fui professora. Eu trabalhava na educação como diretora. Trabalhava, coloquei uma escola particular como, fiquei como diretora não como professora. Sempre eu tive a administração, apesar... era uma empresa, mas numa era uma empresa (risos), era uma empresa pequena, de estudo. Aí depois, foi que eu fechei a escola né, que num tava dano mais que era muita escolinha particular e... todo mundo recebia o nome de professora e dificultava muito o trabalho de quem queria continuar uma escola boa. Aí fechei a escola.

Na década de oitenta, você costumava ver muitas mulheres trabalhando aqui em Triunfo?

Só na função mais de professora né? Que aqui em Triunfo todo mun... é muito pouco são os professores homens, toda vida foi escasso. Agora mulher, toda vida quando não era do

lar, era professora. Mas é num tinha esse espoti... num tinha esses emprego todo pra mulher trabalhar, era difícil, mas já... já foi nesse tempo, já foi, já tinha muita mudança. Tinha a Cooperativa também que era mulher que trabalhava, tinha mais mulher do que homem e aqui em Triunfo era a Prefeitura, também toda vida tinha emprego pra mulher mais lá era muito mais o homem do que a mulher.

Trabalhava quantas horas por dia?

(Risos). Eu vinha os dois expediente pra Triunfo. Era... Quando eu era diretora do Estado, como sempre era os dois expediente, aí eu revezava né? Um pedaço numa escola, um pedaço noutra, mas tinha que vir os dois expediente.

Achava que tinha algum tipo assim, de preconceito por ser mulher e trabalhar?

Não. Nesse tempo não.

E o trabalho doméstico?

Nunca gostei (risos). Eu nunca gostei de... do tal. Era... eu acho que... eu num nasci pra viver dentro de casa trabalhano, lavano casa e passando roupa não. Eu hoje, ainda hoje eu penso, como é que vai ser minha vida depois que eu parar de trabalhar. Porque eu num me vejo dentro de casa, é uma maior dificuldade, que eu num gosto não, e nem gosto e nem nunca tentei a fazer não. Toda vida eu tive uma condição de ter sempre uma pessoa pra... ajudar dentro de casa. Hoje eu faço muita coisa, a comida eu num entrego a cozinha a ninguém, porque eu gosto, mas esse negócio de fazer faxina, fazer esses negócio... nunca, nunca, nunca. Aí quando eu era pequena eu tinha uma rinite alérgica demais, aí foi que mamãe nunca deixou, aí pronto acostumou né?

Janaína: Além da senhora alguém mais trabalhava na sua casa nesse período, década de oitenta?

Trabalhava menina. Quando eu vim eu tinha eu era duas secretária. Tinha uma pa cuidar de Ana e tinha otapa cuidar da casa.

Como era a cidade de Triunfo na década de setenta, oitenta?

Ave Maria. A gente quando sai de João Pessoa. O tanto de ano que eu passei, o ambiente, o meio que eu vivia né, pra me deslocar de lá pra cá, só foi muita renúncia na vida e por muito amor, porque num valia a pena não. Só pra lhe dizer que nem energia no sítio não havia né? Televisão nem ver, só o rádio a pilha. A luz lamparina Ana Livia dormia,

passava a noite todinha com uma lamparina acesa. Depois foi que a gente comprou uma televisão pa ligar na bateria do carro e isso aí foi, acho que foi a primeira televisão que apareceu lá no sítio, que a gente morava no sítio nessa época e Triunfo também era muito... num tinha... a gente num, nem sequer pensava em morar aqui, que tinha tudo lá no sítio, a diferença era a energia, mas a gente tinha inventado já uma, uma televisão que tomava mais o tempo né? Ligava, só era ligar nos carro.

Nesse período tinha, tinha aquele pensamento de se trabalhar pra crescer profissionalmente ou o trabalho era mais por necessidade? Qual a sua visão do trabalho?

A minha visão no tempo do trabalho? Quando eu iniciei o trabalho? Eu trabalhava pra ter uma independência, eu nunca pensei assim: eu vou ser uma grande empresária, não. Eu trabalhava mais pra ter minha independência e ter assim um certo é... como... um meio de, de levar o conhecimento aquelas pessoas que não tinham e que necessitavam. Sempre eu pus a escola pensando em ajudar e trazer esses aluno que estudava só em escola pública que era um fracasso também naquela época e foi quando eu fundei a escola Pingo de Gente pa já atender uma necessidade da minha filha e graças a Deus teve muito sucesso. Recebi muito alunos bons e hoje a maioria dos meus ex alunos são quais todos formados. Acho que as primeiras formaturas importantes saiu de aluno de Pingo de Gente. É... eu sou altamente realizada com a função que eu tive de educadora aqui dentro de Triunfo. Graças a Deus.

Quer dizer que... que a sua vida, o que você vivenciou lá fora, já lhe deu uma visão diferente, que você buscou trazer pra cá né, de crescimento, do que tava acontecendo...

Foi. De crescimento. Porque meu Deus do céu! Era de fazer pena e dó aqui. E tinha muita gente que almejava né, de educar os filho de uma maneira mais diferente.

Certo. Pois muito obrigada pela sua entrevista. Por nos conceder essas informações.

Pois não.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM TRIUNFO-PB: ESTUDO DAS ATIVIDADES FEMININAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1990 coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa, vinculada ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Curso de História. Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo fazer uma análise de como se dá a relação da mulher com o mercado de trabalho na cidade de Triunfo, sertão paraibano, entre as décadas de 1960 a 1990. A mesma pretende fazer um levantamento das principais atividades exercidas pelas mulheres triunfenses no período enfocado, destacando os espaços onde era possível se observar a presença feminina, construindo uma narrativa sobre o mundo do trabalho local e se faz necessário por se constituir como importante contribuição para o registro da história do cotidiano, das práticas e experiências das mulheres no ambiente e mundo do trabalho no município de Triunfo- PB, constituído também como contribuição na construção da historiografia local.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Realização de gravação de entrevistas sobre suas práticas e experiências como trabalhadora.

Os riscos envolvidos com sua participação são mínimos e decorrentes de possíveis desconfortos durante as sessões de gravações. Riscos estes que podem ser minimizados ao elaboramos em conjunto as condições menos adversas para realização das gravações. Sua participação é importante já que suas narrativas se constituem como caminho e possibilidade de registro para o campo da historiografia e história da participação da mulher no mundo do trabalho na cidade de Triunfo PB.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Se você tiver

algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Silvana Vieira de Sousa, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: SILVANA VIEIRA DE SOUSA

Instituição: UFCG/CFP/UACS/CURSO DE HISTÓRIA

Endereço: RUA IRMA FERNANDA Nº 91

Telefone: (83) 998897762

Email:svs_sil@hotmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Triunfo-PB_____de_____de 2016

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

SILVANA VIEIRA DE SOUSA